

XVIII Workshop Multidisciplinar
sobre ensino e aprendizagem

2021/2022

"A prática pedagógica na atualidade:
diálogos teórico-práticos"

Apresentação

Com muita alegria cumprimos a honrosa missão de entregar a toda comunidade acadêmica, os artigos do XVIII WEA - Workshop Multidisciplinar sobre Ensino e Aprendizagem, edição 2021/2022.

O WEA vem sendo realizado de forma ininterrupta desde 2004, e se tornou uma tradição de muito orgulho na história do Centro Universitário Campo Limpo Paulista - Unifccamp. Nossa revista tem como principal característica a divulgação de pesquisas e estudos de todas as áreas do conhecimento científico

Nesta edição temos artigos produzidos individualmente ou em grupo, sempre com a orientação e autoria de professores do centro universitário. São artigos que relatam as experiências de ensino e aprendizagem vivenciadas nas salas de aula e nas aulas remotas, os resultados de pesquisas da iniciação científica e dos trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Agradecemos a todos os que contribuíram para esta realização

Prof. Dr. Fernando Roberto Campos

Comitê de programa e organização

Profa. Me. Patrícia Gentil Simionato

Prof. Dr. Nelson Gentil

Prof. Dr. Osvaldo Luiz de Oliveira

Prof. Dr. Fernando Roberto Campos

Profa. Dra. Lizete Maria Luiz Fischer

Prof. Dra. Jaqueline Massagardi Mendes

Profa. Me. Juliana Chaves Farias Ferrreira

Profa. Me. Kelly Gomes de Oliveira

Prof. Me. Monique Traverzin

Prof. Dr. Fábio Villani

Prof. Me. Silvia Aparecida Fortunato Santos

Prof. Me. Felipe dos Santos Schadt

SUMÁRIO

A AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA E A DESUMANIZAÇÃO DO RÉU NO PROCESSO PENAL	
SILVA, Eliane de Souza.....	9
A INFLUÊNCIA POR TRÁS DOS GÊNEROS DE DISCURSO ATRAVÉS DE CONTOS FOLCLÓRICOS, SEGUNDO A PERSPECTIVA BAKHTINIANA	
SILVA, Débora De Andrade; OLIVEIRA, João Vitor Pereira De; ADOLFO, Miriã Letícia Souza; ZORZETE, Sandy Lauane; VILLANI, Fábio Luiz (Orientador)	19
A PANDEMIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NOTADAMENTE NOS DIREITOS HUMANOS	
SILVIA, Elvis Luiz; VILLANI, Fábio Luiz	28
A REINVENÇÃO DOS TRABALHOS DA DOCÊNCIA: UMA ABORDAGEM SOBRE OS PROFESSORES EM TEMPOS DE PANDEMIA	
GEBRAN, Samir Elias; LEITE, Gabriel Fanchini; GEBRAN, Mauro Elias.....	37
AGHATA CHRISTIE É A PRINCIPAL BENEFICIADA COM A MORTE DE ROGER ACKROYD	
PEREIRA, Júlia; OLIVEIRA, João; ADOLFO, Miriã; OTA, Simone; VILLANI, Fábio Luiz (orientador)	45
APLICAÇÃO DO TiO ₂ EM PERFIS DE PVC RÍGIDO PARA COMBATE A DEGRADAÇÃO	
DAL LAGO, Luciana da Silva; FISCHER, Lisete Maria Luiz; LIBERATO, Michelle da Silva.....	51
DAVID COPPERFIELD E AS NOVELAS	
PEREIRA, Júlia; ROCHA, Maeli; OTA, Simone; VILLANI, Fábio Luiz (orientador)	60
DICKENS E O RETRATO DA EXCLUSÃO SOCIAL INFANTIL	
ARAUJO, Renata Rebouças; CORAINI, Sue Ellen; CUNHA, Fátima da Costa; OLIVEIRA, Bianca Duarte de; VILLANI, Fábio.....	65
ELESBÃO E NARCISO: ESCRAVIDÃO, LEGALIDADE, RESISTÊNCIA E A PENA DE MORTE	
TEGANI, Euler da Silva; SANTOS, Tainara Karina dos; REIS, Antonio	73

ESTÉTICA EM HEGEL E EM LUKÁCS: Uma breve contextualização	
CAMARGO, Giovanna Santos	100
GÊNEROS TEXTUAIS: CONTOS E SUA IMPORTÂNCIA	
CAMARGO, Maria Leontina P.; CARDOSO, Bruna Caroline M.; CUNHA, Fátima da C.; OLIVEIRA, Bianca D.; SANTOS, Robson Jr.; PEREIRA, Julia S.	108
LUDICIDADE COMO FERRAMENTA DE ENSINO: O DOMINÓ NO ENSINO DA ANÁLISE SINTÁTICA	
PEREIRA, Julia; ROCHA, Maeli; OTA, Simone; LIMA, Camila Larrubia Pinheiro de (orientadora).....	115
MAPA MENTAL E MAPA CONCEITUAL PARA AUXILIAR NO ENSINO DE PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES	
BAPTISTA, Luciana Ferreira; FERREIRA, Ronildo Aparecido; JESUS, Cecília Souza.....	119
O DEFUNTO	
SILVA, Natália Rainho; VILLANI, Fábio Luiz	124
O DIREITO DAS MULHERES À EDUCAÇÃO, DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE NO TRABALHO DOMÉSTICO E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL	
SILVA, Eliane de Souza.....	128
PRECONCEITO LINGUÍSTICO: UM FENÔMENO NATURAL OU SOCIAL?	
ARAUJO, Renata Rebouças; CORANI, Sue Ellen; REZZAGHI, Katia Cristina; SOUZA, Juliana C	139
TÉCNICAS DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL PARA A DENGUE	
FURQUIM, Camila Hirahara; SANTOS, José Luis da Rocha	147
TEMPOS DIFÍCEIS – A CRÍTICA SOCIAL AOS DESASTRES DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA POR CHARLES DICKENS	
GONÇALVES, Christiane Laila Domingues; VILLANI, Fábio Luiz (Orientador)	155
TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO MOTOR E RESPIRATÓRIO NA DISTROFIA MUSCULAR DE DUCHENNE	
SANTOS, Eli de Souza; RODRIGUES, Samantha G.; SANTIAGO, Michelle Dias Santos.....	160

UM PANORAMA DA INSERÇÃO DO ENSINO DA MÚSICA POPULAR NA ESCOLA PÚBLICA

BECARI, Wagner C. 176

UMA NOVA PROPOSTA PARA O CÁLCULO DO IDD

SOUSA, Alex Rodrigo dos Santos; CAMACHO, Antônio Carlos..... 186

A AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA E A DESUMANIZAÇÃO DO RÉU NO PROCESSO PENAL

SILVA, Eliane de Souza

RESUMO

Este documento mostra o resultado de pesquisa realizada com o intuito de apresentar ao leitor e à leitora como a pandemia global da Covid-19 impôs novas medidas de distanciamento social que diminuíssem a transmissão da doença. Dentre ela, a imposição, por meio da Resolução n. 329 do Conselho Nacional de Justiça, da realização de audiências de instrução e julgamento por meio de videoconferência, sem a presença do acusado. Destaca-se, ainda, que este artigo não traz resposta às perguntas formuladas, mas tem o condão de gerar mais questionamentos que poderão ser respondidos no decorrer do tempo e com a obtenção de dados reais.

Palavras-chave: Educação. George Orwell. Distopia. Liberdade.

ABSTRACT

This document shows the results of research carried out to present to the reader and reader how the global pandemic of Covid-19 imposed new measures of social distance that would reduce the transmission of the disease. Among it, the imposition, through Resolution no. 329 of the National Council of Justice, holding instructional and trial hearings through videoconference, without the presence of the accused. It should also be noted that this article does not provide an answer to the questions asked but can generate more questions that can be answered over time and with the obtaining of real data.

Keywords: Criminal audience; Criminal proceedings; Audience by videoconference; Human rights; Social differences; CNJ Resolution 329; Judiciary's technology.

1. INTRODUÇÃO

Em junho de 2020, o Tribunal de Justiça de Alagoas publicou, em seu canal no YouTube, um vídeo intitulado “Vara em Arapiraca realiza audiência de instrução virtual com réu preso” e que foi o primeiro vídeo que me apareceu quando pesquisei pelas palavras “audiência criminal virtual” no site de buscas Google.

Na ocasião, eu buscava por referências para a composição deste trabalho, em especial por artigos científicos que me dessem um direcionamento para aquilo que eu pretendia escrever.

O vídeo em forma de reportagem tem pouco mais de dois minutos, mas que foram suficientes para que eu soubesse que aquilo que eu pretendia demonstrar por meio desta pesquisa estava correto. No início, o repórter André Risco informa aos telespectadores que

a 8ª Vara Criminal de Arapiraca havia realizado três audiências de instrução criminais por videoconferência com réus presos na Casa de Custódia de Arapiraca, mas o que mais me chamou a atenção foram as declarações do juiz presidente, do promotor de justiça e do defensor público que participaram das audiências. Nas palavras do juiz Geneir Marques, “o ambiente se torna muito mais agradável, muito mais harmonioso para o desempenho da nossa atividade” com a realização da audiência de forma remota, sem o contato físico com o acusado. Já para o defensor público, Roberto Alan Torres, a audiência virtual respeitou “todos os princípios constitucionais ligados à ampla defesa e ao contraditório”. Por último, o promotor de justiça, José Alves de Oliveira, a audiência por videoconferência “é uma providência que vem, com certeza, para permanecer” (2020, online).

Após assistir ao vídeo, me questionei: e os presos? O que eles acharam da realização da audiência desta forma?

Nesta parte introdutória deste trabalho me coloco em primeira pessoa, pois não há como desvincular-me da humanidade de quem conhece se dispõe a escrever sobre qualquer coisa ligada ao sistema processual e prisional brasileiro.

É fato notório que a população carcerária nacional é abandonada à própria sorte, mas este artigo tem o escopo de questionar se esse abandono é majorado ou diminuído quando se impõe, por conta das necessárias medidas de distanciamento social e de combate a disseminação da Covid-19, a realização de audiências de forma remota, por videoconferência, sem a participação física/real do réu ou da ré.

Este artigo busca apresentar como a audiência criminal por videoconferência tem o condão de desumanizar o réu, ferindo o princípio da dignidade humana e outros princípios inerentes ao direito processual penal, mas também não podemos olvidar que há a possibilidade de que a vítima também pode ser revitimizada por uma audiência sem contato humano, como no caso da blogueira Mariana Ferrer¹.

Por mais que se queira trazer um resultado de pesquisa sólido, este trabalho se destina a provocar mais questionamentos do que fornecer respostas. Pois, diante da situação de novidade que é a imposição da realização de audiências virtuais para todos os juízos criminais, tais questionamentos só serão respondidos com tempo e com a análise das situações concretas.

¹ As cenas da audiência mostram que Mariana Ferrer foi desrespeitada e vilipendiada pela defesa do acusado enquanto o membro do Ministério Público e o magistrado assistiam passivamente. Contudo, convém destacar aqui que a revitimização da mulher em audiências que tratam de crimes sexuais é a praxe no sistema processual brasileiro, em especial quando são homens que presidem a audiência. Para mais informações ver: Processo Penal Feminista, de Soraia da Rosa Mendes.

Por fim, para a confecção deste artigo, buscou-se auxílio em publicações feitas pela doutrina especializada, bem como a legislação e determinações vigentes, em especial as do Conselho Nacional de Justiça.

2. A AUDIÊNCIA NO PROCESSO PENAL

No processo penal, a audiência representa uma das fases mais importantes da persecução criminal. É durante a audiência que serão produzidas as provas não repetíveis, também é o momento no qual o réu ou a ré têm a oportunidade de mostrar ao magistrado os motivos que o levaram a praticar o delito e de demonstrar se está arrependido ou não por tê-lo praticado.

Um dos princípios norteadores da aplicação da lei penal, o da individualização da pena, rege que cada pena deve ser aplicada de acordo com cada caso concreto, levando-se em conta as circunstâncias individuais de cada agente e é durante a audiência que a verificação destas circunstâncias se torna possível, pois, antes de sua realização, o réu e a ré não têm a oportunidade de se manifestar pessoalmente no processo².

De acordo com o artigo 400 do Código de Processo Penal (CPP),

Na audiência de instrução e julgamento, a ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no art. 222 deste Código, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, **interrogando-se**, em seguida, **o acusado**. (Grifos meus.)

Nota-se que o CPP ordenou o modo como será realizada a produção das provas durante a audiência, deixando para o último ato o interrogatório do réu e da ré, pois é deste modo que ela ou ele saberá do que deve defender-se ou poderá recusar-se a falar ou responder qualquer das perguntas que lhe sejam formuladas. Com exceção da primeira parte do interrogatório, na qual são formuladas as perguntas pertinentes à identificação e o réu está obrigado a respondê-las. Nos termos do § 1º do art. 187 do CPP:

Art. 187. O interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.

§ 1º Na primeira parte o interrogando será perguntado sobre a residência, meios de vida ou profissão, **oportunidades sociais**, lugar onde exerce sua atividade, **vida pregressa**, notadamente se foi preso ou processado alguma vez e, em caso afirmativo, qual o juízo do processo, se houve sus-

2 A resposta à acusação é feita por advogado que representa a defesa técnica do acusado ou da acusada e, antes disto, a acusação é quem aponta os "fatos" ao magistrado, mas somente com a realização da audiência e com o depoimento pessoal o agente tem a verdadeira oportunidade de se manifestar nos autos.

penção condicional ou condenação, qual a pena imposta, se a cumpriu e **outros dados familiares** e sociais. (Grifos meus.)

Percebe-se que é nesta primeira parte do interrogatório que o réu apresentará ao magistrado a sua história de vida, devendo, esta história, influenciar na aplicação da pena ou na absolvição do acusado.

De acordo com Guilherme de Souza Nucci, a primeira fase do interrogatório é chamada de **interrogatório de individualização** e subdivide-se em outras duas etapas, quais sejam, (i) interrogatório de qualificação na qual o réu é inquirido sobre seus dados de identificação³, e (ii) tem o escopo de obter dados referentes a vida pessoal e social do réu:

A segunda etapa, que se volta à obtenção de dados sobre a pessoa do acusado, cuida do **estágio de individualização do ser humano em julgamento**, garantindo a colheita de importantes elementos para a fixação da pena, se for o caso, na esteira do preceituado pelo art. 59 do Código Penal. (...) Personalidade, antecedentes e conduta social são pontos cruciais para a aplicação da pena, embora fossem costumeiramente relegados a plano secundário no momento de se ouvir o acusado. Assim, cabe ao interrogante indagar do réu quais as oportunidades sociais que tem ou que teve (...), além de outros dados familiares e sociais. (2015, p. 463 - 464.) (Grifos meus.)

Pois,

A aplicação de um direito de tão graves consequências, como é o caso do direito penal, não pode vir estruturada em uma equação processual puramente matemática, ainda que o ônus de provar recaia, exclusivamente, sobre o acusador. (ZILLI. 2012, p. 153.)

Parafraseando Pedro Magalhães Ganem, “infelizmente, no Direito, a prática não corresponde muito à teoria” (2019, p.21), pois dificilmente esta história social do acusado é levada em consideração, salvo para majorar a pena a ser imposta.

Para efeitos de constatação, basta analisarmos qualquer sentença criminal de forma aleatória e verificar quantas linhas dela foram dedicadas à história de vida pessoal e social da ré ou do réu a fim de verificarmos se a etapa de individualização do ser humano surte algum efeito na vida prática.

³ Nesta etapa o réu não pode valer-se do direito de ficar em silêncio, pois a recusa em responder aos questionamentos formulados configura a contravenção penal referente à Administração Pública, nos termos do artigo 68 da Lei das Contravenções Penais: “Art. 68. Recusar à autoridade, quando por esta, justificadamente solicitados ou exigidos, dados ou indicações concernentes à própria identidade, estado, profissão, domicílio e residência: Pena – multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.”

3. AS MEDIDAS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL E A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS VIRTUAIS

A pandemia da Covid-19 impôs novos modos de convivência social a fim de evitar a transmissão da doença de forma desenfreada, dentre elas, o distanciamento social. Assim, as audiências criminais que antes eram realizadas presencialmente nos fóruns das comarcas passaram a ser cumpridas de forma virtual. Assim, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde, o Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução n. 329 a fim de estabelecer quais as medidas apropriadas para a realização das audiências por videoconferência, “em processos penais e de execução penal, durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Federal nº 06/2020, em razão da pandemia mundial por Covid-19” (2020). Desta forma:

Art. 1º Durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Federal nº 06/2020, em razão da pandemia mundial (Covid-19), que determinou, dentre outras medidas, o isolamento social indicado pela Organização Mundial de Saúde e a suspensão do expediente presencial no Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 314/2020), vigorarão as medidas transitórias e excepcionais previstas nesta Resolução.

Art. 2º Será permitida a **realização de audiências e outros atos processuais por videoconferência** pela plataforma digital disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça ou ferramenta similar, conforme previsão expressa contida no art. 6º, § 2º, da Resolução CNJ nº 314/2020. (Grifos meus.)

A resolução traz entre suas considerações que a implementação da audiência processual criminal de forma remota tem por base (i) as garantias fundamentais do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa e da publicidade dos atos processuais; (ii) o asseguramento da razoável duração do processo judicial e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação; (iii) a não interrupção da atividade jurisdicional; (iv) a garantia de que **toda pessoa acusada esteja presente no julgamento**; (v) a segurança de que toda pessoa presa será conduzida à presença de um juiz dentre outros.

É importante destacar que a previsão da realização de já estava prevista no Código de Processo Penal nestes termos:

Art. 185. O acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, constituído ou nomeado.

(...)

§ 2º Excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada, de ofício ou a requerimento das partes, poderá realizar o interrogatório **por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real**, desde que a medida seja necessária para atender a uma das seguintes finalidades: (Grifos meus.)

De repente, aquilo que era exceção tornou-se a regra. E mais, como se desconhecesse a realidade do sistema prisional brasileiro, impôs:

Art. 14. No caso de réu que se encontra preso em estabelecimento penal, deverá ser assegurada sua participação em local adequado na área administrativa da Unidade Prisional, separado dos demais custodiados, devendo o juízo:

(...)

III – assegurar ao réu:

a) o uso de algemas à luz das normas de regência e da Súmula Vinculante no 11;

b) acesso à assistência jurídica;

c) o direito de assistir à audiência em sua integralidade;

IV – inquirir o réu sobre tratamento recebido no estabelecimento penal e outros locais por onde tenha passado durante a privação de liberdade, questionando sobre a ocorrência de tortura e maus tratos; e

V – registrar nos autos ou na gravação audiovisual quaisquer irregularidades em equipamentos, conexão de internet, entre outros, evidenciadas durante a audiência.

Parágrafo único. Quando identificados indícios de ocorrência de tortura e maus tratos, o magistrado requisitará realização de exame de corpo de delito e registrará possíveis lesões por meio da gravação audiovisual, podendo determinar a realização da audiência de modo presencial, além de adotar outras providências cabíveis.

Há registros estatísticos de quantas vezes um magistrado, em audiência presencial com o réu à sua frente e sem a interferência da possível má qualidade do sinal de internet, se dispôs a determinar providências cabíveis para averiguar a incidência de maus-tratos e tortura no cárcere? A meu ver, trata-se de mais uma formalidade que dificilmente será observada na “vida real” da realização de uma audiência virtual.

É evidente que a edição de tal Resolução tem o escopo maior de evitar a infecção dos sujeitos processuais por Covid-19, mas como é possível observar todo o sistema de garantias quando não há a presença real, física, tangível daquele que terá a sua vida afetada pela realização da audiência?

Para Henrique Gonçalves Sanches,

Por todo o exposto, o Conselho Nacional de Justiça teria se excedido na sua atribuição constitucional, conquanto o ato normativo para disciplinar o procedimento das audiências virtuais na circunstância do trabalho remoto do Poder Judiciário não encontra respaldo na legislação primária, logo assim, deve ser tido como inconstitucional com consequente possibilidade reconhecimento de nulidade processual por notório prejuízo no direito de defesa dos acusados presos. (2020, online.)

Portanto, em meio à crise sanitária instalada no país fez-se necessária a utilização de importante meio tecnológico, qual seja, a audiência por videoconferência, com o objetivo de que fosse respeitada o princípio da duração razoável do processo penal. Entretanto, não é possível mensurar, por ora, quais os prejuízos e vantagens auferidos pela parte mais interessada na realização da audiência: o acusado.

4. A DESMATERIALIZAÇÃO DO SER HUMANO

O “homem na jaula”, conforme descreveu Francesco Canelutti (2015, p.19), tem a oportunidade de demonstrar durante a audiência de instrução e julgamento, seja por meio de seu tom de voz, de sua postura, do suor que escorre da face, do peso do uniforme prisional ou a ausência de qualquer um destes, a sua versão dos fatos apresentados pela acusação.

Entretanto, a audiência criminal por videoconferência transformou o ser humano em pixels⁴ e se antes, com a presença física ou réu a ré na audiência, já era difícil que sua história pessoal e social fosse levada em consideração, atualmente, com a desmaterialização do ser humano, como podemos saber se a individualização da pessoa do agente está sendo observada?

A meu sentir, a imagem de uma tela de televisão ou computador jamais será capaz de transmitir ao magistrado a verdade. Para Canelutti:

Infelizmente, a nossa curta visão não permite avistar um germe do mal naqueles que são chamados de bons, e um germe de bem, naqueles que são chamados de maus. (...). Basta tratar o delinquente, antes que uma fera, como um homem, para descobrir nele a vaga chamazinha de pavio fumegante, que a pena, ao invés de apagar, deveria reavivar. (2015, p. 21).

Mas como é possível descobrir esta mísera chamava através de uma imagem fria de vídeo?

Em nossos anos de graduação, nos ensinam que devem ser respeitados os princípios penais, processuais penais e de execução penal. Todavia, qualquer um que tenha adentrado qualquer das penitenciárias, delegacias ou centros de detenção provisória que compõem o sistema prisional brasileiro ou ao menos se dedicado à leitura dos relatos de que viu o cárcere por dentro, sabe que os princípios ficam no portão e que a realidade é outra.

4 “Qualquer dos mínimos elementos discretos que em conjunto constituem uma imagem (p. ex., numa fotografia, numa tela de tevê)”. – Dicionário Online de Português, disponível em: ><https://www.dicio.com.br/pixel/><.

Pautamo-nos pela individualização da pena, levando em conta as características pessoais e sociais do agente, conforme dispõe o artigo 59 do Código Penal (CP), mas qual a possibilidade de um magistrado, que provavelmente desconheça a vida real fora da bolha⁵, visualizar naquele ser pixelado do outro lado da tela um ser humano de carne e osso e que sangra da mesma cor que ele?

O pai do direito penal moderno, Cesare Beccaria, séculos atrás e cujos ensinamentos são utilizados até hoje nas salas das faculdades de direito, defendia a humanização do processo penal, em especial quando se tratava da aplicação da pena.

Segundo Marcos Pereira,

E ao defender a moderação da pena, pretendia conferir ao Direito penal **mais humanidade, mais sensatez**, privilegiando a oportunidade de recuperação do criminoso e de sua reinserção na sociedade.

(...)

Ao mesmo tempo em que defende o direito de punir, Beccaria se levanta em favor da **humanização do processo penal**, exige a secularização do direito de aplicar penas aos delitos cometidos, invocando para tanto o poder único e soberano do Estado. (2011, p. 42.) (Grifos meus.)

E eu novamente pergunto qual a real chance de uma imagem de vídeo ser tratada como ser humano quando, nem mesmo em audiência presencial, esta humanização é respeitada?⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi questionar e despertar no leitor e na leitora as mesmas indagações ou outras, em relação a desumanização da pessoa do acusado durante a realização de uma audiência tão importante quanto a de instrução e julgamento criminal por meio de videoconferência. Para isto, num primeiro momento o leitor e a leitora foram levados a conhecer (de forma muito resumida, confesso) o que é uma audiência de instrução e julgamento no processo penal e qual o nível da sua importância para o réu.

Em seguida, este artigo trouxe algumas considerações acerca da realização da audiência virtual, em especial a Resolução n. 329 do Conselho Nacional de Justiça que trouxe as diretrizes que devem ser observadas para a realização das audiências por videoconferência.

4 Uso o termo “bolha” do meu lugar de fala para me referir, em especial, a classe média alta que desconhece as mazelas enfrentadas pela camada mais vulnerável da sociedade e que representa a maioria esmagadora da população carcerária no Brasil.

5 “WE ALL BLEED THE SAME COLOR” é uma frase que tem sido estampada em camisetas atualmente com o objetivo de chamar a atenção para a luta antirracista .

Por último, tratou de questionar se essa audiência virtual pode, de qualquer forma, interferir na forma como o magistrado enxerga a personalidade do acusado, pois trata-se de princípio importantíssimo para a individualização da pena a ser aplicada ou da absolvição.

No mais, é importante destacar que, conforme apresentado na introdução a este trabalho, o foco principal não é trazer respostas ao leitor e à leitora, mas si o de levantar mais questionamentos, principalmente o de que o réu ou a ré, quando exposto em forma de pixels durante uma audiência criminal, terá a sua humanidade reconhecida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Tribunal de Justiça de Alagoas. Vara em Arapiraca realiza audiência de instrução virtual com réu preso. Disponível em: ><https://www.youtube.com/watch?v=II006mmC-Gss><. Acesso em 15 mai. 2021.

_____. Código de Processo Penal. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm<. Acesso em 17 mai. 2021.

_____. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Resolução nº 329 de 30 de julho de 2020. Regulamenta e estabelece critérios para a realização de audiências e outros atos processuais por videoconferência, em processos penais e de execução penal, durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Federal nº 06/2020, em razão da pandemia mundial por Covid-19. Disponível em: ><https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3400><. Acesso em 17 mai. 2021.

_____. Código Penal. Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm<. Acesso em 17 mai. 2021.

_____. Lei das Contravenções Penais. Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3688.htm<. Acesso em 17 mai. 2021.

CARNELUTTI, Francesco. As misérias do Processo Penal / Francesco Carnelutti – 3. ed. – 2. tir. – São Paulo: CL EDIJUR, 2015.

GANEM, Pedro Magalhães. Prática Penal [recurso eletrônico] / Pedro Magalhães Ganem – Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado / Guilherme de Souza Nucci. – 14. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

PEREIRA, Marcos A. Coleção pensamento & vida: Cesare Beccaria: precursor do direito penal moderno / Marcos A. Pereira. – São Paulo: Escala, 2011.

SANCHES, Leandro Gonçalves. O CNJ e as audiências criminais virtuais na pandemia. Disponível em: ><https://canalcienciascriminais.com.br/o-cnj-e-as-audiencias-criminais-virtuais-na-pandemia/><. Acesso em 17 mai. 2021.

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. O poder instrutório do juiz no processo penal. In: RASCOVSKI, Luiz (coordenador). Temas relevantes de direito penal e processual penal / Luiz Rascovski (coordenador). – São Paulo: Saraiva, 2012, p. 149 – 172.

A INFLUÊNCIA POR TRÁS DOS GÊNEROS DE DISCURSO ATRAVÉS DE CONTOS FOLCLÓRICOS, SEGUNDO A PERSPECTIVA BAKHTINIANA

SILVA, Débora De Andrade
OLIVEIRA, João Vitor Pereira De
ADOLFO, Miriã Letícia Souza
ZORZETE, Sandy Lauane
VILLANI, Fábio Luiz (Orientador)

RESUMO

O estudo a seguir tem como objetivo gerar uma relação entre a obra literária “A Hora da Caipora” e sua aplicabilidade em sala de aula com a finalidade de transmitir o aprendizado de valores culturais e histórico-sociais para os alunos através de contos folclóricos. Para tal, no estudo a seguir, foi utilizado como foco principal de análise a teoria de linguagem de Mikhail Bakhtin e sua utilidade para transmitir os valores anteriormente citados, e assim preservar a linguagem e a cultura.

Palavras-chave: Teoria da Linguagem, Folclore, Mikhail Bakhtin, Regina Chamlian, Caipora.

ABSTRACT

The following study aims to generate a relationship between the literary work A Hora da Caipora, and its applicability in the classroom in order to transmit the learning of cultural and social-historical values to students through folk tales. To this end, in the following study, Mikhail Bakhtin's theory of language was used as the main focus of analysis and its usefulness to transmit the aforementioned values, and thus preserve language and culture.

Keywords: Language's theory, Folklore, Mikhail Bakhtin, Regina Chamlian, Caipora.

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo traremos o resumo do conto Hora da Caipora junto a teoria de linguagem de Mikhail Bakhtin. Será feita uma correlação entre o conto e a teoria Bakhtiniana de modo a defender como tal obra pode ser utilizada em estudos sócio-históricos e culturais e, valorizando os contos folclóricos brasileiros principalmente em sala de aula como uma rica fonte de aprendizado e transmissão cultural de contos, da língua, da oralidade e de gêneros linguísticos de seus falantes. Através dessa relação, será possível compreender a importância que tais contos terão para a elaboração de aulas mais interativas e dinâmicas para a fixação do aprendizado de cultura através de gêneros discursivos, a fim de atrair a atenção do corpo discente para a rica variedade de contos folclóricos existentes no nosso país.

2. RESUMO DA OBRA ESTUDADA

A obra relata sobre quatro jovens, Zezinho, Miguel, João e Lucas, acompanhados de seus cães de caça, que vão acampar na floresta e, em determinado momento, todo

o barulho da mata cessa e o silêncio só é interrompido quando os cachorros começam a rosnar e correr na direção de uma clareira, levando os garotos consigo. Nessa clareira, os rapazes se assustam ao encontrar um esqueleto, contudo, logo Miguel se interessa pela arma que o esqueleto segurava e pede para que Zezinho pegue o objeto para que o outro pudesse consertá-lo.

Porém, quando encostou na arma, Zezinho teve seu pé agarrado pelo esqueleto, que, com uma voz assustadora, pediu para que devolvesse sua arma. Desesperadamente, o menino começou a implorar por socorro enquanto seus irmãos saíam correndo. Culpados, os meninos voltam à clareira e João pede para deixar seu irmão em paz e o esqueleto responde que só libertaria outro se os meninos fizessem uma fogueira e escutassem sua história.

Enquanto vivo, Guilherme Limões era um destemido caçador, na companhia de Gustavo, caçava vários animais e não tinha medo, apesar de ouvir histórias como a da Caipora, que assombrava a floresta. Em uma das noites de caça, enquanto assavam uma paca e uma cotia, a dupla de caçadores ouviu uma gargalhada infernal, era a Caipora. Com estatura pequena, ela andava em cima de um grande porco-do-mato e trazia consigo um galho. Por um momento, Guilherme Limões pegou sua espingarda para matar Caipora, mas foi impedido por Gustavo. Chegando cada vez mais perto, a mulher índia usou seu galho para encostar na cotia e na paca que estavam na fogueira, e ordenou que voltassem para casa, então, os animais se levantaram como estavam e voltaram para a floresta. Guilherme sentiu algo saltar no seu estômago, e quando menos esperou, o pedaço de paca e cotia que havia comido saiu do seu estômago e correu floresta dentro.

Gustavo sugeriu que os dois fossem embora da floresta, mas Guilherme achava bobeira e confiava na potência de sua espingarda, foi quando seu colega de caça, então, pediu para ter mais cuidado, pois bala nenhuma era capaz de matar a Caipora. A única coisa da qual a índia não gostava era de pimenta. Sendo assim, Limões recolheu todo o tipo de pimenta que encontrara pela frente e Guilherme decidiu retroceder, lembrando o amigo que, não só a Caipora assombrava a floresta, mas outras figuras rondavam o lugar.

Guilherme fez uma fogueira e espalhou as pimentas em volta de sua barraca, mas a tática não impediu que o caçador tivesse pesadelos durante a noite e, em um desses sonhos, criaturas se reuniam na floresta em volta de um caldeirão, onde cozinhavam folhas que eram trazidas por outros animais. Em volta do caldeirão, estava um ser pequeno, de cabelo vermelho e os pés virados para trás, ao seu lado, estava um ser de corpo humano e a cara de tamanduá, junto de Caipora que mexia toda aquela mistura, declarando que a floresta estaria em prantos.

Ao acordar assustado, o caçador havia decidido caçar apenas dentro do círculo de pimentas e esperou surgir vários gambás, atirando em cada um deles. Com a ajuda de seus cães, juntou todos os animais abatidos, logo em seguida, fez como vítima três veados e uma anta. Seu instinto de caçador lhe disse haver uma onça por perto e em silêncio total, atirou no bicho, mas errou a mira. Ordenou os cães para que cercassem a fera e, por um instante, a onça ameaçou atacar Diana, uma das cadelas preferidas do caçador, que não pensou duas vezes em atirar na testa do bicho e poupar a sua querida Diana.

Nesse exato momento, ouviu uma gritaria, eram os porcos-do-mato, e com eles a Caipora. Ao ver o arsenal de pimentas, ela recuou e, garantindo sua vitória, Guilherme provoca a índia, que não resiste e cai na gargalhada irônica voltando para o mato.

Ao olhar para o céu, o caçador se depara com vários urubus e começa a atirar para assustar os pássaros, mas acaba falhando. Os urubus acabam descendo e recolhem todas as pimentas e vão embora. Na mesma hora, a Caipora entrou em ação, seus porcos atacaram os cães do caçador, que, por medo fugiram floresta adentro, enquanto Guilherme tremia de medo, a índia encostou na onça e ordenou que ela voltasse para a floresta, assim como fez com a anta e os gambás. Para os veados, Caipora pediu que aguardassem um pouco, pois o Anhangá já voltaria para buscá-los, e foi embora. Assustado, o caçador resolveu cortar a cabeça dos veados para fugir dali o mais rápido possível.

O caçador escuta um barulho e, então, se depara com um lindo veado-branco, a caça mais linda que já vira e logo dispara, mas os tiros não derrubam o animal, foi quando percebeu estar encurralado, tropeçou e caiu com sua espingarda atrás do tronco que estava escondido durante o dia inteiro. O veado se aproximou e encostou nos veados que estavam mortos, trazendo-os de volta para a vida. Da floresta, ouviu-se um grande clamor por Anhangá e o caçador pôde ver as estrelas através da criatura, foi nessa hora em que morreu de medo, logo após, Anhangá foi embora e o silêncio voltou a reinar na floresta.

Quando terminou de contar sua história, o esqueleto de Guilherme Limões soltou Zezinho, que, por sua vez, saiu correndo com seus irmãos. A rápida velocidade dos garotos não impediu que ouvissem a gargalhada da Caipora.

3. REGINA CHAMLIAN: BIOGRAFIA

A escritora e cineasta brasileira Regina Chamlian é reconhecida por suas obras infantis e juvenis. Nasceu em São Paulo, onde cursou Comunicação Social pela escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, com bacharelado em Cinema e doutorado em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Foi vencedora dos prêmios Autor-Revelação e melhor texto infantil, pela Biblioteca Monteiro Lobato. Regina também recebeu o Altamente Recomendável, na Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil pelo livro *A Raposa* e o prêmio White Ravens, da biblioteca de Munique, através da obra *A Cuca vem pegar*.

Regina Chamlian trabalhou em diversos filmes, premiada com o Prêmio Estímulo para roteiros da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, pelo documentário curta-metragem *Ana*.

4. TEORIA BAKHTIANA: EDUCAÇÃO BRASILEIRA ATRAVÉS DE LENDAS FOLCLÓRICAS

Após criticar várias teorias da linguagem, Mikhail Bakhtin, popular filósofo do século XX, descreve a linguagem como um fenômeno que está presente em todas nossas ações, acontecimentos e lugares. O filósofo afirma que esse fenômeno tem papel fundamental na formação sociopolítica, bem como nos sistemas ideológicos.

Em seus estudos, Mikhail apresenta duas orientações presentes no estudo da linguagem: o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato. O subjetivismo idealista, segundo Gomes:

“Constitui uma tendência cujo foco está no ato da fala, no ato de criação individual, como base de toda atividade de linguagem, portanto, da língua.” (GOMES, 2008, apud BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1988)

Já o objetivismo abstrato, rege a língua através de seu sistema linguístico, sendo desprovido de uma justificativa ideológica. Como aponta Gomes:

“Os atos individuais da fala {...} constituem deformações das formas normativas. Mas são justamente estes atos individuais de fala que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e desprovida de sentido. Entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem afinidade de motivos. Eles são estranhos entre si.” (GOMES, 2008, apud BAKHTIN & VOLOCHINOV, 1988)

Segundo Pedrosa (1984) “A ideologia é um reflexo das estruturas sociais e entre linguagem e sociedade existem relações dinâmicas e complexas que se materializam nos [...] gêneros do discurso”.

Defendemos assim, os gêneros de discurso sendo pertencentes a linha da filosofia da linguagem representada pelo subjetivismo idealista, dado que, tal linha de raciocínio

se enquadra nos gêneros discursivos ao ter a criação individual como atividade linguística pautada em atividades sociais e ideológicas. Afinal, como declara Gomes (2008):

“Na origem dos fundamentos teóricos do objetivismo abstrato estão os princípios de uma visão de mundo racionalista desfavorável a uma compreensão correta da história. Ora, tal concepção é contrastante ao enfoque bakhtiniano da língua como um fenômeno essencialmente histórico.”
(GOMES, 2008)

Em nosso estudo, defenderemos o gênero de discurso tendo influência histórico-social.

De acordo com Bakhtin, gênero textual se define como enunciado responsivo, apontando a linguagem como atividade interativa, em constante mudança, não como algo estático. Essa atividade interativa faz com que a língua evolua. O filósofo justifica a existência de tantos gêneros discursivos segundo as atividades humanas, uma vez que, todas essas atividades englobam a língua e formam enunciados, quer sejam orais, quer sejam escritos.

A teoria Bakhtiniana divide os gêneros discursivos em três dimensões construtivistas:

- Aspecto temático: objetos, sentidos, conteúdos, gerados numa esfera discursiva com suas realidades socioculturais;
- Aspecto expressivo: seleção lexical, frasal, gramatical, formas de dizer que têm sua compreensão determinada pelo gênero;
- Aspecto formal do texto: procedimentos, relações, organizações, participações que se referem à estruturação e acabamento do texto.

Bakhtin explica a criatividade para os diversos tipos de gêneros textuais pela transmissão histórica e social de contos feita pelos falantes da língua, contribuindo assim, para a preservação, transformação e renovação cultural da oralidade. Essa criatividade deve levar em consideração os conteúdos e valores ideológicos aos quais se relacionam.

Para completar, afirma: “São muitas as pessoas que, dominando magnificamente a língua, sentem-se logo desamparadas em certas esferas de comunicação verbal precisamente pelo fato de não dominarem na prática, as formas do gênero de uma dada esfera”.

A partir desse pensamento de Mikhail Bakhtin (2000), concluímos que, conhecer a língua em seu aspecto formal, não resultará na perfeita dinâmica necessária para dominar os gêneros de discurso e utilizá-los de maneira satisfatória conforme cada situação exige.

O filósofo ainda afirma que os gêneros não pertencem ao objeto de estudo da linguística, uma vez que essa ciência estuda a língua em seu aspecto formal.

Por fim, Gomes (2008) vai nos dizer que:

“{...} devemos considerar que Bakhtin formula uma filosofia da linguagem ancorada na reflexão acerca do funcionamento real e concreto da linguagem social, no qual encontramos o acontecimento singular e único da enunciação. Logo, a linguagem, de acordo com o pensador russo, constitui um fenômeno social, histórico, ideológico e dialógico.” (GOMES,2008)

As obras de Bakhtin tiveram apropriação na Educação Brasileira desde o fim do século XX, mais precisamente, na última década do mesmo século, tendo os estudos intensificados nos primeiros cinco anos do século XXI.

Em primeiro enfoque, os estudos eram mais voltados para a teoria Bakhtiniana da enunciação, trazendo sempre a leitura/escrita como foco, para, em seguida, trazer o dialogismo, e, por fim, como a teoria em seu total poderia ser aplicada em sala de aula.

Os estudos abordados na pesquisa que usamos de base para este artigo, trazem um consenso de que a teoria Bakhtiniana pode ser aplicada em qualquer gênero discursivo, principalmente, com o surgimento da internet, onde uma nova forma de gênero textual tem ganhado espaço e indica um novo espaço de escrita/leitura, como aponta Costa (2005):

“A internet é virtual, múltipla, multimidiática, heterogênea, multifacetada, não-linear, autônoma, desterritorializada, desmaterializada: um ciberespaço, um hiperespaço, uma entidade enunciativa nova. Ela permite uma escrita/leitura que não são mais limitadas geograficamente. Passamos de uma lógica linear para uma lógica multidimensionada, cuja relação de construção de sentido é múltipla no ciberespaço.” (COSTA, 2005: 110).

Assim como para Nunes-Macedo, Mortimer e Gomes (2004) os livros didáticos podem ser utilizados como um enunciado, sendo um elemento da cadeia de interação verbal estabelecida entre alunos e professores. Podemos concluir ser possível a utilização de materiais retirados da internet para tal ação.

Ao aplicar o dialogismo de Bakhtin nas salas, o educador passa a ver o aluno como um sujeito que se expressa (fala) e que está em constante processo de expressão e criação, podendo, assim, compreender o aluno em sua singularidade e ter conhecimento de seus conhecimentos prévios.

Sendo assim, Freitas (2002) pondera que, se conduzida por uma abordagem sócio-histórico, uma pesquisa qualitativa constitui-se uma instância de aprendizagem e de produção de conhecimento, ou seja, se o educador tiver o contexto sócio-histórico de seus alunos, pode usar disso para manter um diálogo durante as aulas e um compartilhamento de conhecimento mútuo.

Utilizando desse conhecimento singular dos educandos, os professores podem trazer artifícios que os auxiliaram durante as aulas e tornar a compreensão de seus discursos mais lúdica, permitindo o planejamento de uma aula mais interativa e atrativa ao aluno.

5. TEORIA BAKHTIANA - A APLICAÇÃO DA TEORIA NO ENSINO DE LENDAS FOLCLÓRICAS

A existência de uma vasta coletânea formada por lendas folclóricas, tem como motivo a mescla cultural e mitológica entre os índios, os europeus e africanos, juntamente com variação de enredo proposto por cada indivíduo e região. Ao declarar em seus estudos que os enunciados são uma expressão da consciência individual, o filósofo Bakhtin justifica a diversidade de contos folclóricos no Brasil.

Em busca de manter a ligação da geração atual com suas raízes, os profissionais da educação buscam projetos em que todos tenham um contato profundo com as lendas através de desenhos, rodas de leitura e cartazes e peças teatrais. Parafraseando Gonçalves & Graupmann, podemos compreender que o folclore possibilita a ligação histórica com influências vivenciadas hoje.

É importante manter os pilares culturais vivos, pois foi através deles que as histórias ganharam a atenção do povo, tornando-se um marco para os enredos que surgiram ao decorrer dos anos. É através do conhecimento cultural folclórico que se dá a formação social humana.

Por ser referência no estudo da linguagem, Bakhtin se destaca ao trazer intertextualidades com a história, cultura e sociedade. Com base no estudo apresentado nesse artigo, compreendemos que essa é a definição que se encaixa no termo folclore, e que não há pessoa mais adequada do que Mikhail Bakhtin para tratar sobre o tema.

Em seus estudos, o filósofo declara a importância e poder dos discursos, quer sejam eles orais ou escritos, apontando também a necessidade de um locutor e um interlocutor para eficácia da enunciação. Isso a explica o hábito de rodas de leitura/contação de histórias nas escolas, principalmente no que se diz respeito aos contos folclóricos.

Dentre as inúmeras lendas existentes, a lenda Caipora torna-se atrativa, pois mostra uma reflexão sobre o zelo com a natureza e oferece um momento de análise tendo como alvo a personalidade da personagem. Cada leitor pode interpretar os detalhes da forma que deseja, dividido no momento em duas possibilidades: o lado que acusa a Caipora sendo uma “assassina a sangue-frio” destruindo vidas sem qualquer demonstração de remorso, como é descrito em alguns contos ou apontando que ela possui um coração bom e apenas deseja cuidar da fauna e flora visando um futuro próspero para as próximas gerações, punindo pessoas que ameaçam este planejamento.

Além da valorização folclórica, através do conto da Caipora pode ser trabalhado em sala de aula questões como desmatamento, caça ilegal e preservação da natureza.

Conclui-se que, quando se trata de valorização cultural folclórica e preservação do meio ambiente, não há combinação melhor do que Mikhail Bakhtin e a lenda da Caipora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste artigo, compreende-se a importância que aulas sobre contos folclóricos tem nos valores de aprendizagem do corpo discente de tal forma que, sem estes, poderia até mesmo se dizer que o aprendizado foi “pobre em valores”, pois na sociedade atual os valores de aprendizagem e transmissão de conhecimentos, principalmente no que se diz respeito a cultura, muitas das vezes são tidos como secundários. Os estudos de Bakhtin sobre a linguagem e os gêneros de discurso se mostram primordiais para maior eficiência e consolidação no que se diz respeito aos contos folclóricos.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, D. F. X. Literatura Oral e Popular. Disponível em: <https://portal.uel.br/home/>. Acesso em: 23 nov. 2021.

ESCAVADOR. Luci Regina Chamlian. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/5676433/luci-regina-chamlian>. Acesso em: 21 nov. 2021.

GOMES, Marcela Lopes. CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA BAKHTINIANA PARA O ESTUDO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A APROPRIAÇÃO DAS CATEGORIAS DA ENUNCIÇÃO E DO DIALOGISMO. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90297/gomes_ml_me_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 nov. 2021.

GONÇALVES, Fábio Kravec; GRAUPMANN, Edilene Hatschbach. O ENSINO DO FOLCLORE NAS ESCOLAS: A PERSPECTIVA DE DOCENTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25878_13431.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.

GRUPO EDITORIAL GLOBAL. Regina Chamlian. Disponível em: <https://grupoeditorialglobal.com.br/autores/lista-de-autores/biografia/?id=2664>. Acesso em: 21 nov. 2021.

PEDROSA, C. E. F. GÊNERO TEXTUAL: UMA JORNADA A PARTIR DE BAKHTIN. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xcnlf/3/09.htm>. Acesso em: 21 nov. 2021.

PORTAL PAULINAS. Regina Chamlian. Disponível em: https://www.paulinas.org.br/editora/?system=autores_ilustradores&action=detalhes&autor=105814. Acesso em: 21 nov. 2021.

A PANDEMIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS NOTADAMENTE NOS DIREITOS HUMANOS

SILVIA, Elvis Luiz
VILLANI, Fábio Luiz

RESUMO

O seguinte artigo possui como tema, “A Pandemia e suas Consequências”, uma contextualização à vista da lei, com relação aos direitos sociais violados, diante da excepcionalidade da conjuntura. A pandemia corroborou o aumento da taxa de violência doméstica, que desencadeou a Lei n.º 14.188 de 28 de julho de 2021, que dispõe acerca do abuso psicológico da mulher. A presente situação trouxe inovações legislativas transitórias, que questionam o princípio da irretroatividade, abrangedor de fatos geradores posteriores à sua edição, ou seja, não pode retroceder para abarcar situações pretéritas. Uma nova realidade social e jurídica fora implantada bruscamente, como o campo judicial está se adapta aos processos eletrônicos e como a Constituição da República Federativa do Brasil adota a restrição de direitos, com base constitucional, (princípio de supremacia de ordenamento).

Palavras-chave: violação de direitos, direitos humanos, pandemia, reflexos, social.

ABSTRACT

The following article has as its theme, The Pandemic and its Consequences, a contextualization in view of the law, in relation to the violated social rights, in face of the exceptionality of the conjuncture. The pandemic contributed to the increase in the domestic crime rate, which triggered the Law 14.188 of July 28, 2021, which deals with the psychological abuse of women. This situation brought about transitory legislative innovations, which questions the principle of retroactivity that applies otherwise. A new social and legal reality had been abruptly implanted, as the judicial field is adapting to electronic processes and as the Constitution of the Federative Republic of Brazil adopts the restriction of rights as a constitutional basis the (principle of order supremacy).

Keywords: violation of rights, human rights, pandemic, reflexes, social.

1. INTRODUÇÃO

A Pandemia desencadeou consequências, refletidas no Direito, notadamente nos direitos humanos, violência doméstica, e condições de acessibilidade aos serviços públicos com segurança. Questões que culminaram problemáticas sociais que versam o pleno exercício da cidadania:

Como a pandemia influenciou o direito, e suas consequências jurisdicionais? Quais normas legais foram violadas?

Quais as normas jurídicas estatuídas, de modo a garantir o direito ao emprego do cidadão?

Como a ordem jurídica está sendo restabelecida, no tocante à pandemia? Quais são os direitos e deveres do cidadão, à vista da lei, na situação? Como garantir o ato jurídico perfeito, e o exercício da cidadania?

Qual o reflexo jurídico, no que concerne às estruturas sociais que desataram maior índice de violência e criminalidade no período pandêmico?

Quais são os maiores impasses legais, acerca dos direitos humanos?

No decurso de toda a história da humana, pandemias seculares afligiram a humanidade, caos, disseminação de informações falsas, depressão e ódio são algumas das características de uma pandemia. O pleno exercício do direito é atingindo, atos jurídicos imperfeitos e restrição dos direitos, em relação aos cidadãos capazes, parcialmente incapazes e absolutamente incapazes. Assim, o tema em questão se define de direito público. Infere-se, portanto, a justificativa, por abordar temática pertencente a direito coletivo.

Pretende-se externalizar, notadamente o que ocorre e ocorreu, versando o âmbito jurídico como ponto inicial, acerca da pandemia, elucidar as questões que impetram resoluções diante das consequências jurisdicionais, qual a influência da pandemia no direito, visando as violações sociais, pensando na garantia de emprego e permanência dos cidadãos.

Os impasses relacionados aos direitos humanos invioláveis, os direitos e deveres do cidadão, resultando no exercício dos interesses do seio social. O restabelecimento da ordem jurídica.

A pesquisa está pautada em análises bibliográficas, artigos científicos publicados sobre o tema, matérias jornalísticas, legislação vigente e obras de autores de largo saber na respectiva área. A estrutura do artigo está dividida em capítulos:

1. As mudanças que a pandemia traz para o direito das pessoas na nova realidade que exigem o eletrônico, e aos que não possuem acessos às redes móveis.

2. A explícita desigualdade que a pandemia evidenciou, que não é restrita a determinada região e nem recente, mas que em algumas áreas as desigualdades estão expostas em maior potencial.

3. Normas infraconstitucionais que a pandemia acarretou com inovações legislativas para a garantia de emprego e renda dos cidadãos.

4. A Constituição Federal apresenta sistemas constitucionais de crises, restringindo as liberdades da pessoa humana, por meio do estado de defesa e estado de sítio.

5. Em meio a toda restrição existente, os direitos fundamentais dos cidadãos são alcançados por meio dos deveres atribuídos a cada pessoa.

6. A garantia dos atos jurídicos coincide com o ordenamento, casos de retroatividade legal que podem ser usadas como guia jurisdicional.

7. Reflexos da pandemia no mundo jurídico, acerca do aumento da taxa de criminalidade.

2. A INFLUÊNCIA DA PANDEMIA NO DIREITO

Uma nova realidade no âmbito jurídico, mudanças tecnológicas de larga escala, acerca dos atos jurisdicionais, conseqüentemente, acelerou a forma de condução dos processos judiciais, gerando, inclusive, economia de tempo, espaço e dinheiro.

Segundo a presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Renata Gil, a Justiça brasileira obteve grande adaptação ao trabalho virtual e à passagem do papel para o eletrônico. Vale ressaltar a avaliação da juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Keity Saboya, que destacou como crucial reflexão, acerca do contexto tecnológico, do modo a estabelecer os acessos à Justiça para os 46 milhões de brasileiros que não fazem parte do meio digital.

Segundo afirma o secretário-geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), José Alberto Simonetti, advogados e escritórios tiveram que se adaptar ao novo normal, pois grande parcela das atividades estão em modelo remoto.

Uma perquirição realizada pelo IBGE em 2019 apontou haver cerca de 32,9 milhões de idosos no país acima de sessenta anos, e a utilização da 'internet' pela terceira idade aumentou de 38,7% para 45%, ou seja, 14,8 milhões utilizam o serviço de conexão, o último censo da advocacia foi lançado pela seccional de São Paulo em 2020 e não refere a advocacia na terceira idade. São incorridos questionamentos acerca das dificuldades na advocacia dessa parcela da população. Os bacharéis que obtêm a OAB acima dos sessenta anos são jovens advogados e pessoas idosas; a entrada no mundo jurídico está ameaçada em decorrência da pandemia, evidente lesão à proteção dos profissionais acima dos sessenta anos no campo jurídico, infere-se, portanto, o não respaldo a essas pessoas.

3. NORMAS DE DIREITO AFETADAS

A prática de violações de direitos humanos, não é restrita à determinada região e nem algo hodierno, órgãos internacionais de direitos humanos, Organização das Nações Unidas (ONU), Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), chamam a atenção no que concerne à violação de direitos humanos fundamentais. Segundo o Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), publicado em 2021, a violência institucional no país não é um problema de desvios individuais, e se instaura, inclusive, por desigualdades sociais.

A pandemia de COVID-19 impacta fortemente os direitos humanos, acentuando vulnerabilidades já existentes, configurando o que se denomina como “vulnerabilidades sobrepostas” (GRAYSON, 2019; e NORWEGIAN RED CROSS, 2019).

A partir de março de 2020, quando o novo Covid-19 chegou ao Brasil, as desigualdades sociais foram explicitadas, como disfunções de acesso ao atendimento médico entre ricos e pobres ou brancos e negros, os direitos humanos foram afetados, quando se faz um levantamento das vítimas que vieram a óbito e as que se recuperaram, verifica-se que há diferenças entre negros e brancos, considerando a renda e o nível de escolaridade.

Segundo o Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), o professor Silvio Hamacher, explica que a desigualdade mata mais que o novo Covid-19 que é relativamente novo, quando comparado às desigualdades existentes em nossa sociedade.

Com a pandemia, normas jurídicas de direitos humanos foram lesionadas, como: liberdade de ir e vir (Artigo 13 da Declaração Universal de Direitos Humanos), direito à educação (Artigo 26), direitos à saúde (Artigo 25).

4. MANUTENÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Em 27 de abril de 2021 foi publicado no Diário Oficial da União uma Medida Provisória (MP Nº 1.045), que traz em seu preâmbulo a Manutenção do Emprego e da Renda, e medidas para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública decorrentes do novo Covid-19, no âmbito das relações de trabalho.

5. RESTABELECIMENTO DA ORDEM

A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, apresenta normas de modo a garantir a ordem pública, que resultam numa restrição signifi-

cativa dos direitos fundamentais, o estado de defesa (artigo 136 da Constituição/1988) é o menos afrontoso listado na Constituição Federal, que em conjunturas de normalidade os direitos dos cidadãos seriam violados, o Art. 136 — CF/1988, dispõe que o Presidente da República, pode ao ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para proteger ou restabelecer a ordem pública, que restringe os direitos à reunião, mesmo que feitas no seio das associações, sigilo de correspondência, permitida também em investigações e processos criminais, com ordem judicial e o sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.

O estado de sítio prevê a suspensão temporária com medidas drásticas. O Presidente da República, ao ouvir a maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para decretar o estado de sítio está elencado na Constituição (Artigo. 137) artigos que tratam a manutenção da ordem social. Ou seja, restringir a liberdade é uma medida constitucional.

A constituição pertence ao ramo do direito caracterizado como público, baseado no princípio da supremacia, pois é hierarquicamente superior a todo o ordenamento jurídico obrigatório aos governantes e aos governados. Há normas programáticas e dirigentes, ou seja, significa que ela apresenta normas, fins e tarefas que preveem a organização do Estado, através de programas sociais e econômicos, sendo a forma dirigente mais específica acerca das normas que estabelecem referidos programas.

A rigidez constitucional garante o princípio da supremacia. No Brasil, a Carta Cidadã é rígida e super-rígida, por haver cláusulas pétreas. Nesse sentido, os direitos sociais pertencentes à pessoa humana, baseado no princípio supremo, restabelecimento da ordem pública é propugnado com a restrição, vistos.

6. DIREITOS E DEVERES DO CIDADÃOS

É dever dos cidadãos cumprir as leis, bem como respeitar os direitos sociais, de modo a corroborar o bem coletivo, e, para desfrutar os direitos, todos devem exercer seus deveres. A pandemia pode afetar a todos subitamente, pesquisas apontam que, o nível de escolaridade e renda são agravantes na pandemia, pessoas que não o possuem, podem sofrer maiores impactos. Nesse momento, os deveres dos cidadãos são diversos, como evitar aglomerações, lavar as mãos com frequência, distanciamento social e utilização de máscaras. Em suma, a cidadania é a melhor defesa contra o vírus.

Ademais, a Lei n.º 12.527, de 2011, garante o direito à informação e de acesso à informação, como pauta o direito de ser informado, poder acessar informações, porém, não confundido com o direito de informar. Os direitos garantidos geralmente, como o de

informação apresentam vieses objetivas e subjetivas quanto o acesso à informação, provenientes do Estado democrático de Direito. Diante do exposto, transparência, publicidade e de informação, permitem controle social, assim como também, assegura a proteção de outros direitos fundamentais, saúde, educação e meio ambiente, assim previstos no Art.6°. Constituição Federal/1988.

O Art.196 da Constituição Federal/1988, diz ser dever de todos e do Estado evitar agravos e aparecimento de novas doenças, assim como o Art. 225 da Constituição Federal/1988 prevê o direito a um meio ambiente equilibrado, apresentado no (princípio da sadia qualidade de vida), dever do Poder Público e da coletividade, defender e preservá-lo para as próximas gerações.

Um documento da Organização das Nações Unidas (ONU) lançado pelo Secretário-Geral da Organização, António Guterres, relata que a pandemia destaca a necessidade de ampliar investimentos em serviços de saúde mental, devido a dados que indicam aumentos nos sintomas de depressão e ansiedade.

Pesquisadores afirmam que o desmatamento é fator determinante para o surgimento de zoonoses, as transformações do meio ambiente, geram alterações nos hospedeiros, animais e humanos e aos patógenos em constante evolução para explorar novos hospedeiros. Ademais, compete à União, estatuir medidas exequíveis, para conter o avanço da problemática.

7. GARANTIA DE ATO JURÍDICO PERFEITO

No Direito, a retroatividade é a aplicação de uma lei para fatos anteriores à sua vigência, ou seja, as leis são elaboradas para disciplinar o futuro e o presente, não o passado, no Brasil o princípio à irretroatividade vigora. Organizar os fatos após sua vigência.

Entrementes, no que se refere ao princípio da irretroatividade, a retroatividade é aplicável, desde que não afronte óbice constitucional, o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito, previstas no Art. 5° — XXXVI — da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Art. 6° da LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO brasileiro (LINDB). Leis emergenciais em tempos de pandemia podem retroagir, desde que não haja óbice constitucional, poderiam ser utilizadas para “positivar regras e princípios anteriores”, guia para os juízes.

Os atos jurídicos perfeitos são consumados segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou, existindo caminhos legais que o ordenamento prevê para a consecução da lei e sua aplicação no caso concreto. O exercício da cidadania na Pandemia, está sen-

do protegido por normas infraconstitucionais, Medidas Provisórias e Leis Emergenciais Transitórias, como exemplo, que estão em consonância com a Carta Magna, mas há a restrição, visto que representa uma conjuntura baseada no princípio da excepcionalidade constitucional (sistemas constitucionais de crises).

8. REFLEXO DA PANDEMIA NO JURÍDICO

Durante o período de quarenta, houve significativos aumentos em relação a crimes de violência doméstica, em 28 de julho de 2021, segundo o Art. 6.º da Lei 14.188 diz que referida entra em vigor na data de sua publicação, que define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher (Ementa Lei — 14.188/2021).

Segundo A Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL), os crimes digitais estão crescendo durante a pandemia, o que um recente relatório apresenta. Com o advento da tecnologia, está cada vez mais facilitado o acesso a serviços digitais, uma tendência de atualização decorrente inclusive da pandemia, que contribui a maiores fraudes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que durante a pandemia, os crimes digitais aumentaram, bem como os índices de violência doméstica; afinal, o não convívio rotineiro perpetua parcialmente os agravos em questão. Com a pandemia, a restrição de direitos sociais foi evidenciada, porém, trata-se uma medida prevista para o enfrentamento de situações excepcionais, que refletiram no mundo jurídico, vendo-se obrigado a adaptação ao novo normal digital. O princípio de cidadania é o caminho para combater as desigualdades perpétuas no seio social. Lacunas precisam ser preenchidas em relação à atuação governamental, concernente à recém-formação da população idosa.

Conforme o Art. 6º da Constituição Federal /1988, que apresenta em seu texto os direitos sociais, educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, esses direitos não foram afrontados, maiormente restrição encontra-se em transitar em espaços públicos. É garantido pela Lei n.º. 12.527 o acesso à informação. Os direitos e deveres individuais e coletivos possuem aplicação imediata § 1º Art. 5º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, e são inerentes à pessoa humana.

REFERÊNCIAS

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.045, DE 27 DE ABRIL DE 2021: institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (co-vid-19) no âmbito das relações de trabalho. Brasília: Publicado em: 28/04/2021 | Edição: 78 | Seção: 1 | Página: 2

Cavalcante Melo, Sonia Maria, Mendes Filho, Haroldo Azevedo, Garcia, Thamires Alves, Praciano Frota, Thayane Prado, Menezes Cavalcante, Hellen Joyce Xavier, Alcântara, João Lúcio, Mesquita Oliveira, Ana Paula. “DEVERES DO CIDADÃO EM TEMPOS DE CALAMIDADE PÚBLICA”; Ceará; Comissão de Educação e Cidadania; 16 de abril de 2020 número de páginas 15.

Figueredo, Ticiano, Ferraz, João Paulo, Lavocat Galvão, Jorge Octávio. Formas de manutenção da ordem pública em tempos de pandemia. 24 de março de 2020. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2020-mar-24/embargadoopiniao-formas-manutencao-ordem-publica-tempos-pandemia#author>> Acesso em: 14 de novembro de 2021.

Gonçalves, Antônio Baptista. As dificuldades dos advogados idosos na pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). 24 de abril de 2021. Disponível em: <<https://juristas.com.br/2021/04/24/as-dificuldades-dos-advogados-idosos-na-pandemia-do-novo-coronavirus-covid-19/>> Acesso em: 14 de novembro de 2021.

Oliveira, Carlos Eduardo Elias. Retroatividade das leis: a situação das leis emergenciais em tempos de pandemia. 05 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/335960/retroatividade-das-leis--asituacao-das-leis-emergenciais-em-tempos-de-pandemia>> Acesso em: 14 de novembro de 2021.

Oliveira Soares, Debora Lima. Os deveres do cidadão brasileiro em caso de pandemia. 4 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigo/57365/os-deveres-do-cidadao-brasileiro-em-caso-de-pandemia>> Acesso em: 13 de novembro de 2021.

Oliveira, Nelson. Desigualdade e abusos na pandemia impulsionam cobranças por Direitos Humanos. 28 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/08/desigualdade-e-abusos-na-pandemia-impulsionam-cobranças-por-direitos-humanos>> Acesso em 16 de novembro de 2021.

Sarlet, Ingo Wolfgang. Direitos fundamentais e pandemia V — o STF e o acesso à informação. 3 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-jul-03/direitos-fundamentais-direitos-fundamentais-pandemia-stf-acesso-informacao#author>> Acesso em: 12 de novembro de 2021.

Siegfried, Kristy, Barchfield, Jenny, Carlisle Lilly, Yeasmine Iffath. Violência contra a mulher aumenta durante a pandemia de COVID-19.

25 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2020/11/25/violencia-contra-a-mulher-aumenta-durante-a-pandemia-de-covid-19/>> Acesso em: 11 de novembro de 2021.

Lei cria programa Sinal Vermelho e institui crime de violência psicológica contra mulher. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/29/lei-cria-programa-sinal-vermelho-e-institui-crime-de-violencia-psicologica-contra-mulher> > Acesso em: 11 de novembro de 2021.

A REINVENÇÃO DOS TRABALHOS DA DOCÊNCIA: UMA ABORDAGEM SOBRE OS PROFESSORES EM TEMPOS DE PANDEMIA

GEBRAN, Samir Elias
LEITE, Gabriel Fanchini
GEBRAN, Mauro Elias

RESUMO

Esse trabalho nos apresentou como a Pandemia do COVID-19 pode transformar as vidas. Vimos quanto os professores estão despreparados e desatualizados (no âmbito Municipal e Estadual). A metodologia aplicada nesse artigo foi a pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica. Nos relatou também que a Educação passou e está passando por uma transformação e uma adequação à nossa realidade. O EAD (Educação a Distância) e o Ensino Híbrido, estão cada vez mais frequentes no ensino-aprendizagem dos níveis da educação. A tecnologia está empenhada na jornada e no desenvolvimento educacional. Sabendo que em alguns lugares, alunos e professores não têm a mesma qualidade dos serviços prestados pelas empresas de tecnologia.

Palavras-chave: Educação; Tecnologia; Professor.

ABSTRACT

This work introduced us to how the COVID-19 Pandemic can transform lives. We saw how unprepared and outdated teachers are (at the Municipal and State levels). The methodology applied in this article was research and literature review. He also told us that our Education has undergone and is undergoing a transformation and adaptation to our reality. Distance Learning (Distance Education) and Hybrid Learning are increasingly frequent in teaching-learning at different levels of education. Technology is committed to educational journey and development. Knowing that in some places many students and teachers do not have the same quality of services provided by technology companies.

Keywords: Education; Technology; Teacher.

1. INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI, onde o futuro já chegou, a realidade virtual é um artefato técnico e sofisticado, onde as crianças aprendem sozinhas (Artigo – Ensaio Sobre a Educação a Distância no Brasil – Maria Luiza Belloni, 2012), manuseando máquinas supostamente inteligentes e interativas versus uma instituição escolar despreparada, e por sua vez mal equipada, onde o professor, por mais que se esforce e tente driblar a falta de estímulo (salário baixo) pesquisa realizada pelo site INFONET, se descobre, se reinventa, improvisa e por muitas vezes se transforma em um personagem que até pouco tempo atrás não existia, com a descoberta da COVID-19 (coronavírus), que gerou uma pandemia. O professor buscou em seu intelecto um personagem que consegue com pouco que tem, passar o que ele mais gosta e sabe fazer ensinar.

Um breve relato do que foi o ensino em 2020 antes de abordarmos o ensino híbrido, foi quando a pandemia deixou o sistema de ensino preocupado com o aprendizado dos alunos. Por volta do dia 20 de março, deu início ao afastamento das aulas presenciais em todo o país. As escolas precisaram rever o conteúdo que seria abordado, presencialmente, em aulas remotas.

Os professores começaram a elaborar as suas aulas em powerpoints, gravar suas vozes explicando todo o conteúdo e postando em sites privados de escolas ou em plataformas, como PLURALL, GOOGLE MEET, ZOOM, entre outros, para que seus alunos pudessem acompanhar sem perder a qualidade do ensino-aprendizagem.

Essa ideia inicial das aulas serem apresentadas em powerpoints, durou alguns meses até as escolas pensarem em estratégias que pudessem ajudar os alunos no aprendizado. A escola pensou em, além desse conteúdo já gravado, o professor entrar um pouquinho, todos os dias, ao vivo para que os alunos pudessem “matar as saudades” e tirar algumas dúvidas. Isso trouxe confiança para os alunos e para os pais. Já não estavam mais tão distantes.

As férias de julho de 2020 vieram (para a maioria das instituições de ensino) e as mesmas tiveram que pensar em algo ainda diferente, sempre buscando o melhor para todos. Foi aí que, em meados de outubro 2020, veio o ensino híbrido, professor dentro das salas de aula e alunos, presencialmente ou on-line, da preferência de cada pai. E assim, o ensino ficou até ao retorno das férias em agosto, quando começou a ser liberado parcialmente as aulas presenciais. Hoje, terminando o ano letivo de 2021 já encontramos instituições de ensino totalmente presenciais.

2. DESENVOLVIMENTO

De acordo com Belloni (2012),

“Avaliar o ambiente de aula presencial e o ambiente virtual é intrigante, pois a contextualização disciplinar é imprescindível, e o uso da tecnologia é uma ferramenta para auxiliar e não como uma ferramenta de distração. Essa tecnologia desempenha um grande papel hoje na educação, onde a transformação foi muito visível, e adentrou de uma certa forma na educação tradicional que mudou todo o seu perfil, sendo hoje um suporte de alta utilidade na aprendizagem”.

O mesmo autor comprova que o papel da escola é proporcionar acesso simultâneo às tecnologias de comunicação e informação, tentando minimizar as diferenças sociais. Com essa perspectiva a escola necessita resgatar a função de formar o cidadão e prover ao aluno uma condição em que ele adquira os conhecimentos e habilidades para o uso da tecnologia de forma convicta.

Já, com a afirmação de Nóvoa (2020):

“Se existe um momento em que a formação continuada dos educadores se faz essencial, esse momento é agora. Precisamos discutir e compartilhar uns com os outros e reconstruir nossas aprendizagens”.

A formação de professores é de importância para pesquisadores e acadêmicos na área da Educação, tanto na análise dos acontecimentos quanto na atuação dos profissionais recém-formados.

Segundo a LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 62:

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuidade e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009)

Conforme As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, o Art. 2º, inciso VI:

“o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores” (Brasil, 2002). Nas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN – cita que a utilização das tecnologias digitais nos processos de ensino e de aprendizagem são importantes.

Moram (2013) cita:

Alunos sem acesso contínuo às redes digitais estão excluídos de uma parte importante da aprendizagem atual: do acesso à informação variada e disponível on-line, da pesquisa rápida em bases de dados, bibliotecas digitais, portais educacionais; da participação em comunidades de interesse, nos debates e publicações on-line, enfim, da variada oferta de serviços digitais. (pp. 9 e 10)

Tendo o princípio que o acesso aos bens materiais necessários ao EAD, uma vez que 25,3% dos brasileiros não possuem acesso à internet, supondo as zonas urbanas e rurais, sendo que esse último 53,5% das pessoas não possuem acesso (IBGE, 2020). A pesquisa do GESTRADO (2020), ou simplesmente mostra que mais de 53% dos docentes pesquisados (aproximadamente 15 mil professores de todo o país, em todas as esferas; municipal, estadual e federais) não obtiveram nenhum tipo de formação para o uso de mídias digitais para a docência, e apenas 28,8% dos docentes afirmaram ter facilidade para o uso desses meios, e 17% dos pesquisados não possuem os meios necessários.

Classificar a capacidade do ser humano que consiste em muitas capacidades como: cognitivas, intelectuais, motora, de equilíbrio e autonomia pessoal e relação interpessoal. Se levarmos em conta essas referências, a pergunta sobre as intenções educacionais virtuais, podem resumir à que tipo de capacidade o sistema educativo quer ensinar. Desta forma a didática estando em consonância com os avanços tecnológicos estando atualizados aos novos tempos, fez aflorar o despreparo e o não conhecimento de alguns profissionais em relação à inclusão digital e ao EAD.

O mundo corporativo passou a usar a internet como meio de ferramenta para resolver questões de negócios e realização de treinamentos a distância, reduzindo custos e mantendo a eficácia produtiva, conforme o Censo EAD.BR, realizado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), a expectativa de 82% dos pesquisados são que as matrículas em cursos online corporativos devam aumentar nos próximos anos. Sendo convencional que cada instituição priorize uma metodologia para determinadas disciplinas, tal como há cursos que dependem de aulas práticas presenciais.

O conceito de EAD tende a se transformar, pois vislumbrando o futuro no campo educacional é uma junção de paradigmas, que combinará o ensino a distância e o presencial. A educação a distância deixa de ser uma opção e passa a ser mais uma modalidade de educação, abrindo uma fatia no mercado de educação e trazendo lucros para as grandes instituições de ensino, essa modalidade pode vir a ser uma saída para o déficit na educação, porém precisando ajustar a visibilidade para todos, pois já falado aqui, o país tem uma grande desigualdade social.

O país vem tendo experiências de educação a distância nas quais se pode observar algumas características estruturais recorrentes: tecnocrático, autoritário e centralizador tendo alguns resultados medíocres. As propostas são tecnocráticas no sentido em que, às vezes válidas de ponto de vista puramente técnico, não levam em consideração as condições (sociais e políticas, micropolíticas) de realização, o “chão social” de que fala Santos em sua tese sobre o projeto Saci, exemplo emblemático da consciência tecnocrática:

Nos dias atuais, ainda em pandemia os professores continuam a se reinventar, passaram de casa para escola, porém no ensino híbrido, onde os professores precisam dar conta dos alunos no presencial e alunos que ainda estão em suas casas.

No Brasil começou nos anos 90 como semipresencial, isso para o ensino superior onde os cursos presenciais podiam incluir em até 20% de atividades a distância. Esse termo Ensino Híbrido, originou do inglês *b-learning* ou *blended learning*, (aprendizagem

bimodal ou misturada), mas aqui no Brasil legalmente não existiu a modalidade híbrida, por que o MEC só reconhece, o ensino a distância e o presencial.

Essa modalidade, é basicamente a combinação de atividades didáticas em sala de aula e atividades em espaços digitais, o conceito de educação híbrida é mais abrangente ao envolver a toda a comunidade escolar no redesenho das melhores combinações possíveis na integração de espaços, tempos, metodologias, tutoria para oferecer as melhores experiências de aprendizagem à cada estudante de acordo com suas necessidades e possibilidades.

A partir de agora as perspectivas são; na Educação Básica predominará a aprendizagem ativa em ambientes presenciais com integração - sempre que necessário/possível - de plataformas, aplicativos e atividades digitais. Continuarão os modelos mais conhecidos, como a aula invertida, rotação por estações, rotação individual. Mas no Ensino Médio e nos anos finais do Fundamental testaremos modelos mais personalizados e online, como os modelos flex (roteiros personalizados online com o professor por perto), à la carte (fazer um, ou mais módulos online) ou virtual enriquecido (parte presencial, parte online). A hibridização será progressiva, de acordo com a idade e o avanço do estudante no currículo e as condições de acesso das escolas, docentes e estudantes. Os modelos híbridos predominarão no Ensino Superior e na educação continuada nos próximos anos. - José Moran - Blog Educação Transformadora.

O aluno terá contato com os recursos digitais, tendo uma autonomia de como, quando e onde ou com quem quer estudar. Podendo incluir a mudança na rotina de estudos, autonomia dos alunos sobre o próprio aprendizado, aproximação com a realidade social e personalização do ensino.

Algumas das possibilidades de combinar o ensino presencial e remoto são: Rotação, Sala de aula invertida, Flex e Laboratório on-line.

Modelo	Conceito
Rotação	Propõe estudar uma mesma disciplina ou tema específico ora através de plataformas digitais, ora realizando projetos em grupo, e também dividir a turma entre quem estuda na modalidade virtual ou presencial, e alternar.
Sala de Aula invertida	Utilizar o conhecimento prévio do aluno, obtido por meio digital, para discutir em sala de aula o tema estudado e compartilhar com os colegas e o professor.
Flex	Permite que o estudante aprenda através de recursos digitais com maior autonomia, mas tem o professor disponível para tirar dúvidas sempre que precisar.
Laboratório on-line	Disponibiliza o curso inteiro em plataforma digital, mas em um ambiente físico, assim os alunos estudam no laboratório e também assistem às aulas tradicionais.

Preocupados com os professores, foi criada a Força-Tarefa Internacional composta por 90 governos, 50 organizações internacionais e agências da ONU (Organização das Nações Unidas), trabalhando para garantir aos professores proteção e reconhecimento durante a pandemia de COVID-19.

Sendo 165 países afetados pelo vírus, e mais de 63 milhões de professores afastados devido a quarentena, foi preciso estabelecer medidas que darão prosseguimento no processo de ensino-aprendizagem aos alunos afastados das escolas.

Escolas particulares, públicas, municipais, estaduais e federais estão trabalhando para permitir que todos os alunos tenham o acesso à educação remota, levando para o aluno um ensino de qualidade e dinâmico ao mesmo tempo que o professor se sobrecarrega, podendo causar estresse, ansiedade, frustração e depressão. Conforme a Doutora em Educação e professora da UNICAMP Telma Vinha 25 de Março de 2020: “A pressão para uma aprendizagem remota sem dar condições para uma aprendizagem remota sem dar as condições para isso só gera mais ansiedade e pressão para o professor, que demonstra precisar de um suporte emocional e pedagógico”. Os professores não foram preparados para o método de ensino remoto e não tiveram tempo de se prepararem para o desafio. Alguns professores tiveram a suspensão de seus contratos e a redução da carga horária das aulas reduzidas, desencadeando estresse.

A Força Tarefa determinou seis normativas básicas de trabalho:

- 1º - Preservar o emprego e os salários, assegurando os direitos trabalhistas sejam cumpridos;
- 2º - Priorizar a saúde, o bem-estar e a segurança de alunos e professores;
- 3º - Incluir professores no desenvolvimento de respostas educacionais à COVID-19;
- 4º - Fornecendo suporte e treinamento profissional adequado;
- 5º - Colocar a equidade no centro das respostas da educação à crise;
- 6º - Incluir os professores nas respostas de ajuda, busca apoio financeiro e para suprir necessidade de países pobres e a qualificação.

Foi criada uma plataforma digital EDUCOVID – Educadores na COVID-19 com o intuito de auxiliar e coletar informações dos professores, analisando os dados e esclarecendo as dúvidas. O psicanalista Christian Duker 16 de Outubro de 2020 – do Instituto de Psicologia da USP – Universidade de São Paulo afirma em um vídeo disponibilizado para o apoio aos professores que “A linguagem é diferente, o tempo é diferente, o escopo é diferente e nós também estamos diferentes nessa situação. A primeira regra é aceitar e acolher essa diferença e começar a trabalhar a partir dela”.

Com esse artigo podemos verificar como o professor precisou se reinventar e aprender a dominar a tecnologia no ensino a distância. Tendo como objetivo descrever e demonstrar as capacidades do professor. As escolas abriram suas portas às novas técnicas de ensino, se adequando em plataformas de educação a distância e as plataformas usadas em reuniões por grandes corporações.

Para explicar esse artigo, foi utilizado o método de revisão bibliográfica, com bases em publicações de autores sérios e grande estudiosos na área da educação, como Belloni (2012), Biesta (2013), Moran (2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se concluir com esse artigo, que alguns professores das redes Municipais e Estaduais, estavam despreparados com o uso da tecnologia e a Pandemia da COVID -19 nos trouxe, conseqüentemente, incertezas frente ao cenário da educação.

As escolas passaram por grande transformação, se adequando as plataformas de educação a distância e ou as plataformas usadas por grandes corporações, visando sempre em passar o conteúdo das aulas com maior clareza para que os alunos conseguissem aprender e acompanhar as aulas.

Os alunos das redes Municipais e Estaduais enfrentaram grandes desafios, como é sabido, eles enfrentam o problema da falta de infraestrutura nas escolas e a desigualdade social, eu com a Pandemia da COVID-19 fiquei muito mais aparente.

Atualmente existe, sim, uma lacuna no processo de educação, principalmente das crianças em nível de alfabetização. Os professores estão se empenhando ainda mais para que essa lacuna seja menor a cada dia.

Essa pesquisa não tem um fim em si mesmo, por isso a intensão, não foi a de esgotar o assunto, mas de contribuir para que outros pesquisadores tenham argumentos e desenvolvam seus estudos.

REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria Luiza. O que é mídia-educação. Campinas: Autores Associados, 2012.

BIESTA, G. J. J. The beautiful risk of education. United States: Paradigman Publishers, 2013. Educação a Distância: Contra ou a Favor (Do Mundo do Ensina-se ao Mundo do Aprende-se) ABED

FARIA, A. A.; SALVADORI, A. A educação a distância e seu movimento histórico no Brasil. Revista das Faculdades Santa Cruz, v.8, n.1, 2010.

GUAREZI, R. C. M.; MATOS, M. M. Educação a distância sem segredos. Curitiba: Inter Saberes, 2012.2 Mb; PDF

MORAN, José Manuel. A integração das tecnologias na educação. A Educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. 2º ed. Campinas, São Paulo. Papirus, 2007.

Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?Id=PiZe8ahPcD8C&printsec=frontcover&h1=p-t-BR#v=onepage&q&f=false>.

MORAN, José Manuel. Novas Tecnologias e Reencantamento do Mundo. Publicado na Revista Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro, vol 23, nº126, setembro – outubro 1995.

P.24-26. Disponível em:

http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologia_educacao/novtec.pdf.

SANTOS, L.G. Desregulagens. São Paulo: Brasiliense, 1981. Pesquisa diz que professores no Brasil são mal pagos e desrespeitados <https://infonet.com.br/noticias/educacao/pesquisa-diz-que-professores-no-brasil-sao-mal-pagos-e-desrespeitados/>

AGHATA CHRISTIE É A PRINCIPAL BENEFICIADA COM A MORTE DE ROGER ACKROYD

PEREIRA, Júlia
OLIVEIRA, João
ADOLFO, Miriã
OTA, Simone
VILLANI, Fábio Luiz (orientador)

RESUMO

O livro que iremos apresentar, *O Assassinato de Roger Ackroyd*, foi o sexto escrito por Agatha Christie (o sétimo, se considerarmos o livro de contos Poirot investiga) e o primeiro a torná-la mundialmente famosa. Lançado em 19 de junho de 1926, nos Estados Unidos, foi a quarta vez que a autora, na época, com 36 anos, lançou mão da inteligência e da perspicácia do detetive belga Hercule Poirot para conduzir uma investigação (as três anteriores foram *O Misterioso Caso de Styles* (1920), *Assassinato no Campo de Golfe* (1923) e *Poirot Investiga* (1924)). Apesar de não ser o favorito da crítica, o livro é leitura obrigatória para os fãs de romance policial, não somente pelo final surpreendente, mas também, porque nessa obra ela define o padrão literário que lhe renderá o título de *Dama do Crime*. Neste trabalho, vamos utilizar o livro *O Assassinato de Roger Ackroyd* para identificar o estilo literário que tornou Agatha Christie mundialmente conhecida.

Palavras-chave: suspense, romance policial, Agatha Christie, Literarte.

ABSTRACT

The book that we will presente, *The Murder of Roger Ackroyd*, was the sixth written by Agatha Christie (the seventh, if we consider the book of short stories *Poirot Investigates*) and the first to make her world famous. Release on June 19, 1926, in the United States, it was the fourth time that the author, then 36 years old, had used the intelligence and acumen of Belgian detective Hercule Poirot to conduct an investigation (the three previous ones were *The Mysterious Styles Case* (1920), *Murder on the Golf Course* (1923) and *Poirot Investigates* (1924)). Despite not being the critic's favorite, the book is a must-read for fans of detective novels, not Only because of the surprising ending, but mainly because in this work she sets the literaty standard that will earn her the title of *Lady of Crime*. In this work, we will use the book *The Assassination of Roger Ackroyd* to identify the literary style that made Agatha Christie world-famous.

Keywords: thriller, detective novel, Agatha Christie, Literarte.

1. INTRODUÇÃO

Com *O Assassinato de Roger Ackroyd*, Agatha Christie recebeu a confirmação de que seu estilo literário agradava leitores do mundo todo. A fórmula, que foi repetida em dezenas de obras, inclui: linguagem acessível, cenário luxuoso, personagens de diferentes classes sociais e nacionalidades, detetives carismáticos e, nas páginas finais, o esclarecimento do crime e a revelação do assassino.

nisse a metodologia de investigação de Hercule Poirot, seu personagem mais famoso, protagonista de outros 29 livros e que inspirou muitos detetives da vida real: primeiro, ele determina a hora do crime; depois, entrevista todos os suspeitos e, por último, coloca suas células cinzentas para funcionar.

Outro marco de *O Assassinato de Roger Ackroyd* é que, a partir dele, os leitores entenderam que, em meio a assassinatos brutais e reviravoltas, Agatha Christie sempre retrataria a sociedade inglesa com todos seus costumes, comportamentos, valores, padrões, suas crenças, arquiteturas e diferenças de classes. Por essa razão, não é exagero afirmar que Agatha Christie colaborou para que a identidade do povo britânico fosse conhecida no mundo todo, tanto pela boa educação e pela eficiência quanto pela introspecção (o que, por vezes, é confundida com hostilidade) e pelo excesso de convenções sociais. Em uma entrevista para a Rádio UFMG Educativa, Tito Prates, autor de *Agatha Christie from my Heart – Uma Biografia de Verdades*, afirmou:

“Na minha opinião, essa foi a maior contribuição da literatura de Agatha Christie. Como ela escreveu intensamente dos anos 1920 até os anos 1970, conseguimos enxergar as modificações ocorridas na sociedade inglesa ao longo de quase meio século, do proletariado até a aristocracia.”

2. SINOPSE

O Assassinato de Roger Ackroyd se passa na pequena e monótona King's Abbot, uma vila na Inglaterra que tem a rotina alterada após a morte do rico industrial Roger Ackroyd.

Quem narra a história é o médico do vilarejo James Sheppard que, por ser amigo da vítima e estar presente na mansão na noite do crime, foi convidado para ajudar o famoso detetive Hercule Poirot nas investigações. James é irmão de Caroline Sheppard, personagem divertida e curiosa que ajuda o leitor a desenvolver suas teorias sobre o assassinato, afinal, ela tem acesso às informações recebidas do irmão, dos moradores da vila e do próprio Poirot, que é seu vizinho.

Logo no início do livro, o leitor é informado sobre a morte de Ashley Ferrars. Algumas pessoas acreditam que ele teve complicações de saúde, porém, muitas especulam que a esposa dele esteve envolvida de alguma forma. Mais tarde é a viúva Mrs. Ferrars que comete suicídio, justamente ela que fazia planos para se casar com Roger Ackroyd tão logo acabasse o período de luto.

Roger foi apunhalado dentro de sua própria casa, um dia após a morte de Mrs. Ferrars e logo depois do carteiro entregar-lhe uma carta póstuma em que ela afirma ter sido

vítima de chantagem. A partir daí, todos os funcionários da mansão e os parentes próximos se tornam suspeitos. Mas o caso fica ainda mais complicado quando Hercule Poirot entra em ação e descobre que todos ali possuem motivos para cometer tal barbaridade: Ralph Paton, enteado rebelde de Roger e principal herdeiro; Cecil Ackroyd, cunhada de Roger que mora de favor na mansão; Flora Ackroyd, sobrinha de Roger e noiva de Ralph; o amigo e major Hector Blunt, que estava de passagem por King's Abbot; Miss Russel, a governanta misteriosa; John Parker, o mordomo nervoso e Geoffrey Raymond, o secretário interesseiro.

Para solucionar esse crime, Hercule Poirot terá que usar todas as suas células cinzentas e prestar atenção em cada detalhe no local onde o corpo foi encontrado.

3. BIOGRAFIA

Agatha Mary Clarissa Miller nasceu no dia 15 de setembro de 1890 em Torquay, cidade localizada às margens do Canal da Mancha, numa região conhecida como a Riviera inglesa por causa do clima e das praias com largas faixas de areia. Era a filha caçula do americano Frederick Miller, investidor da bolsa de valores, e da inglesa Clara, que escrevia e publicava contos e poemas. A menina Agatha cresceu em meio à aristocracia inglesa e estudou com professores particulares, inclusive de canto e piano.

O famoso sobrenome Christie veio de seu primeiro casamento, em 1914, com o coronel britânico Archibald Christie. Com ele, Agatha teve sua única filha, Rosalind.

Segundo Janet Morgan, autora de *Agatha Christie – Uma Biografia* (editora Best-Seller), a única autorizada pela família, a ideia de escrever um romance policial surgiu durante a Primeira Guerra Mundial (1914–1918), quando Agatha se voluntariou para trabalhar como enfermeira e ficou responsável por manter os frascos de remédios cheios e em ordem. O tempo ocioso somado ao aprendizado sobre as drogas e o desafio lançado pela irmã mais velha Madge alguns anos antes (o de que Agatha não seria capaz de escrever uma boa história de detetive) resultaram no livro *O Misterioso Caso de Styles* (1920), cujo personagem central é o detetive belga Hercule Poirot, com sua cabeça ovalada, bigode lustroso e valiosas células cinzentas. Para o brasileiro Tito Prates, autor de *Agatha Christie from my Heart – Uma Biografia de Verdades*, não há dúvidas de que o personagem cheio de maneirismos, presente em 33 livros, foi inspirado em outro famoso detetive, Sherlock Holmes, do também britânico Arthur Conan Doyle (1859–1930), que Agatha Christie lera na adolescência.

Apesar de ter produzido, em média, um livro por ano, foi somente em 1926, com *O Assassinato de Roger Ackroyd*, que Agatha Christie ganhou fama. Nesse mesmo ano, ela

perdeu a mãe, descobriu a traição do marido, teve um surto de estresse, bateu o carro e se internou numa clínica de repouso. Especulações à parte, o fato é que ela ficou desaparecida por duas semanas, causou comoção da imprensa, mobilizou mais de 500 policiais e, ao ser encontrada, disse ter perdido a memória. O divórcio saiu em 1928.

Dois anos depois, Agatha se casou com o arqueólogo e professor Max Mallowan. Juntos, visitaram muitos países do Oriente Médio. Essas aventuras serviram de inspiração para clássicos como *O Assassinato no Expresso Oriente* (1934), *Morte na Mesopotâmia* (1936) e *Morte no Nilo* (1937). O ano de 1937 marcou também o nascimento de Miss Marple, personagem idosa, bastante intuitiva e observadora da natureza humana que protagonizou 12 romances de Agatha Christie. Sua estreia aconteceu em *O Assassinato na Casa do Pastor*.

Além de Poirot e Marple, a *Dama do Crime* criou outros personagens, como o superintendente Battle, o casal Tuppence e Tommy Beresford, Mr. Satterthwaite, Mr. Parker Pyne e a escritora de mistérios Ariadne Oliver.

Os números que envolvem Agatha Christie impressionam até hoje, mesmo após 44 anos da sua morte: foram 93 livros, dezenas de contos, seis romances românticos (assinados com o pseudônimo Mary Westmacott) e 17 peças teatrais, dentre elas, *A Ratoeira* (1951), peça que mais tempo ficou em cartaz na Inglaterra e foi encenada mais de 25 mil vezes.

Cálculos recentes apontam que Agatha Christie já vendeu bilhões (alguns dizem trilhões) de exemplares, que já foram traduzidos para mais de 100 idiomas – nesse quesito, ela só fica atrás da Bíblia e de William Shakespeare.

Em 1971, Agatha Christie recebeu da Rainha Elizabeth II a Ordem de Dame Commander do Império Britânico, a mais alta condecoração do Reino Unido e passou a ser chamada de Dame Agatha. A Rainha do Crime faleceu em Wallingford, Inglaterra, no dia 12 de janeiro de 1976, aos 85 anos, de causas naturais.

4. DESENVOLVIMENTO

Quando *O Assassinato de Roger Ackroyd* foi lançado, em 1926, o mundo fervilhava, prova disso é que a década ficou conhecida como “Anos loucos”. Os europeus ainda sentiam os efeitos da Primeira Guerra Mundial (1914–1918) e tentavam reagir a eles. Havia um sentimento de descontinuidade na sociedade; as fábricas corriam para se modernizar; as mulheres, que já votavam em muitos países, exigiam melhores condições de trabalho, mais oportunidades e igualdade de gênero. Elas não se escondiam

mais para fumar, usavam maiôs na praia em vez de calça e blusa compridas, dirigiam carros e algumas até adotaram o corte de cabelo curto, inspirado na estilista francesa Coco Chanel (1883–1971). Várias dessas mulheres estão retratadas em *O Assassinato de Roger Ackroyd*, como a governanta Miss Russell e a empregada Elsie Dale, que são assalariadas, e a fofoqueira Caroline Sheppard e a viúva Cecil Ackroyd, que têm opiniões próprias e fortes. As lembranças da guerra eram tão presentes que, no romance, Ralph Paton e Hector Blunt são tratados pelas patentes de capitão e major, respectivamente.

Na década de 1920, os mais velhos se referiam aos jovens como a “geração perdida” pelo fato de valorizarem o entretenimento. Christie faz menção a isso quando o médico James Sheppard fica surpreso ao saber que a jovem Flora Ackroyd adora o livro *O Moinho à Beira do Rio*, de George Eliot. “Fiquei bastante satisfeito por ouvir isso. As coisas que as jovens leem hoje em dia e professam gostar me apavoram deveras”, diz Sheppard. Em tempo: a obra citada por Agatha Christie em *O Assassinato de Roger Ackroyd* foi escrita, na verdade, por Mary Ann Evans (1819–1880), uma romancista britânica que utilizava o pseudônimo masculino para que seus livros fossem levados a sério, para desmistificar a ideia de que mulheres só escreviam romances leves e para manter sua vida privada em sigilo, afinal, ela mantinha um relacionamento com um homem casado.

Os anos 1920 foram um período muito criativo e intenso para as artes em geral. Surgiram o dadaísmo, cujo ícone foi o pintor e escultor francês Marcel Duchamp (1887–1968), e o surrealismo, com os pintores espanhóis Salvador Dalí (1904–1986) e Joan Miró (1893–1983). A Segunda Revolução Industrial, que começou entre 1850 e 1870 e terminou entre 1939 e 1945, estimulou o crescimento da produção em série, inclusive na literatura, na arquitetura, na música, na dança e no cinema. Agatha Christie se beneficiou muito disso, com a ampla divulgação de suas obras e a adaptação de várias delas para o teatro e o cinema que, na época, era o grande lançador de modismos e tendências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Assassinato de Roger Ackroyd é um marco na biografia de Agatha Christie. Não só pela fama internacional conquistada com esse livro mas também pela consolidação do seu estilo literário e do método investigativo utilizado por seu personagem mais famoso, o detetive belga Hercule Poirot.

No best-seller, fica evidente também o desejo de Christie de retratar a sociedade inglesa com todos os seus pontos fortes e fracos, desde os costumes e os valores até as convenções sociais e as diferenças de classes. Ela reforça também a contribuição dos estrangeiros para essa sociedade.

O momento em que a obra foi lançada (1926) também foi crucial para autora, pois os jovens estavam predispostos ao entretenimento, as mulheres lutavam por mais oportunidades de trabalho e a criatividade aflorava em todas as artes. Esses fatores contribuíram para que esse ótimo romance policial, carregado de suspense e de mortes violentas, não sofresse bullying por ter sido escrito por uma mulher divorciada.

REFERÊNCIA

PRATES, Tito. Agatha Christie from my Heart – Uma Biografia de Verdades. Editora Iluminare, 2016.

APLICAÇÃO DO TiO₂ EM PERFIS DE PVC RÍGIDO PARA COMBATE A DEGRADAÇÃO

DAL LAGO, Luciana da Silva
FISCHER, Lisete Maria Luiz
LIBERATO, Michelle da Silva

RESUMO

O Policloreto de Vinila, PVC, é considerado um polímero versátil e isto pode ser observado no dia-a-dia em: utensílios domésticos, embalagens, materiais de construção, entre outros. Por ser um material considerado sustentável, se torna uma alternativa viável e atrativa para o mercado brasileiro, uma vez que, tem a capacidade de substituir materiais como alumínio, cobre e borracha. Seu único ponto de desvantagem é sua degradação quando exposto a radiação ultravioleta. O objetivo deste artigo é analisar a importância de um dos principais aditivos do PVC, o dióxido de titânio, TiO₂, o pigmento branco mais utilizado no mundo. Foram realizadas as análises de duas amostras de PVC com teores diferenciados de TiO₂. Através da análise quantitativa descrita na norma ABNT NBR 14285-2 bem como a caracterização por espectrofotometria UV VIS, observou-se que o TiO₂ confere a coloração branca ao PVC e contribui para o aumento da resistência do polímero relativamente a degradação por radiação ultravioleta, evitando seu amarelamento a longo prazo.

Palavras-chave: Policloreto de Vinila, PVC, Dióxido de Titânio, TiO₂, Degradação, Quantificação, Radiação UV, Ultravioleta, ABNT 14285-2.

ABSTRACT

The Polyvinyl Chloride, PVC, is considered a multipurpose polymer and it can be seen on a daily basis in: domestic utensils, packages, building materials, and more. By it being considered renewable material, it becomes a viable option and attractive for the Brazilian market, once it has ability to substitute material as aluminium, copper and rubber. Its only disadvantage is the degradation when exposed to ultraviolet radiation. The article's objective is to analyze the importance of one of the main PVC additives, titanium dioxide, TiO₂, the most used white pigment in the world. There were made analysis on two PVC samples with different TiO₂ levels. Through the quantitative analysis described on the ABNT NBR 14285-2 as well as the characterization by UV VIS spectrophotometer, it was observed that the TiO₂ gives PVC the white color and contributes to its increased resistance of the polymer relative to the UV degradation, avoiding its long haul yellowing.

Keywords: Polyvinyl Chloride, PVC, Titanium Dioxide, TiO₂, Degradation, Quantification, UV Radiation, Ultraviolet, ABNT 14285-2.

INTRODUÇÃO

Por se tratar de um produto com características únicas, o PVC é atualmente um dos polímeros mais utilizados em todo o mundo, tendo sua maior porcentagem de utilização na área da construção civil, pois, este segmento necessita de produtos competitivos, de longa vida útil e econômicos energeticamente. (RODOLFO et al., 2006).

Pelo fato de ser um termoplástico, possui propriedades diferenciadas, uma delas é ao ser submetido ao calor, o PVC fica macio e pode ser moldado facilmente, e após resfriar recupera sua solidez mantendo seu novo formato. Pode ser utilizado em diversas aplicações que aumentem a qualidade de vida, tais como: produtos médico-hospitalares, como embalagens para medicamentos e bolsas de sangue; embalagens alimentícias, garrafas para água mineral, brinquedos, entre outros. Tal polímero atende ao quesito básico do desenvolvimento sustentável, ser 100% reciclável. (RODOLFO et al., 2007).

O PVC adquire suas características como composto a partir da utilização dos aditivos, que podem ser estabilizantes térmicos, plastificantes, pigmentos, entre outros. (OLIVEIRA et al., 2008).

Neste artigo trataremos sobre um de seus principais aditivos, o Dióxido de titânio, que atua como agente de reforço contra a radiação Ultravioleta. A resina sem este aditivo tende a sofrer degradação e descoloração. (ANDRÉ, 2016).

Analisando a importância deste aditivo para a composição do PVC, baseado na norma ABNT NBR 14285-2, realizou-se uma análise quantitativa para a identificação da presença de Dióxido de titânio em amostras de PVC.

Policloreto de Vinila – PVC

O PVC é um polímero, classificado como homopolímero, constituído por macromoléculas que são originadas pela repetição de pequenas unidades repetidas, conhecidas como monômeros. Os monômeros se unem por meio de ligações covalentes em uma reação química conhecida como polimerização. O monômero utilizado na polimerização do PVC é o monômero Cloreto de Vinila, MVC. (CALLISTER et al., 2016).

Sua obtenção é a partir de 57% de insumos provenientes do sal marinho ou da terra (salgema), e 43% de insumos provenientes de fontes não renováveis como o petróleo e o gás natural. Devido a presença do átomo de Cloro em sua estrutura molecular, é um polímero resistente a propagação de chamas, sendo assim, é ideal para aplicações onde o retardamento à chama é item essencial, tais como em fios, eletrodutos e forros. Além deste fator, a grande quantidade de cloro presente torna a molécula polar, aumentando assim sua afinidade e permitindo sua mistura com diversos aditivos, podendo ser considerado mais versátil que outros termoplásticos. A Figura 1 representa sua estrutura molecular. (RODOLFO et al., 2007).

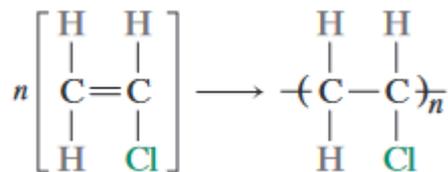


Figura 1 – Estrutura molecular do PVC

Fonte: CALLISTER et al., 2016

Sua versatilidade está relacionada a sua capacidade de adequação aos processos de moldagem, onde pode ser extrudado, calandrado, injetado, espalmado, entre outros. Sua maior porcentagem de participação está relacionada ao mercado de Construção civil, sendo o segmento que mais utiliza PVC, com mais de 60% da demanda total de PVC no Brasil. Se comparado aos demais materiais concorrentes, como metais, cerâmicas e madeiras, o PVC é o que possui a melhor relação de custo benefício, além das vantagens em quesitos como resistência a intemperismos, isolamento térmico e acústico, também sendo um produto com baixa necessidade de manutenção, e possui acabamento estético. (RODOLFO et al., 2006).

O que é o Dióxido de Titânio?

É um óxido metálico semicondutor, polimórfico e anfótero, sendo o pigmento branco mais utilizado no mundo, não é tóxico, é estável quimicamente, e suas principais funções são melhorar o brilho e opacidade do produto ao qual é adicionado. (THE CHEMOURS COMPANY, 2018).

As propriedades físico-químicas dos pigmentos inorgânicos; estrutura cristalina, tamanho e forma de partículas, polaridade e carga superficial; influenciam diretamente na cor e poder de cobertura na aplicação em resinas poliméricas, mesmo que o pigmento tenha a mesma composição química, pode-se obter diferentes estruturas cristalinas, como é o caso do TiO₂. Representado na Figura 2 o TiO₂ pode se apresentar em três estruturas cristalinas, sendo elas: anatase tritagonal, rutilo tritagonal e broquita ortorrômbica. Cada uma destas oferece propriedades que diferem uma da outra, como densidade, índice de refração, tonalidade de cor, resistência à abrasão, reatividade química e reatividade fotoquímica. (SANTOS, et al., 2002).

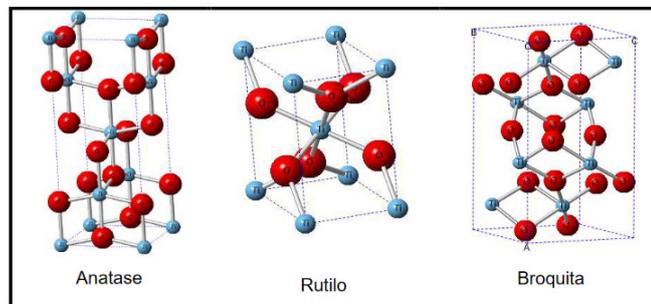


Figura 2 – Estruturas cristalinas do TiO₂

Fonte: BORGES, 2015.

O TiO₂ rutilo apresenta uma estrutura mais compacta e são escolhidos preferencialmente ao invés dos demais, pois, eles dispersam a luz com maior eficácia, são mais estáveis, e menos suscetíveis a catalisação por fotodegradação. (RODOLFO et al., 2006).

Qual a importância do TiO₂ na matriz do PVC?

O PVC rígido tende a sofrer degradação e descoloração em temperatura de transformação, sendo assim, este é sempre utilizado na forma de um composto, com mistura de aditivos, plastificantes, cargas, pigmentos, estabilizantes, modificadores de impacto, auxiliares de processamento e lubrificantes. (OLIVEIRA et al., 2008).

Diferentemente dos pigmentos coloridos que promovem opacidade por absorção da luz visível, o TiO₂ promove opacidade por dispersão da luz. Essa dispersão é possível devido a seu alto índice de refração, possuindo forte efeito de dissipação da radiação UV. (RODOLFO et al., 2006). Se em um sistema existir pigmento suficiente, toda a luz que incide sobre a superfície – exceto a pequena quantidade absorvida pelo polímero ou pigmento, será dispersada para fora, e o sistema aparecerá opaco e branco. (THE CHEMOURS COMPANY, 2018).

A radiação UV atua nas cadeias moleculares do PVC ocasionando a ruptura de algumas ligações covalentes, resultando na formação de ligações cruzadas. A estabilização da radiação UV pode ser realizada de duas formas diferentes, a primeira é adicionando sobre a superfície do polímero uma fina camada feita de um material que absorve a radiação UV, e este material atuará como bloqueador da radiação solar, impedindo que a radiação penetre no polímero. A segunda forma é a adição de materiais que impeçam as ligações quebradas pela radiação UV de participarem de outras reações que danifiquem o polímero, fazendo assim com que esse material reaja com as ligações que foram quebradas, como um bloqueador. (CALLISTER et al., 2016).

Caso o PVC sem estabilizantes seja exposto a radiação ultravioleta, existe a possibilidade – dependendo do tempo de exposição e intensidade, de ocorrer a liberação de gás Cloreto de Hidrogênio (HCl), seguido da formação de diversas sequências poliênicas e ligações cruzadas, resultando assim em um rápido processo de degradação que é observado pela mudança de coloração do produto, passando do branco para amarelo ou marrom, este processo de degradação é conhecido como desidrocloração. (RODOLFO et al., 2007).

Além dos fatores mencionados anteriormente, pode-se relacionar o Dióxido de Titânio diretamente a um fator mecânico dos produtos de PVC rígido, sendo a resistência ao impacto. (ANDRÉ, 2016).

Estudos sobre o efeito do envelhecimento foram realizados por FERGUSON et al., onde foram analisadas amostras com quantidades variáveis de teor do TiO_2 , com os resultados obtidos deste estudo tornou-se possível relacionar que a resistência ao impacto da amostra diminui com seu envelhecimento, ou seja, o teor de TiO_2 na amostra influencia diretamente sua resistência, pois uma amostra com maior teor tende a sofrer menos degradação, o que contribui para que sua propriedade mecânica seja menos afetada, assim, sendo mais resistente ao impacto. (ANDRÉ, 2016; FERGUSON et al., 1983).

Quantificação do TiO_2 em perfis de PVC rígido

Realizou-se o ensaio de quantificação de TiO_2 em forros de PVC. A norma ABNT NBR 14285-2:2018 tem como objetivo determinar a porcentagem de TiO_2 por meio de análise colorimétrica em espectrofotômetro, nesta determinação utilizou-se o espectrofotômetro biospectro SP-22 manual. Os ensaios foram realizados em forros de dois fabricantes diferentes, quais serão denominados Amostra 1 e Amostra 2. Segundo a norma, para amostras com teor previsto de TiO_2 da ordem de 1% deve-se utilizar aproximadamente 6000mg de amostra.

Metodologia

- Foram realizadas três determinações por amostra de cada fabricante, pesando aproximadamente 6000mg de amostra em cada cadinho de porcelana. Realizou-se a pré-queima das amostras no bico de Bunsen até que qualquer produto de combustão tenha sido volatilizado – observar as paredes internas do cadinho, se estiverem pretas ainda restam produtos a serem vaporizados, caso estejam brancas significa que todos os produtos foram vaporizados.

- Os cadinhos foram colocados na mufla a 850°C e permaneceram por 4h.

- Após o cadinho esfriar, as cinzas foram transferidas para um béquer de 250mL. A este béquer adicionou-se 1,5g de Na_2SO_4 e 50mL de H_2SO_4 , o béquer foi coberto por um vidro relógio e aquecido até que a solução tenha sido completamente dissolvida. A solução com a amostra dissolvida foi resfriada e transferida para um béquer de 400mL, o qual continha água deionizada.

- Como a solução apresentou partículas em suspensão realizou-se a filtração para que estas não interferissem na leitura da amostra. A solução foi transferida para um balão de 500mL, o qual foi completado com água deionizada.

- Para a leitura das amostras são preparadas algumas soluções, sendo elas: Solução Padrão de TiO_2 , Solução de H_2SO_4 10% e Solução de H_2O_2 30%.

Preparo da Solução Padrão de TiO_2

Em um béquer pesou-se uma massa de 100mg de TiO_2 rutilo, adicionou-se 1,5g de Na_2SO_4 e 50mL de H_2SO_4 . O béquer foi aquecido até a dissolução total. Transferiu-se a solução para um balão de 500mL e foi avolumado.

Preparo da Curva Padrão

- As soluções foram preparadas em balões de 50mL com as concentrações de 0,00; 0,02; 0,04; 0,06; 0,08 e 0,10 mg/mL de solução padrão. Nos balões foram adicionadas as alíquotas, o H_2SO_4 10% e 2mL da solução de H_2O_2 .

- Os balões foram agitados e deixados no escuro durante 30 minutos. A absorbância das soluções foi determinada por meio do espectrofotômetro no comprimento de onda de 408nm após os 30 minutos.

- Construiu-se a curva padrão, como pode ser observado na Figura 3.

- Após a realização da curva padrão realizou-se a leitura das amostras.

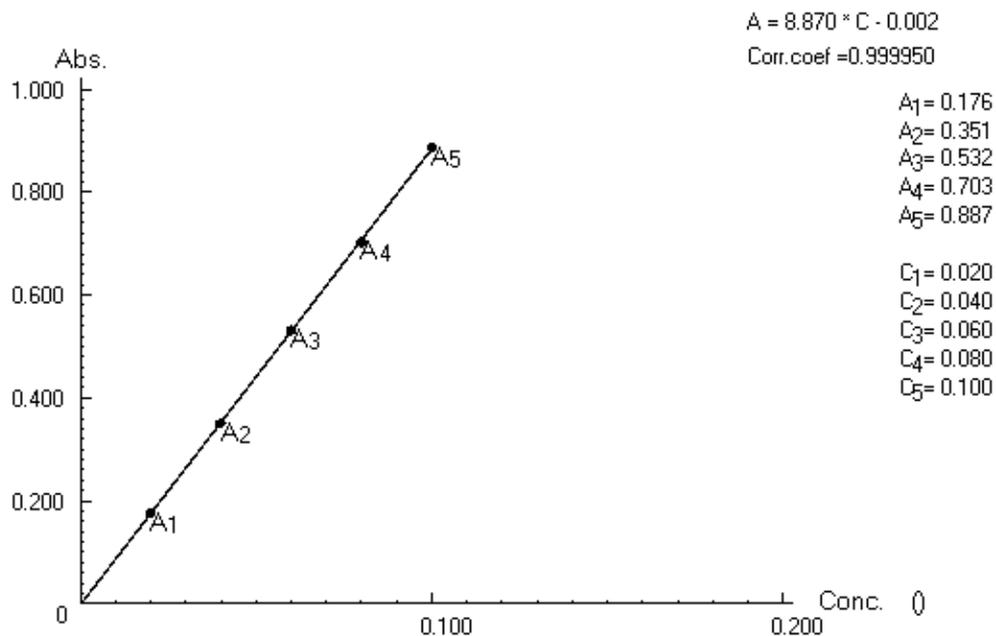


Figura 3 – Curva padrão do TiO₂ (absorbância x concentração)

Fonte: Própria.

Resultados obtidos

As absorbâncias obtidas estão apresentadas na Figura 4, onde as absorbâncias de No. 1 a 3 correspondem a amostra 1, e as absorbâncias de No. 4 a 6 correspondem a amostra 2.

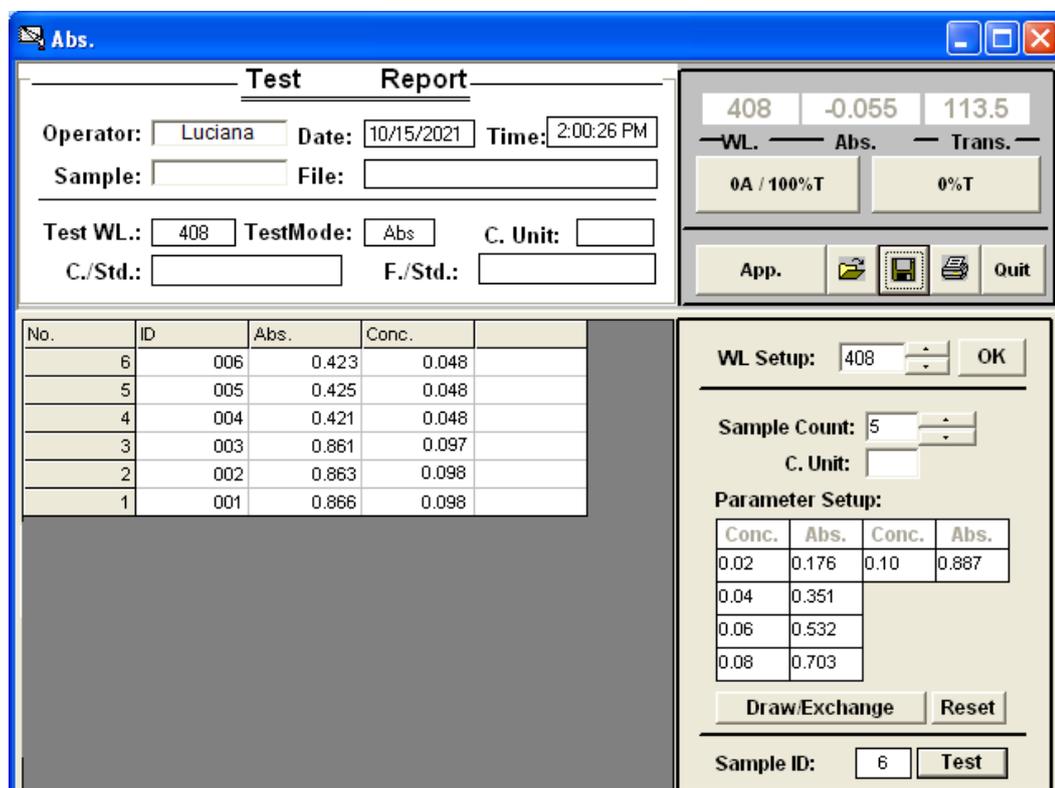


Figura 4 – Resultados obtidos no espectrofotômetro UV-VIS

Fonte: Própria.

A concentração de TiO₂ na solução final é determinada em mg/mL por meio da curva padrão. Para determinar a porcentagem de TiO₂ presente na amostra, a fórmula aplicada é a apresentada na Figura 5.

$$\text{Porcentagem de TiO}_2 = \frac{C \times V_1 \times V_2 \times 100}{s \times z}$$

Figura 5 – Porcentagem de TiO₂

Fonte: ABNT NBR 14285-2:2018

Após a realização dos cálculos, foram obtidos os resultados apresentados na Figura 6, onde pode-se observar que a amostra 1 possui em média 2,03% de teor de TiO₂ em sua composição, enquanto o amostra 2 possui em média 1,00%. Levando em consideração que a norma ABNT NBR 14285-2 menciona o teor previsto para o TiO₂ de ordem 1%, ambos os fabricantes estão atendendo a exigência.

Curva padrão (y = A.x + B)			
A	8,87		
B	-0,002		

AMOSTRA 1			
	Cadinho 1	Cadinho 2	Cadinho 3
Absorbância	0,866	0,863	0,861
Concentração	0,098	0,098	0,097
%TiO₂	2,04	2,03	2,03
Média de % TiO₂	2,03		

AMOSTRA 2			
	Cadinho 4	Cadinho 5	Cadinho 6
Absorbância	0,421	0,425	0,423
Concentração	0,048	0,048	0,048
%TiO₂	0,99	1,00	1,00
Média de % TiO₂	1,00		

Figura 6 – Resultados obtidos da % de TiO₂ nos forros de PVC rígido

Fonte: Própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou o estudo sobre as características únicas do PVC, tendo como foco um de seus principais aditivos, o TiO₂, que exerce a importante função como agente de reforço em compostos de PVC rígido que estão sujeitos as intempéries climáticas, provendo assim uma proteção adequada ao PVC contra a radiação UV. A importância do TiO₂ é demonstrada principalmente para a área da indústria da construção civil, o que pode ser constatado através da existência da norma ABNT NBR 14285-2.

Relacionar as propriedades mecânicas das amostras com seus respectivos teores, bem como a análise de envelhecimento das mesmas torna-se de fundamental importância para futuros estudos.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14285-2: Perfis de PVC rígido para forros. Parte 2: Método de ensaio. 2018.

ANDRÉ, José R. S. Estudo da resistência ao envelhecimento do Poli(Cloreto de Vinilo) rígido com Dióxido de Titânio. Revista Iberoamericana de Polímeros. Portugal. 2016.

BORGES, K. A. Avaliação das variáveis de síntese que afetam significativamente a atividade fotocatalítica do TiO₂ dopado com nitrogênio. 2015. Tese de doutorado. Universidade Federal de Uberlândia - MG.

CALLISTER, William D.; RETHWISCH, David G. Ciência e Engenharia de Materiais - Uma introdução. 9ed. LTC. 2016.

FERGUSON, W. J.; HULME, B.E. Titanium dioxide as a colourant and stabiliser for unplasticised PVC. Plast. and Rubb. Inst. 1983.

OLIVEIRA, L. M. et al. Embalagens Plásticas Rígidas: Principais Polímeros e Avaliação da Qualidade. Campinas, SP: ITAL/CETEA, 2008.

RODOLFO Jr, Antonio; MEI, Lúcia H.I. Mecanismos de Degradação e estabilização térmica do PVC. Polímeros: Ciência e Tecnologia. vol. 17. 2007.

RODOLFO Jr., Antonio; NUNES, Luciano R.; ORMANJI, Wagner. Tecnologia do PVC. 2 ed. São Paulo: ProEditores. Braskem. 2006.

SANTOS, J.G.; MELO, E.E.; CUNHA, J.W.D; OGASAWARA, T. Aspectos e características da transição anatásio-rutilo. CBECIMAT - Congresso Brasileiro de engenharia e ciência dos materiais. 2002.

THE CHEMOURS COMPANY. Ti-Pure – Titanium Dioxide. Polymers, Light and the Science of TiO₂. 2018.

DAVID COPPERFIELD E AS NOVELAS

PEREIRA, Júlia
ROCHA, Maeli
OTA, Simone
VILLANI, Fábio Luiz (orientador)

RESUMO

Imagine acompanhar uma novela por um ano e meio. Foi isso o que fizeram os leitores de David Copperfield, de Charles Dickens que, semanalmente, escreveu de dois a três capítulos sobre as aventuras do protagonista que dá nome ao livro para um jornal inglês. A estreia aconteceu em 1º de maio de 1849 e o desfecho, em novembro de 1850. Com a finalidade de incentivar a leitura deste livro de 1.121 páginas, declaradamente o favorito do autor e considerado o mais equilibrado de Dickens, segundo os críticos literários, levantamos os pontos em comum entre esse folhetim do século 19 e as novelas exibidas pela Rede Globo.

Palavras-chave: Charles Dickens, David Copperfield, novela.

ABSTRACT

Imagine watching a soap opera for a year and a half. This is what the readers of David Copperfield, Charles Dickens, who, weekly, wrote from two to three chapters on the adventures of the protagonist who gives the book its name for an English newspaper, did. The premiere took place on May 1, 1849 and the conclusion, in November 1850. In order to encourage the reading of this 1,121-page book, declared the author's favorite and considered the most balanced of Dickens, according to literary critics, we raised the points in common between this 19th century booklet and the soap operas shown by Rede Globo.

Keywords: Charles Dickens, David Copperfield, soap opera.

1. INTRODUÇÃO

Nosso principal objeto de análise foi o folhetim David Copperfield que, apesar de ter sido escrito no século 19, traz vários pontos em comuns com as novelas atuais.

A telenovela é uma herança da radionovela que, por sua vez, teve sua origem no folhetim. Surgido na França no início do século passado, o folhetim desenvolveu-se no Brasil quase que simultaneamente, pois, naquela época, a moda brasileira era imitar o que estava acontecendo na Europa. Como tudo aquilo que vinha da França, o novo gênero literário foi absorvido com facilidade. (COSTA, 1998, p. 4)

Tanto em David Copperfield quanto nas novelas produzidas pela Rede Globo, observamos uma grande quantidade de personagens e de núcleos em que eles são agrupados, a interferência do público no desenrolar de alguns acontecimentos, as reviravoltas e

as coincidências que só acontecem em novelas, os desfechos de cada personagem nas cenas finais e a vitória dos mocinhos sobre os vilões. Em *David Copperfield*, podemos acrescentar ainda personagens inspirados na vida do autor (apesar disso, não se trata de uma autobiografia) e trechos que misturam situações do presente comentadas sob a perspectiva de quem conhece as consequências, afinal, trata-se de uma narrativa baseada nas memórias do protagonista.

Me lembro de ter ficado muito surpreso com o fingimento de todos, dizendo que não tinham dormido nada, e pela incomum indignação com que todo mundo repelia a acusação. Abrigo ainda hoje o mesmo tipo de assombro, tendo observado invariavelmente que, de todas as fraquezas humanas, aquela que nossa natureza comum está menos disposta a confessar (não consigo imaginar por quê) é a fraqueza de cair no sono numa diligência. (DICKENS, 2020)

2. SOBRE O AUTOR

Para aumentar o interesse em *David Copperfield*, é importante conhecer a vida de Charles Dickens, afinal, alguns personagens e algumas situações foram inspiradas na trajetória do autor. Ele nasceu em 7 de fevereiro de 1812 em Landport, na Inglaterra. Em 1822, em decorrência de dívidas adquiridas pelo pai, John Dickens, a família fugiu para Londres. Em 1827, John foi preso e Dickens teve que trabalhar em uma fábrica de graxa para ajudar no sustento da família. Aos 15 anos, foi contratado como aprendiz das cortes judiciais, onde aprendeu taquigrafia. Antes de ser escritor, Dickens trabalhou como repórter num jornal.

Sua primeira grande paixão foi Maria Beadnel, com quem namorou por quatro anos. Nessa mesma época, publicou sua primeira crônica, que assinou com o pseudônimo Boz, seu apelido familiar. Aos 20 anos, lançou *Os Documentos Póstumos de Pickwick*, cujos capítulos eram publicados semanalmente. Em 1836, gozando de boa reputação, Dickens conseguiu se dedicar integralmente à escrita. No mesmo ano, casou-se com Catherine Hogarth, com quem viveu por 22 anos e teve dez filhos.

Um acidente de trem quase fez com que Charles Dickens perdesse a vida e o manuscrito *Nosso Amigo em Comum* (1865). O trem descarrilhou e ficou pendurado em uma ponte, mas Dickens conseguiu não só ajudar a resgatar algumas pessoas como recuperar sua obra.

Dickens alcançou fama internacional, viajou para vários países e foi reconhecido pela Rainha Vitória da Inglaterra como um grande representante da língua inglesa. Biógrafos apontam que Dickens tinha um certo interesse pelo sobrenatural e alguns hábitos

supersticiosos, como dormir virado para o Norte para estimular a criatividade e participar de estudos sobre fenômenos paranormais.

Charles Dickens faleceu em 1870, aos 58 anos, em decorrência de um derrame cerebral. Seu corpo foi sepultado na Abadia de Westminster. Em sua lápide, está escrita uma frase que resume a crítica social presente em boa parte de suas obras: “Apoiante dos pobres, dos que sofrem e dos oprimidos. Com sua morte, um dos maiores escritores de Inglaterra desaparecia para o mundo”.

3. DESENVOLVIMENTO

No prefácio escrito em 1867, Charles Dickens confessou que *David Copperfield* é a sua obra favorita e que ficou triste com o fim da narrativa.

Pouco interessaria ao leitor, talvez, saber como senti pena de deixar a caneta de lado ao encerrar uma tarefa imaginativa de dois anos; ou como um autor se sente ao lançar uma parte de si mesmo no mundo de sombras quando uma multidão de criaturas de sua cabeça sai dele para sempre. (DICKENS, 1867)

Entenda-se por “multidão de criaturas” os mais de 50 personagens que ele criou para *David Copperfield*. Alguns o acompanham desde a infância, caso dos colegas do internato Salem House, James Steerforthe e Tommy Traddles, da tia-avó paterna Betsey Trotwood e da babá Clara Peggotty e seu irmão Daniel Peggotty que, com os sobrinhos Ham Peggotty e Emily e a viúva Mrs. Gummidge, formam o núcleo da encantadora casa-barco, localizada numa vila de pescadores. Tem ainda Wilkins Micawber, um senhor enrolado e endividado que, sabidamente, foi inspirado no pai de Charles Dickens. O encontro deles se dá na fábrica de propriedade de Edward Murdstone, padrasto de David e que, após a morte da esposa, obriga o enteado a trabalhar ainda jovem. Há também inúmeros personagens secundários, como o professor Mell, o cocheiro Barkis e a Srta. Larkis, que surgem na vida do protagonista para ensiná-lo ou ajudá-lo de alguma forma. Em comum, tanto os personagens principais quanto os secundários encontram seus desfechos nos capítulos finais do livro e são bem caracterizados pelo autor, inclusive no modo de falar. Sobre isso, vale a pena ressaltar que as páginas destinadas à infância do protagonista são consideradas um dos pontos altos do livro por causa da linguagem e dos pensamentos infantilizados adaptados por Dickens. Um exemplo:

A data chegou muito depressa, até mesmo para mim que estava numa febre de expectativa, meio temeroso de que um terremoto ou uma montanha de fogo, ou alguma outra grande convulsão da natureza, pudesse se interpor para impedir a expedição. Iríamos na carroça do entregador, que partia de manhã depois do desjejum. Daria qualquer coisa para dei-

xarem eu me arrumar na noite da véspera e dormir de chapéu e botas.
(DICKENS, 2020)

O humor é fundamental nas novelas, assim como os toques de ação e suspense, conforme explica a professora do departamento de comunicação social da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte (FAFI-BH), Soraia Rodrigues Costa:

De um modo geral, as novelas trabalham com estereótipos de personagens que levam tudo às últimas consequências, o que cria o clima de suspense, fundamental para segurar o telespectador durante os seis meses que se desenrolam os capítulos das telenovelas. A trama evolui recheada de intrigas e desencontros, que se resolvem no capítulo final. (COSTA, 1998, p. 14)

Charles Dickens não lançou mão do recurso “Cenas do próximo capítulo” para atrair o público, mas é fato que ele levou em consideração os comentários dos leitores para mantê-los engajados na leitura semanal de *David Copperfield*. Essa, aliás, é uma das vantagens do folhetim, cujo processo de escrita acontece ao mesmo tempo em que é exibido ou publicado. No caso da Globo, para um roteiro ser aprovado, é necessário que o autor apresente, primeiro, os arcos narrativos, que são histórias com começo, meio e fim dos personagens principais e de alguns núcleos. Só então parte-se para a fase de pesquisa e gestação, quando são feitas adaptações na sinopse a fim de tornar os acontecimentos verossímeis. Na terceira etapa, são criadas as escaletas, uma espécie de esqueleto de cada capítulo. Somente com todas essas informações em mãos é que os textos são desenvolvidos. Eles ainda passam por revisão e finalização antes de chegarem às mãos dos atores. A fase de ajustes, tanto nas situações quanto nos personagens que se destacaram entre o público, acontecem na sequência.

Ao contrário da grade de programação da Globo, que divide as obras em “novelas das seis, das sete e das oito” para determinar o tipo e a forma como os assuntos serão abordados, em *David Copperfield*, por ser um romance de formação e uma narrativa de memórias, a crítica social, os laços familiares, as paixões, as relações de amor e ódio e as situações cotidianas são apresentadas conforme o protagonista se depara com elas. É o caso da injustiça cometida contra David pelos irmãos Edward e Jane Murdstone quando ele tinha oito anos de idade e foi enviado para Salem House, longe do carinho e da proteção da mãe e da babá. Outro exemplo é o resgate de Emily por seu pai adotivo Daniel Peggotty e a mudança deles para a Austrália a fim de que ela não sofresse com os comentários alheios – nessa época, Charles Dickens estava envolvido com a reabilitação de prostitutas na Inglaterra e com a possibilidade de transferi-las para a Austrália para iniciarem uma nova vida.

Enquanto nas novelas atuais os desfechos só são apresentados no último capítulo (ou no penúltimo, no caso dos personagens secundários), em *David Copperfield*, as resoluções começam na página 954 (se pensarmos que há 1.121 no total, não deixa de ser na parte final do livro). Ali, David, Tommy Traddles e Betsey Trotwood desmascaram o ambicioso e mau-caráter Uriah Heep. Na sequência, temos a redenção de Wilkins Micawber, o desfecho de Dora (a primeira esposa de David) e, no capítulo “Tempestade”, apontado pelo escritor russo Leon Tolstói (1828-1910) como uma referência de escrita para todo o mundo, ficamos sabendo o que acontece com Ham Peggotty e James Steerforth.

É importante observar que todos esses acontecimentos são descritos por Dickens com uma linguagem acessível e direta, como pede a diversidade dos leitores de um jornal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encarar o livro *David Copperfield* como uma novela torna as 1.121 páginas menos assustadoras, pois sinaliza que elas podem ser lidas aos poucos, num momento de descontração. Apesar da crítica social típica das obras de Charles Dickens estar presente (mas de forma mais equilibrada do que em *Oliver Twist* (1838), *Um Conto de Natal* (1843) e *Grandes Esperanças* (1860), de acordo com os críticos literários), a leitura é descompromissada e prazerosa, tanto pela linguagem quanto pelos personagens e acontecimentos e, como não poderia deixar de ser, pelas coincidências e reviravoltas que só acontecem em novelas. O fato do leitor poder acompanhar David desde o nascimento até a fase adulta, passando pela adolescência, é outro atrativo da obra.

REFERÊNCIAS

COSTA, Soraia Rodrigues. *Telenovela: O Gênero de Maior Sucesso da Televisão Brasileira*, 1998.

DICKENS, Charles. *David Copperfield*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2020, p. 11.

Ibidem. p. 47

Ibidem p. 103

<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-uma-novela-e-escrita/> Acesso em: 1º maio 2021.

DICKENS E O RETRATO DA EXCLUSÃO SOCIAL INFANTIL

ARAÚJO, Renata Rebouças
CORAINI, Sue Ellen
CUNHA, Fátima da Costa
OLIVEIRA, Bianca Duarte de
VILLANI, Fábio

RESUMO

Não sabemos se por má sorte, ou apenas o destino quem escolheu a trajetória do pequeno Oliver Twist, mas sabe-se que a Inglaterra do século dezanove foi cruel em sua recepção e estadia. Nosso pequeno aventureiro nos indica como eram tratados os pobres de bens e enaltecidos os pobres de espírito. Políticas públicas inexistentes, moral vendada e ordem a “qualquer custo” eram características marcantes da população naquele período, mas será que tudo o que foi retratado ficou apenas na fantasia, ou realmente fez parte de Londres? Procuraremos expor aspectos históricos e sociais da era de Dickens, e comparar com o cenário atual, como é a vida dos jovens de hoje? Os direitos dos jovens abrangem a todos?

Palavras-chave: Literatura Inglesa, Charles Dickens, Crianças e Adolescentes, Desigualdade.

ABSTRACT

We don't know if by bad luck, or just fate, who chose the trajectory of little Oliver Twist, but it is known that nineteenth-century England was cruel in your reception and stay. Our little adventurer tells us how the poor of goods were treated and the poor of spirit were praised. Non-existent public policies, blindfolded morality, and order at “any cost” were outstanding characteristics of the population at that time, but did everything that was portrayed was only in fantasy, or was it part of London? Will we try to expose historical and social aspects of the Dickens era, and compare it with the current scenario, how is the life of young people today? Do youth rights cover everyone?

Keywords: English Literature, Charles Dickens, Children and Teenagers, Inequality.

1. INTRODUÇÃO

Temos como objeto de análise principal, a obra Oliver Twist (1837), onde Charles Dickens (1812-1870) aborda a parte esquecida e negligenciada da sociedade inglesa do século XIX: os pobres. Época em que o reinado da rainha Vitória era considerado próspero, porém não para a classe trabalhadora.

Partindo da ideia de que a literatura pode falar muito sobre o contexto histórico de uma determinada época (BORGES, 2010), nosso artigo tem como objetivo expor aspectos históricos e sociais da era, também como contrastar com a atualidade, visto que, no livro um dos assuntos trata-se sobre a exclusão social da criança e do adolescente, um assunto muito atual, traremos dados a respeito do cenário brasileiro.

2. BIOGRAFIA DO AUTOR

Charles John Huffam Dickens, nasceu em 7 de fevereiro de 1812, filho de John Dickens e Elizabeth Barrow. Em 1815 sua família se estabeleceu em Chatham, Kent em 1817. Após uma redução de salário a família voltou a Londres em busca de uma vida melhor. Em 1822, Elizabeth Dickens decidiu abrir uma escola, mas o projeto não teve sucesso e a situação financeira da família piorou ainda mais. Charles ajudava sua família limpando botas e foi então contratado, em 1824, na Warren's Blacking Factory em Strand, onde colava rótulos em frascos de graxa. Devido a uma dívida, seu pai foi preso em 20 de fevereiro de 1824 por três meses. Charles Dickens ficou marcado para o resto da vida pelos poucos meses de prisão e pelo trabalho árduo na fábrica. Em março de 1825, Charles parou de trabalhar na fábrica e finalmente voltou à escola por dois anos. Aos 15 anos, ele começou a trabalhar como escriturário em um escritório de advocacia e depois se tornou repórter freelance. Em dezembro de 1833, ele publicou algumas páginas na Revista Mensal sob o pseudônimo de Boz. O sucesso foi tão grande que a editora Chapman and Hall ofereceu-lhe uma série de vinte episódios intitulada *The Posthumous Papers of the Pickwick Club*. As aventuras do Sr. Pickwick tiveram grande repercussão com o público e marcou o início do reconhecimento do escritor. Em 1836, Charles Dickens tornou-se o primeiro editor da revista literária mensal *Bentley's Miscellany*. Sobrecarregado com o trabalho e sem cumprir todas as suas encomendas, Charles Dickens demitiu-se do *Morning Chronicle*. Casou-se com Catherine Hogarth, com quem teve 10 filhos. Ele escreveu seu primeiro romance, *Nicholas Nickleby* (1838), inspirado por sua felicidade conjugal e familiar. Mas essa felicidade foi interrompida pela morte da irmã de sua esposa, Mary Scott Hogarth. Dickens foi profundamente afetado por essa morte e teve que atrasar a publicação de seu romance *Oliver Twist*, que saiu em 1839 e o dos episódios dos *Pickwick Papers* (1836-1837). Em 1840, *The Old Curiosity Shop* foi lançado e em 1841 *Barnaby Rudge*. Esses escritos alcançaram grande sucesso com o público. Ele denuncia as condições de trabalho, valendo-se de sua experiência com o trabalho quando era jovem. Charles Dickens morreu em 9 de junho de 1870.

3. RESUMO DA OBRA

O livro conta a história de um jovem órfão chamado Oliver Twist. Ele foi criado em um orfanato até seus 9 anos, quando foi mandado para o reformatório para trabalhar. Nesse reformatório havia muitas crianças e pouca comida e um dia Oliver foi pedir uma porção a mais de mingau, os diretores do reformatório acharam isso ultrajante e Oliver foi colocado para trabalhar em uma funerária como castigo. Depois de sofrer maus tratos, Oliver foge para Londres, onde encontra um garoto chamado Jack, que o levou para a casa de um homem chamado Fagin, onde outros garotos viviam. Fagin treina Oliver para se tornar um batedor de carteiras, mas quando Oliver vai para a rua junto com os outros garotos, fica abismado com um roubo e foge do local, diante da situação, o homem que

foi roubado, o Senhor Brownlow, acusa Oliver, mas logo percebe que o garoto é inocente, sente-se culpado e abriga o garoto em sua própria casa onde Oliver, pela primeira vez, é tratado com gentileza. Fagin fica descontente com a fuga de Oliver e manda Bill Sikes e Nancy para trazê-lo de volta, o plano é bem-sucedido e logo Oliver já é mandado, junto com Bill Sikes, a invadir uma casa no campo. Quando estavam entrando na casa, Oliver é baleado e Bill foge, a dona da casa, Senhora Maylie e sua sobrinha (Rose) cuidam de Oliver. Enquanto o garoto estava se recuperando, Fagin ainda estava atrás dele e, junto com um homem chamado Monks, começa a espionar o garoto, até que um dia Nancy ouve Monks falar que é meio-irmão de Oliver e quer matá-lo para ficar com toda a herança da qual os dois eram herdeiros. Nancy vai até Rose e conta-lhe o plano dos dois, Rose, por sua vez, procura o Senhor Brownlow para pedir ajuda. O senhor Brownlow vai atrás de Oliver e recupera sua custódia, Fagin foi condenado a pena de morte por seus crimes, Monks foge e Oliver, e o Senhor Brownlow se mudam para o interior onde passam o resto de suas vidas.

4. A SOCIEDADE VITORIANA E OS ESQUECIDOS: A VIDA DIFÍCIL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POBRES

Ambientado na era vitoriana que compreende a regência da rainha Vitória (1819-1901) que perdurou de 1837 a 1901, época de muito avanço tecnológico e econômico com a Segunda Revolução Industrial, e ascensão da burguesia com o fortalecimento do capitalismo; apesar de tais avanços havia uma grande parcela da população esquecida a margem da sociedade e Charles Dickens, importante autor da era, denunciava em suas obras, essa negligência. Nosso protagonista, Oliver Twist, nasce em um “asilo de pobres” do inglês workhouse, e tem seu destino selado de forma infeliz, quando fica órfão logo após ter vindo ao mundo, com muita dificuldade.

“O dicionário Longman Cultural (LONGMAN: 1993) explica que as workhouses são instituições públicas com função de oferecer lugar para pessoas muito pobres e desempregadas. [...] As workhouses são ao mesmo tempo um arremedo de coisas que deveriam ser positivas – como lar, escola ou curso profissionalizante – e de coisas negativas como prisões, reformatórios ou casas de correção. Elas não abrigavam apenas crianças e jovens, mas também adultos desvalidos que não tinham condições de se sustentar e que precisavam de um lugar para viver e trabalhar.” (RIBAS, 2010)

Essas workhouses atendiam às Leis dos Pobres, leis sociais que se originaram no século XIV, que tinham como foco dar assistência aos desprovidos de recursos para subsistência e empregar os aptos ao trabalho, essa lei sofre modificações em 1834, com a justificativa que “a assistência seria a verdadeira causa da ociosidade, da acomodação, do conformismo, enfim, da “pobreza.” (MARTINELLI, 1991). Charles menciona ironica-

mente sobre o asilo de pobres ser “uma taverna na qual não havia conta a pagar” e que os membros do conselho de sua história perceberam isso e mudaram as regras. (DICKENS, 2019:15)

“Sob esta configuração, a nova Lei dos Pobres desenvolvida a partir da segunda metade do século XIX, pretendia dar ênfase à utilização do trabalho como fonte de riqueza, sendo formada basicamente pela ideia de que “o que fazia, naquele momento histórico, uma nação rica e poderosa, era essencialmente o emprego em massa de pobres laboriosos e disciplinados, que deveriam trabalhar até a exaustão.” (PEREIRA, 2009, p. 66).

Na narração de Dickens, cruelmente, os pobres e as crianças órfãs viviam no asilo em condições precárias: sofriam maus-tratos físicos frequentes e subsistiam com a menor quantidade de comida possível, ou morriam muito cedo de fome, ou doenças. Nessas workhouses, a requisição por trabalho infantil era comum: na história, Oliver, após pedir por mais mingau, é posto em anúncio para se tornar aprendiz, e quase é vendido para fazer trabalho braçal de limpar chaminés. Dickens ironiza através da fala de Gamfield, sobre meninos morrerem sufocados em chaminés, “assar os pés deles faz com eles se esforcem para se desentalar.” (DICKENS, 2019: 20). Sociólogos muito conhecidos que irão falar disso, são Karl Marx (1818-1833) e Friedrich Engels (1820-1895), que em suas obras expõem a vida da classe operária inglesa.

“O emprego de crianças tornou-se algo tão vantajoso nos primórdios da Revolução Industrial que fabricantes anunciam precisar de “garotos bastante crescidos para que possam se passar por 13 anos”, numa tentativa de burlar a lei fabril que delimitava o trabalho de menores dessa idade em seis horas. Na Inglaterra, conforme Marx (1988b) mulheres pegavam crianças em Workhouses e as alugavam por semana, semelhante à forma como se escravizavam negros nas colônias da América. Submetidos a essa situação, crianças e jovens iam à ruína física e mental, enquanto que a necessária ocupação extradomiciliar das mães condenava as crianças ao descuido, à má alimentação, à administração de opiatos para acalmar bebês famintos e ao envenenamento proposital (MARX, 1988b, p. 23).”

A ambientação da história muitas vezes se dá em lugares míseros, sem saneamento básico, à beira de fossos e sujeira, um dos fatores que contribuía para algo característico da era Vitoriana: a taxa de mortalidade em áreas urbanas da Inglaterra, que era maior entre jovens e crianças, com a expectativa de vida baixa, entre 26 e 35 anos, tudo isso devido a péssima condição de vida entre trabalhadores, e o desemprego, muito presente apesar do grande avanço industrial. (CÁRDENAS, 2005).

Dickens traz em *Oliver Twist*, como consequência, jovens que devido a tais con-

dições de vida precárias, foram apresentados ao crime: Jack Dawkins e Charley Bates, integrantes da quadrilha de Fagin, o judeu. Personagens que são retratos de muitas crianças que são abandonadas a beira da sociedade nos dias de hoje e que são exploradas. Oliver, nosso protagonista, felizmente quase não seguiu o mesmo caminho por ter tido melhores oportunidades, mas se pararmos para pensar nas crianças e adolescentes que nem oportunidades têm?

5. O CENÁRIO ATUAL DA QUALIDADE DE VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Podemos com certeza afirmar que o cenário da qualidade de vida de jovens mudou drasticamente, crianças e adolescentes agora possuem direitos que os protegem, lhe garantem saúde e educação para se desenvolver. Apesar de recente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entrou em vigor no Brasil em 1990, reforçando o que a ONU havia criado com a Convenção dos Direitos das Crianças em 1989. Sobre a saúde em nosso país, dados sobre a mortalidade infantil podem dizer muito sobre a qualidade de vida, e no Brasil isso melhorou muito comparado com o século anterior.

“No Brasil, com a população de aproximadamente 211 milhões, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2019, no processo de transição demográfica brasileira destaca-se que, desde o século XIX até meados de 1940, o Brasil caracterizou-se pela prevalência de altas taxas de mortalidade, principalmente a mortalidade nos primeiros anos de vida. A mortalidade infantil teve redução de 36% nos últimos anos, a cada mil nascidos havia 17,0 óbitos em 2000, em 2019 reduziu para 10,9 por mil. Vemos a evolução quando comparamos que as taxas de óbitos no século XX oscilavam entre 150 e 200 óbitos a cada mil nascidos vivos.”

Apesar da melhora muito aparente em algo que na época de vida de Charles Dickens era arrasador, não podemos nos esquecer que ainda há uma parcela de jovens negligenciada vivendo na miséria e marginalidade em todo o mundo, sem acesso a recursos básicos. Segundo dados nacionais disponíveis no site da Fundação Abrinq coletados pelo IBGE, 9,1 milhões de crianças e adolescentes brasileiros de 0 a 14 anos, vivem em situação de extrema pobreza, ou seja, vivendo com até um quarto do salário-mínimo (aproximadamente R\$ 249,50), e 9,7 milhões vivem em situação de pobreza, com até meio salário-mínimo (aproximadamente R\$ 500,00). Importante também abordar o trabalho infantil, cerca de 1,7 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalham. Índices que infelizmente demonstram uma desigualdade enorme, onde um número absurdo de jovens subsiste com oportunidades praticamente inexistentes, pois trabalham para se sustentar ao invés de estarem estudando e se desenvolvendo. Isso logo entra na questão da exclusão social.

“A ideia de exclusão social assinala um estado de carência ou privação material, de segregação, de discriminação, de vulnerabilidade em alguma esfera. À exclusão associa-se um processo de desvinculação social/espacial. O excluído não escolhe a sua condição; ela se dá numa evolução temporal como resultado das mudanças na sociedade como, por exemplo, as crises econômicas. A segregação étnica constitui por si só problema relevante, trazendo consigo consequências, como o desemprego, a falta de alimento, de acesso a serviços de saúde, de moradia adequada, de recursos que possibilitem desempenhar bem papéis na comunidade” (TOWNSEND, 1979)

A exclusão social na infância é alarmante, pois crianças e adolescentes fora da escola estão vulneráveis a que não exerçam a cidadania e a possível entrada no mundo da criminalidade, além de outros fatores, como relacionamento com a família e comunidade, acesso a recursos básicos como saúde, educação e moradia, também como o desemprego, Feijó (2004) aborda a questão da sobrevivência a pobreza extrema e abandono como uma justificativa para o caminho da infração, e a desigualdade econômica, onde “países com maiores índices de desigualdade têm maiores índices de violência” (Werner, 1990, p. 20).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que o atual cenário brasileiro para diversas crianças e adolescentes é preocupante, pois os direitos concedidos não abrangem igualmente a juventude, futuro da nação, fazendo-se assim repetir o ciclo da miséria e a difícil possibilidade de ascensão social. Os índices mostrados nesse respectivo artigo mostram que a exclusão social, consequência da desigualdade, afeta o desenvolvimento das classes humildes, sobretudo os jovens.

Dickens, como um homem que além de romancista era do jornal, mostra o desenvolvimento que a Inglaterra estava passando em questões econômicas e políticas. As questões de desigualdade que ele apresenta foram mantidas, por isso a obra nos parece tão familiar. Seria ótimo se estudássemos *Oliver Twist* como um grande livro de romance de outrora, mas infelizmente ainda podemos estudá-lo como uma grande crítica de nossa era.

Oliver Twist, assim como Jack Dawkins e Charley Bates não existiram de fato, mas representam a situação real de milhares de desgraçadas crianças, vítimas de abusos, explorações, sujeitadas a crimes e a todo o acaso possível da era Vitoriana e da atualidade.

REFERÊNCIAS

EBIOGRAFIA. Charles Dickens. Disponível em: https://www.ebiografia.com/charles_dickens/. Acesso em: 17 mai. 2021.

UOL EDUCAÇÃO. Charles Dickens. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/biografias/charles-dickens.htm>. Acesso em: 17 mai. 2021

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. Goiás: Revista de Teoria da História, Ano 1, n. 3, junho/ 2010.

DICKENS, Charles. Oliver Twist. 1ª Edição; Jandira, SP; Ciranda Cultural; 2019; 352 p.

CÁRDENAS, Viviane. Dickens e a era Vitoriana: ascensão da indústria, declínio do homem. 2005.

CONDE, Soraya. Quando o trabalho infantil se torna uma generalidade social. Revista Trabalho Necessário, v. 10, n. 15, 2012.

FEIJÓ, Maria Cristina; ASSIS, Simone Gonçalves de. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. Estudos de Psicologia (Natal), v. 9, n. 1, p. 157-166, 2004.

Fundação Abrinq traça panorama da Infância e Adolescência no Brasil. Fundação Abrinq. 17/03/2021. Disponível em: <<https://fadc.org.br/noticias/fundacao-abrinq-traca-panorama-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil>> Acesso em 20/05/2021 às 09:51.

MARTINS, Giovana Maria Carvalho; CAINELLI, Marlene Rosa. O uso de literatura como fonte histórica e a relação entre literatura e história. In: Anais do VII Congresso Internacional de História, XXXV Encontro de Geo-história Regional e XX Semana de História. 2015. p. 3889-3901.

OLIVEIRA, Sheila; MONTEFUSCO, Carla. “Qualquer Semelhança Não É Mera Coincidência”: a trajetória das políticas sociais, da lei dos pobres à contemporaneidade. Sociedade em Debate, v. 23, n. 2, p. 26-54, 2017.

RIBAS, Marcos Maciel. Entendendo o sistema educacional vitoriano: realidade e ficção em Jane Eyre e Oliver Twist. 2010.

Werner, D. (1990). Para as origens do crime urbano: estudos internacionais sobre as causas sociais do crime e suas implicações num caso brasileiro de menores carentes. Relatório de pesquisa para CNPq não-publicado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

ELESBÃO E NARCISO: ESCRAVIDÃO, LEGALIDADE, RESISTÊNCIA E A PENA DE MORTE.

TEGANI, Euler da Silva
SANTOS, Tainara Karina dos
REIS, Antonio

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de analisar de forma factual o processo penal de Elesbão e Narciso, dois escravizados que sofreram a pena capital do sistema escravagista. Foram enforcados e o primeiro deles (Elesbão) esquartejado por matarem seu senhor. Além desta elucidação feita sobre o caso com base em fontes primárias e secundárias, outras indagações de suma importância serão abordadas, como a questão jurídica que dava o suporte legal a este tipo de condenação e, por fim, a resistência à escravidão, bem como sua organização. Metodologicamente este estudo precisa ser analisado com os devidos contextos sociais e temporal do processo que ocorre de 1831 a 1835.

Palavras-chave: Resistência; Organização; Jurídico; Escravidão.

ABSTRACT

This study of the form of Elesbão and Narciso aims to study the criminal process that has as its objective the capital punishment of the slave system. They were applied and the first of them (Elesbão) quartered for killing their lord. In addition to this question that is made according to primary sources and based on primary sources and with other questions will be addressed, such as the question that is legally made of secondary obligation and legal support, finally, resistance to resistance, as well as your organization. Methodologically, this study needs to be detailed with the appropriate social contexts that occur from 1831 to 1835.

Keywords: Resistance; Organization; Legal; Slavery.

1. INTRODUÇÃO

Com suporte do CMU (Centro de Memória da Unicamp) e do Arquivo Municipal de Jundiaí, conseguimos levantar fontes importantes para esta pesquisa, mesmo com o advento da pandemia da Covid-19. Fica o nosso agradecimento.

O trabalho consiste em uma base documental delimitada: processos criminais, relatos e histórias reunidas nas regiões de Jundiaí e Campinas. Este dividido em três partes, na primeira trataremos o processo penal que condenou Elesbão e Narciso, em seguida, abordaremos as questões jurídicas, e, por fim, exemplificaremos a organização dos escravizados e sua resistência à escravidão.

A partir das fontes levantadas, o trabalho trará a luz da história dois personagens esquecidos por ela ou por quem sempre a escreveu.

Elesbão e Narciso estão contextualizados numa região escravista e num período em que se pode denominar como o “auge da escravidão”, pois de 1800 a 1850 o Brasil receberia cerca de 2,3 milhões de escravizados. O país, inclusive, fora o que mais recebeu pessoas escravizadas no mundo, quatro em dez negros que cruzava o atlântico até a metade do século XIX atracava em território brasileiro.¹

No oeste paulista, mais precisamente nas Vilas de Jundiahy e de São Carlos, que hoje são Jundiaí e Campinas, respectivamente, o sistema escravagista era forte, estruturado e bem organizado, com grandes fazendas produtoras de café, algodão, Cana-de-açúcar, e com barões, condes e todos os títulos imagináveis. De fato, existia uma base social e política para manter este sistema por muito tempo, como ocorrera.

De 1817 a 1820, a mando do Imperador da Bavaria, Maximiliano I, o zoólogo J.B. von Spix e o botânico C.F.P. von Martius, vieram para o Brasil afim de fazer levantamentos geográficos, populacionais, econômicos e sobre a diversidade nacional. Considerada a mais importante e completa viagem de expedição e exploração da fauna e flora brasileira, tendo percorrido mais de 10 mil quilômetros, Spix e Martius deixaram relatos importantes para o Brasil, bem como para Jundiaí.

Segundo os dois viajantes, no livro “Viagem pelo Brasil” que conta com dados de anos anteriores, Jundiahy em 1815 tinha cerca de 849 casas, 906 homens e 897 mulheres brancas, já o número de negros escravizados era de 668 homens e 497 mulheres, enquanto o de negros livres era de 39 homens e 33 mulheres, um número significativamente menor comparado ao de escravizados. Outro número de grande importância é o de “mulatos” (nomenclatura presente no livro), cerca de 84 homens e 88 mulheres estavam na condição de cativos, enquanto os “mulatos” libertos chegavam ao número de 824 homens e 1025 mulheres. Com um total de 5.061 habitantes, sendo 3.258 deles negros e “mulatos” escravizados ou libertos.²

Em 1836, portanto, 21 anos depois dos números apresentados por Spix e Martius, segundo Kátia Izaías,³ Mestre em demografia pela Universidade Estadual de Campinas, Jundiaí possuía uma população um pouco maior comparada ao número apresentado pelos viajantes anos antes, em 1836 cerca de 5.885 habitantes, sendo 3.834 (65,5%) de pessoas livres e 2.051 de escravizados (34,85%), um número inferior de escravizados comparado ao primeiro apresentado, mas ainda assim, substantivo e relevante.

1 SCHRODER, André. A era da escravidão. 2019.

2 SPIX, J.B von; MARTIUS, C.F.P. von. Travels in Brazil in the year 1817 – 1820. Livro 3, p. 32, 1824.

3 IZAÍAS, Kátia. População e dinâmica econômica na formação da cidade de Jundiaí - 1615-1890. p. 77, 2012.

Já em Campinas, o historiador Robert Slenes⁴ irá nos dizer sobre o final do século XVIII. A vila de São Carlos contava com “apenas” 156 cativos, poucos anos depois, no início do século XIX, em 1801 tem um aumento explosivo e significativo de 18% e, nos anos seguintes, um aumento de 5% anual. Em 1829, Slenes aponta 4.800 cativos em Campinas, número este, maior que o número de seus habitantes livres.

Outros números apareceram em nossas pesquisas, como os apresentados por Benedito Octavio⁵ na Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, datada de 1908. Ele irá nos apontar o número de 4.319 cativos e 3.365 de pessoas livres no ano de 1829, nada muito diferente do que nos apresenta Slenes. Ainda na mesma revista, o autor cita o Almanach Literario de São Paulo, na página 29, que irá referir-se a um número de 4.068 pessoas livres e 5.087 de pessoas escravizados. Todos os números apontam para uma maior população de cativos referente a população livre. O único número diferente citado por Octavio foi o do Botânico e viajante francês Auguste de Saint-Hilaire que apresenta 6.689 pessoas livres enquanto o número de escravizados é de 3.917, além de ser o menor número de cativos dentre todos que pesquisamos, o número comparado ao de pessoas livres é estranhamente menor, portanto, acreditamos que esse recenseamento do francês Saint-Hilaire é o menos verídico.

Cumpramos ressaltar, que estes não são números exatos, tendo em vista a época e métodos utilizados, entretanto, são válidos para que possamos ter um contexto significativo da população negra na região e no cenário em que estavam inseridos os personagens de nossa história.

2. O PROCESSO DE ELESBÃO E NARCISO

Era maio de 1831, e no engenho do Romão (na estrada de Jundiáhy para Itu) uma escravizada, por nome de Esperança relata ter visto Elesbão e Narciso atacarem seu senhor Capitão Luiz José de Oliveira com foice e faca, e assim matando-o. Já no dia seguinte em Jundiáí, fez-se um auto de corpo de delito. Verificando o corpo, constatava-se:

dois grandes golpes de fouce encruzados, que despejavam os miolos, sendo as pancadas de córte e de costas da arma, e estando toda moída a caixa craneana, e duas grandes facadas, de todo o comprimento da lamina, uma sobre o coração e outra do lado direito do peito do morto, que além disso tinha cerceado o dedo mínimo da mão direito (OCTAVIO, 1908. p. 22).

4 SLENES, Robert W. Na senzala uma flor. Esperança e recordações na formação da família escrava. p. 78, 2011.

5 Historiador, poeta e teatrólogo de Campinas. Filho de uma escravizada.

O processo andou rápido e no mesmo mês começou em Jundiá o interrogatório de todos os escravizados do engenho do Romão, totalizando 18, dentre eles Esperança. Com depoimentos parecidos, todos foram entregues ao irmão e cunhado da vítima. Nos meses seguintes, cerca de trinta e cinco testemunhas prestaram depoimentos, concluindo por meio desses que Elesbão e Narciso mataram o senhor e que estavam em sete escravizados escondidos na mata do engenho, entre eles Elesbão, Narciso e uma escravizada conhecida como Eva, que segundo relatos das testemunhas, era a maior inimiga do senhor morto. Ainda segundo os três últimos depoimentos, a inimizade de um “fulano” chamado Franco contra Luiz José de Oliveira, declarando que o primeiro fez insinuações para que Elesbão e Narciso matassem o segundo, dizendo-lhe: “Por que não dão um tiro em seu senhor?” e assim, para as autoridades da época, ficou comprovada na primeira fase do processo, a premeditação do crime.

Quando Eva é presa, ela relata que realmente os escravizados fugitivos eram sete e que os “assassinos”, Elesbão e Narciso, haviam bebido o sangue da vítima. Ainda revela que estava no quilombo com mais quatro escravizados na hora do crime, e que esses teriam fugido para onde hoje é Itatiba, querendo assassinar uma das irmãs do senhor que fora morto.

Quando um escravizado conhecido como Manoel Cariocano é preso, e em seu depoimento de 8 de julho consta, segundo Benedito Octavio, que não era escravizado pela família do senhor assassinado. Além disso, relatou que quatro foram para a emboscada, ficando três no quilombo, também alegou que houveram ciladas anteriores, e que viu ainda sangue na boca de Elesbão e Narciso, corroborando o depoimento de Eva sobre o sangue ingerido.⁶

Nota-se pelo depoimento de Eva e de Manoel uma mínima organização entre os cativos, organização essa de métodos violentos, odiosa e vingativa.

Em agosto do mesmo ano (1831) foram presos Elesbão, Francisco, Joaquim e Vicente, e suas declarações foram as seguintes:

Elesbão, cabinda, de estatura ordinária, fula, rosto comprido, testa pequena, cabelos encarapinhados, nariz chato, boca rasgada, beijos grossos, pouca barba e parecendo ter vinte anos, solteiro, escravo. Trajava camisa e ceroulas de algodão. Disse: fugiu por causa de uma escrava, Francisca, que deixara pejada; no quilombo fôra combinada a morte; fôra o primeiro a falar com o seu senhor, no dia do crime; Narciso,

6 OCTAVIO, Benedito. Campinas Antiga as mãos do enforcado. p. 22, 1908.

então, dera duas foçadas na vítima e, elle, declarante , duas facadas, quando ella já no corrego, do lado esquerdo do peito; Narciso lhe vibrou mais foçadas; fugira para Belém levado por Manoel que desejava matar Joaquina Pinheiro; o crime se dera num caminho de casa do engenho para o cannavial; mais tarde, convidados para comer, por dois escravos do alferes Clemente, foram presos á traição numa senzala, por esses e mais pretos (OCTAVIO, 1908. p. 22).

Figura 1: Representação de Elesbão segundo relatos do processo.



Fonte: Arte de Tânia Carolina Manacero, 2021.

Francisco e Vicente também confirmam a história macabra do sangue bebido pelos dois escravizados, e assim, conclui-se a devassa crime em Jundiáí. E então, foram Elesbão e os autos mandados para São Paulo em 13 de agosto de 1831.

No auto de ratificação de perguntas feitas a Elesbão, na presença do curador⁷ Francisco Pereira de Araújo, Elesbão repetiu suas declarações e alegou que não tinha motivos para matar Luiz José de Oliveira além de apontar que Narciso era muito mau e o tinha convidado.

Já Narciso:

Congo, de nariz rombo, um dos olhos defeituosos, rosto redondo, viúvo, de trinta annos de idade, foi capturado e qualificado a 13 de setembro e interrogado a 20. Disse: que estava em casa do sargento-mór

⁷ Normalmente nomeado por um juiz, o curador representa legalmente um réu incapaz.

Joaquim Floriano Godoy, a quem se entregara; que seu senhor lhe dava muito trabalho e por isso fugira com Francisco Monjolo; que mez e meio depois, chegaram ao quilombo Manoel, Eva, Elesbão, Joaquin e Luiz Congo; que lhes propuseza Elesbão o assassinio, acceito por quatro; que deram foiçadas e facadas na victima, ferindo-a Elesbão no peito e na guela. (OCTAVIO, 1908. p. 22)

Figura 2: Representação de Narciso segundo relatos do processo.



Fonte: Arte de Tânia Carolina Manacero, 2021.

A família de Luiz José de Oliveira por meio de seu irmão José Estanislau de Oliveira, que se tornaria o primeiro barão de Araraquara e depois visconde do Rio Claro e sua mãe, D. Maria Joaquina constituem procuradores em São Paulo, onde os réus se encontravam presos. Elesbão repete as declarações anteriores e reafirma que não tinha motivações para matar o senhor, que até o ajudara a montar ao cavalo segurando as rédeas e é neste momento que Narciso chega para cometer o assassinato.

Em fevereiro de 1832, a autora pede aos réus o grau máximo do art. 192 do Código Penal e com agravantes do art. 16, isto significava na época: ter ofendido o superior, ter havido abuso de confiança, emboscada, surpresa e ajuste. Ainda em fevereiro, é nomeado o curador dos réus, Ignacio José Justiniano Doria. Mas na noite de 20 de março, Elesbão e Narciso conseguem fugir da cadeia de São Paulo. Não se sabe muito bem como ou para onde foram, mas Narciso é logo recapturado em 2 de junho e os tramites jurídicos começam a acelerar por pressão de D. Maria Joaquina, que era muito influente. Com todos os autos reunidos, Narciso tenta sua última apela-

ção, uma última tentativa para não ser enforcado, e por meio de seu curador, ele diz:

Meu curado — diz ele — não se atreve a negar o delicto e limita-se a implorar misericórdia dos juízes, “pela miséria de captivo, fome e máos tratos do senhor mesquinho e ambicioso, castigos immoderados e ignorância dele réo”. Não tem provas para contrariar o libellos da autora. “A natureza tem vivo horror á destruição do seu ser, mas a doce consolação da existência faz com que se encare valeroso todos os trabalhos do mundo.” Pede que a pena seja imposta dois graus inferiores ao máximo, e termina: “Ah! Lembrae-vos do preceito do divino mestre: — ao próximo como a vós mesmo.” (OCTAVIO, 1908. p. 23)

Em 28 de junho de 1832, nos chama a atenção, de acordo com as pesquisas de Benedito Octavio, a junta de justiça diz que as declarações dos escravizados ouvidos no processo não resultam na culpa de Narciso, nem mesmo o depoimento de trinta e cinco testemunhas, mas sim, por sua confissão estaria o crime provado. Reconhecendo os agravantes penais citados anteriormente e julgando o réu no grau máximo do art. 192, Narciso é condenado à forca, e como está na sentença: “ahi morra morte natural para sempre”.⁸ Segundo o historiador Edward Palmer Thompson, esta frase significava a formula na qual o legislador queria significar a morte atroz, cruel e desumana.

Em outubro os autos foram enviados a capital Rio de Janeiro para uma última suplicação junto a regência, mas sem sucesso. Assinados pelos membros do tribunal e presidida pelo visconde de Goiânia, a sentença à forca fora confirmada. Já em São Paulo, o presidente da província, Raphael Tobias de Aguiar, declarou que a regência⁹ não agraciava o culpado, e assim é escolhido o dia da execução.

Certifico que no dia de hoje, e pelas onze horas da manhã, para o meio dia, foi executado a pena de morte Réo Narciso, sendo esta execução presidida pelo doutor Manoel Dias de Toledo, juiz municipal e de direito desta cidade. Em fé do referido, passo a presente.
Sam Paulo vinte e quatro de maio de mil oitocentos e trinta e três. O
escrivão Amaro José Vieira. (OCTAVIO, 1908. p. 23)

Elesbão, que ainda se encontrava foragido, vai reaparecer em 1835, mais de dois anos após a morte na forca de Narciso. Escondido no quilombo em terras de D. Maria Joaquina e capturado por capitães do mato no engenho dos pinheiros, disse

8 OCTAVIO, Benedito. Campinas Antiga as mãos do enforcado. p. 23, 1908.

9 O período regencial foi um momento da história do Brasil entre o primeiro e o segundo reinado, portanto, iniciou com a abdicação de Pedro I em 1831 e terminou com a ascensão de Pedro II ao trono brasileiro em 1840.

ele, segundo Benedito Octavio, que não quisera ou não pôde fugir para mais longe e que realmente se escondera em terreno de seus senhores. Preso, foi levado a Jundiaí e de lá a São Paulo novamente, mas o juiz decide o mandar para o “logar do delicto ou foro de domicilio”, chegando, assim, em 22 de novembro de 1835 a Vila de São Carlos (Atual Campinas).

Apenas quatro dias depois ele é novamente interrogado, Elesbão declara ter vinte e três anos e nega rigorosamente a autoria do crime, acusando o já sentenciado e morto Narciso e outro escravizado por nome de Luiz e, ainda dá o motivo do crime: fugir do castigo.

O conselho de jurados que segundo Benedito Octavio, foram: José Pereira Queiroz, José Pires Pimentel, Theodoro Francisco de Andrade, Francisco Borges da Costa, Joaquin Correa Pupo, Joaquin Xavier Leite, André de Souza Campos, José Pedro da Silva, Manoel Francisco de Oliveira, José de Campos Souza, Manoel Joaquim de Toledo e Manoel Joaquim de Moraes, deram a Elesbão com incurso no grau máximo também do art. 192, o mesmo de Narciso anos antes.¹⁰

O juiz de direito, dr. José Gaspar dos Santos Lima, concorda com a decisão do conselho de jurados e condena Elesbão à forca.

E na sentença, ele acrescenta:

Em tempo: Addendo a sentença acima declaro que depois que o Reo soffrer a pena de morte corta-se-ão as mãos e a cabeça, está será remettida para a Jundiahy, e alli colocada num poste em logar publico e aquellas serão igualmente collocadas nesta Villa em poste e também em logar publico. Era ut supra. (OCTAVIO, 1908. p. 22)

Este adendo a sentença de morte na forca é estendido a Jundiaí. Vale mencionar a natureza da pena e seu ineditismo, visto que foi o único caso de esquartejamento que encontramos na região. Extraordinariamente e rapidamente, o que era atípico para época, a Câmara Municipal da Villa de São Carlos reuniu-se, e nela explica:

Como se acha julgado a pena ultima o R. Elesbão, escravo do finado Luiz José de Oliveira, pelo assassinato, que fez em o mesmo dito Sr., e como executor da dita sentença, peço a V.S que reunindo os mais Srs. Vereadores immediatamente marquem logar para levantar uma

10 OCTAVIO, Benedito. Campinas Antiga as mãos do enforcado. p. 24, 1908.

força, e determinem logo a factura da mesma, e será bom que se faça com alguma segurança e firmeza, para servir em outras ocasiões semelhantes, e como convém que logo se execute esta sentença para não sobrecarregar guardas e riscos do criminoso: portanto (como executor) tenho marcado o dia 9 do p.f. mez de Dezembro para o dito fim; mas é porque suponho se poder apromptar essa obra para esse dia; e pelo contrario, então V.S. me participará para marcar outro dia; e espero resposta da deliberação da Câmara para meu governo. Ds. Ge. a V.S. S. Carlos 27 de novembro de 1835. Sr. Tenente Antonio Rodrigues de Almeida, Presidente da Câmara desta Villa. José Mendes Ferraz, Juiz Municipal.

Em tempo: requisito mais ãa corda de linho suficiente para o dito fim. (OCTAVIO, 1908. p. 23)

Com a deliberação da Câmara Municipal da Villa de São Carlos, o presidente da mesma foi autorizado a demandar a construção da força, e o local escolhido foi o largo Santa Cruz, que se localizava entre uma capela e um antigo rancho de tropeiros. Na atual Campinas, o largo Santa Cruz que na época ficou conhecido como largo da força, se localizava no que hoje é a praça XV de novembro.

Cabe ressaltar novamente a celeridade da execução da pena, que fora marcada para uma quarta-feira, 9 de dezembro de 1835. Surge assim a demanda em adquirir ferramentas e mão de obra para a dita execução, e, em 7 de dezembro, o juiz Municipal manda um officio a Câmara:

Para executar-se a sentença do preto Elesbão, são necessários os objetos seguintes — um facão com grossura e tamanho suficiente para desepar a cabeça e mãos — um caixote suficiente para transportar a dita cabeça a Jundiahy, e sal competente para enterrar a mesma em o dito caixote — dois caibros de 25 palmos cada um, com um ferrão na ponta, para espetar as mão — dois pretos com enxadas para conduzirem e enterrarem o dito Elesbão, visto este ser africano e sem parentes, que possam requisitar o corpo. (OCTAVIO, 1908. p. 24)

Nos balancetes de receita e gastos da época, bem como no livro de contas, está listado todo os gastos da Câmara Municipal, desde a compra do facão, as cordas, o caixote e até um negro ferreiro, assim como alguém para pôr e tirar os grilhões do condenado, alguém para afiar o cutelo e dois homens que levariam a cabeça para Jundiaí. Segundo Benedito Octavio, o custo total para o fim do escravizado Elesbão foi de 40\$760 réis.¹¹

11 OCTAVIO, Benedito. Campinas Antiga as mãos do enforcado. p. 23, 1908.

Era 9 de dezembro de 1835, o cenário de horror já estava preparado, o espetáculo macabro não tardaria, e o triângulo sinistro que já se enxergava no horizonte, chamando todos para um evento horripilante que marcaria com sangue a história da futura Campinas. A forca, ali posta ao público, inaugurada naquele fatídico dia para punir Elesbão com a morte, e que ficaria por muito tempo no horizonte campineiro punindo homens e mulheres escravizados a bel prazer dos escravocratas regionais. Elesbão teve suas mãos decepadas e penduradas em dois postes, um no próprio largo Santa Cruz e outro na saída da cidade de Campinas para São Paulo, enquanto a cabeça foi exposta em Jundiaí, como vimos na sentença.

É relatado pelo historiador José Roberto do Amaral Lapa¹², que na mesma forca que Elesbão perdeu a vida, consta execuções em 1838, 1849, 1850, 1851 e 1854.

Vale esclarecimentos a alguns mitos que ainda fazem parte da história de Elesbão e Narciso. É interessante registrar que o juiz não tomou consideração, ao que deduz das transcrições e comentários feitos por Benedito Octavio, o art. 17 do Código Criminal que previa como agravante: “Quando o mal do crime for argumentado por alguma circunstância extraordinário de ignomínia.” Ao que nos parece, se de fato tivesse ocorrido o ato de beber o sangue do senhor, que traz em si a infâmia e a profanação do corpo, teria ao menos sido citado pelo juiz ou outra autoridade, além dos depoimentos. Pelos relatos e imaginando como o crime se deu, explicado no corpo de delito, seria natural o esguichar de sangue no rosto dos dois escravizados, e assim, talvez, com sangue em seus rostos, tenha surgido a lenda do sangue bebido. Obviamente, isso é mais uma exemplificação do preconceito, de olhar o escravizado como animal, uma besta feroz. Outra lenda seria à atribuição de milagres a Elesbão, pois suas mãos negras ficaram brancas no alto dos postes que foram expostas, ora, resultado comum na putrefacção de matéria orgânica.

Cumpramos ressaltar, que embora as informações sobre o processo e o crime, transcritas dos documentos por Benedito Octavio, não nos permitem conclusões mais elaboradas, assim como suas descrições, pormenorizadas pela pesquisa e pela imaginação com que procura recriar o evento, mesmo assim, são de grande valia para entendermos toda a história e processo condenatório de Elesbão e Narciso.

12 LAPA, José R.A. A cidade os cantos e os antros. p. 74; 2008.

3. EXEMPLARIDADE

Elesbão não era um conspirador, não era líder de um grande movimento político de resistência à escravidão, mas os senhores da região de Campinas e Jundiaí, como a possibilidade de sublevação completa na ordem social os causava grande temor e, assim, veem no ato de esquartejar e expor o corpo de um cativo já morto, o único meio para tentar apaziguar os ânimos desses que tinham sua liberdade roubada.

Em 1832, um ano após a morte de José Luiz de Oliveira, já havia quase estourado uma grande insurreição de dezenas de famílias de cativos da região de Campinas e Jundiaí. Neste período, o Brasil passaria por inúmeras revoltas, inclusive de escravizados. A revolta dos Carrancas¹³, a revolta dos Malês¹⁴, são bons exemplos. Além de notícias diárias sobre fugas e outros métodos de resistência. Com medo, só restou aos escravocratas a exemplaridade na barbárie.

A palavra-chave, que talvez deva ser destacada, seja justamente esta: exemplaridade. A tortura física e psicológica seguida do esquartejamento como exemplo. Este tipo de sentença foi utilizado no mundo todo, embora não habitual, acontecera com mais frequência do que imaginamos. Os espanhóis ao lidarem com Túpac Amaru¹⁵ e outros líderes das revoltas contra os colonizadores a praticaram. Segundo o jornalista e escritor uruguaio Eduardo Galeano¹⁶, Túpac Amaru teve seus membros amarrados a quatro cavalos, afim de esquarteja-lo vivo, como seus membros não se romperam, teve a cabeça cortada e posteriormente os outros membros, para que assim, fossem colocadas ao público em várias cidades peruanas. Mais próximo temporalmente da história de Elesbão, podemos falar de Joaquim José da Silva Xavier ou Tiradentes (1746 – 1792), como ficou conhecido em todo Brasil, foi um dentista e comerciante mineiro que ficou conhecido por sua participação na inconfidência mineira ou conjuração mineira, que tinha o objetivo de manifestar-se contra a derrama¹⁷ e a coroa portuguesa. Antes do levante ocorrer, os membros foram presos, mas apenas Tiradentes fora morto e esquartejado com sua cabeça sendo exposta em Vila Rica, atual Ouro Preto em Minas Gerais. Outro personagem da história brasileira a sofrer uma pena marcada com a exemplaridade foi Zumbi dos Palmares (1655 – 1695), que foi o último líder do quilombo dos palmares,

13 Revolta de escravizados ocorrida em 1833 na província de Minas Gerais.

14 Foi o maior levante de escravizados no Brasil. Ocorrido na Bahia em 1835, esta revolta se difere das outras, pois os

15 Malês tinham origem islâmica.

16Tupac Amaru (1545-1572) foi o último imperador inca, morreu por resistir a colonização espanhola.

17 GALEANO, Eduardo H. As veias abertas da América Latina. 2012.

18 Derrama foi um dispositivo fiscal utilizado, a partir de 1751, para garantir a coroa portuguesa 20% do ouro retirada do Brasil, mas principalmente de Minas Gerais.

este que foi o maior quilombo do Brasil. Em 1694, Domingos Jorge Velho (1641 – 1705), conhecido bandeirante caçador de indígenas e negros fugidos, comandava a invasão e destruição do Quilombo dos Palmares. Zumbi consegue fugir, mas não por muito tempo, logo no ano seguinte é capturado por André Furtado de Mendonça¹⁸. Zumbi foi morto e teve sua cabeça cortada, salgada e levada ao governador da capitania de Pernambuco, no nordeste brasileiro. Seu captor foi recompensado e a cabeça do ex-líder quilombola fora exposta em praça pública.

Tia Custódia, em uma rara entrevista de uma ex-escravizada dada no início do Século XX, para a revista Sultana de Jundiá, vai nos dizer como a forca em Jundiá também fora usada para este fim: a de dar o exemplo.

Apoiada em seu inseparável porretinho, fomos encontrar Tia Custódia, na sua casinha, lá no Largo de Santa Cruz, casinha que o coração magnânimo de Nhô Abrão construiu e dera para moradia de uma das últimas sobreviventes dos negros tempos da escravidão.

[...] Contou-nos cousas interessantes e triste ao mesmo tempo, daquela época em que, “por um nadica” -no seu dizer- o soluço do pobre captivo era abafado pela sua voz potente e sonora do chicote implacável, brandido pela mão do feitor feroz.

Entremeando a sua narrativa, arregaçava os vezes as mangas da blusa e mostrando sulcos profundos no braço, dizia:

—” Veja sinhô, estes riscos que aqui estão, são lembranças daquelle tempo; do tempo em que negro não era gente... Apanhei nhonhô, muitas vezes de “taca” (nome dado ao açoite destinado exclusivamente às mulheres) lá na senzala de monte Serrate e Sant’Anna. Sinhô Barão tinha um feito marvado, que tudo nois tinha ódio nelle... [...]

[...] Nhonhô não ouviu falar no largo da forca? Pois era alli mesmo ao lado da Igreja. Me lembro que o primeiro que exteou foi um preto de nome Cremente. Fui injustamente por causa de um tal Gonçalo, que era munto puchado de Sinhô. O caso foi ansim: Sinhô tinha uma negrinha do porte já de casá e um bello dia ella pareceu em vesp’ra de ser mãe. Sinhô ficou brabo e quis saber quem foi o autô. Nois tudo sabia que tinha sido Gonçalo, mas tanto elle fez, que pohnou a curpa no povre do Cremente, que assim pagou o pato. A negrada tuda assistiu a execução: isso elles fizeram p’ra exemplar nois. (REVISTA SULTANA, 1929. p. 28 e 29)

Este relato magnífico de Tia Custódia, como a revista Sultana se refere a ela, que viveu seus dias de cativa na segunda metade do século XIX, nos trará muitas informações relevantes sobre as mazelas daquele período, todos os castigos, torturas físicas, psicológicas, entre outros. Mas sua última frase é emblemática para o caso

18 Furtado de Mendonça (? -?), foi um sertanista português do século XVII que liderou tropas de combate a quilombos no Brasil.

que estudamos. Narciso, e principalmente Elesbão, não se diferem do negro Cremante citado por ela, tampouco de Zumbi, Tiradentes ou Tupac Amaru. Em uma questão são idênticos: todos foram marcados pela pena capital em nome de uma exemplaridade a seus pares.

Desta forma, com medo e pelo medo, os senhores e colonizadores tinham a esperança de manter seu sistema preconceituoso, nocivo e vil com uma paz sepulcral. Entretanto, isso não ocorreu, e a resistência foi travada em muitos campos durante séculos de regime escravocrata.

4. QUESTÕES JURÍDICAS

Na música “O homem na estrada” do grupo de RAP Racionais Mc’s, eles dizem: “a justiça criminal é implacável”. De fato, é uma premissa verdadeira, não apenas em tempos recentes, mas num passado um pouco mais distante, também se fazia presente, e pelos mesmos motivos: ser negro e pobre. No século XIX com o advento da escravidão ainda presente, junto de todo seu sistema perverso que tinha na justiça criminal um de seus pilares para manter a máquina de crueldade a todo vapor, isto é, a legalidade do sistema escravocrata estava presente no cenário e era amplamente utilizado nas letras frias da lei, assim como vimos no curso do processo de Elesbão e Narciso.

A escravidão nacional foi uma instituição garantida por bases legais. Estas percorreram tanto o Brasil Colônia com as Ordenações Filipinas, quanto o Brasil Imperial com o Código Criminal do Império. A condenação de cativos à força acontecia em casos considerados extremos, geralmente, quando os escravizados rebeldes atentavam contra seus senhores, capatazes ou feitores.

As Ordenações Filipinas foram uma compilação jurídica criada em 1595 e ratificada em 1603 em Madrid, na Espanha, durante a União Ibérica¹⁹ e posteriormente utilizada pelo Reino Português. Por conta de o Brasil ter sido colônia portuguesa, este diploma legal vigorou no território nacional por mais de 220 anos. Estas ordenações receberam duras críticas. O advogado Luís Felipe Grandi Massola, em seu artigo “Breves considerações sobre o livro V da Ordenações Filipinas e a legislação penal pátria contemporânea” vai citar um grande jurista brasileiro, José Frederico Marques, elucidando que as Ordenações Filipinas buscavam conter o homem pelo terror, sendo

19 Após um conflito de sucessão no trono português em 1580, ocorreu a união dinástica entre as coroas portuguesas e espanhola no que ficou conhecido como União Ibérica que duraria de 1580 a 1640

marcado pela arbitrariedade e pela desproporcionalidade entre a gravidade do crime e suas penas. Outra citação usada no artigo de Massola é do especialista em direito penal Aníbal Bruno, ele vai explicar que as Ordenações refletiam a mentalidade e os costumes da época, sendo marcada pelas duras penas de castigos físicos e pela frequência das penas de morte, assim como as variadas formas de execução. Dentre todos os comentários referente a esta compilação jurídica, o consenso, sem dúvida, é que seu sentido era inculcar o medo via castigo e intimidação atroz.

Apesar do Brasil ter se tornado politicamente independente de Portugal em 1822, o país não se extinguiu de uma vez das ordenações, decretos ou leis que durante séculos eram colocados às colônias pela metrópole portuguesa. Todo o arcabouço legal permaneceria em vigor enquanto a nova legislação não fosse organizada e posta.

Aprovado em 16 de dezembro de 1830, o Código Criminal foi criado tendo em vista as características políticas e sociais de uma nação recém-independente. A historiadora Viviane Chierigati, em seu artigo “Codificação e formação do estado-nacional brasileiro: o código criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-independência” explicará que não se tratava de uma simples cópia de códigos europeus, menos ainda de um documento liberal que se sobreponha da sociedade escravista e retrógrada.

Este novo código criminal avançou em alguns aspectos às Ordenações Filipinas, no entanto, apenas para a integridade física dos homens brancos, de seus direitos civis e igualdade jurídica. Para os escravizados, foi mantida a pena capital, assim como a pena de galés²⁰ e açoites²¹. No Art. 60 do novo Código dizia: "Se o réu for escravo e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condenado na de açoites, e depois de os sofrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro, pelo tempo, e maneira que o Juiz designar".

Em 1832 tem-se a reforma do Código de Processo Criminal. Deste modo, fica evidente que o novo Código Criminal e sua reforma em nada beneficiou os escravizados. Em 1835 é formalizada a lei de 10 de junho que reprimiu ainda mais os “crimes” cometidos por cativos, mas esta lei será um tema para discussão mais adiante. O art. 192 do Código de Processo Penal, que Narciso e Elesbão foram condenados, que fora posto como retaliação para inúmeras infrações e que tratava dos crimes contra a segurança da pessoa e da vida, dizia:

20 Pena de galés consiste na punição do condenado a prisão e trabalhos forçados.

21 A pena de açoite consistia no castigo físico, por meio de um chicote, vara ou outro instrumento semelhante para causar dor.

Matar alguém com qualquer das circunstâncias agravantes mencionadas no artigo dezesseis, número dois, sete, dez, onze, doze, treze, quatorze e dezessete. Penas - de morte no grau máximo; galés perpetuas no médio; e de prisão com trabalho por vinte anos no mínimo. (Art. 192 - CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1830)

Como mencionado anteriormente, para alcançar o grau máximo deste artigo, eram necessários alguns agravantes. Estes agravantes eram: envenenamento, incêndio ou inundação; ter ofendido a autoridade; abuso de confiança; crime realizado buscando recompensa; emboscada; ou ter sido crime ajustado por duas ou mais pessoas. Para as autoridades da época, os dois escravizados incorreram em alguns desses agravantes, mas a degolação, seguida do esquartejamento de outros membros, no caso de Elesbão, não estava ou não era prática prevista no Código Criminal do Império, e com certeza já desábito neste período. Entretanto, como argumentado, as Ordenações Filipinas não desapareceram do costume nacional, mesmo com uma nova ordenação. No título XLI do livro V das Ordenações Filipinas previa: “O escravo que matar o seu senhor seja atezado e lhe sejam cortadas as mãos; e moura morte natural na forca para sempre”. Lapa, encaminha muito bem este argumento, irá dizer sobre as autoridades e como amparavam-se nas Ordenações Filipinas, mesmo já havendo um Código Criminal nacional. As Ordenações Filipinas continuaram vigendo no Brasil durante todo o Império e sem impedimento de sua aplicação.

No artigo “A lei da Morte: a pena capital aplicada aos escravos no Brasil Imperial” do historiador André Carlos dos Santos, que menciona, justamente, que fora no período Imperial, de 1822 a 1889, onde mais houve execuções de penas de morte. Mesmo este tipo de pena já existindo durante um período de 200 anos como colônia, desde o tempo da condução portuguesa. Já Lapa, irá dizer que a partir da segunda metade do século XIX, os crimes de assassinato contra capatazes, feitores ou senhores, cometidos por escravizados, não tinham como pena a morte.

Os crimes de assassinatos [...] cometidos por escravos eram sentenciados com a pena de galés perpetuas ou por certo número de anos, dependendo do que a lei considerava. Essa pena, entretanto, quase sempre era comutada para açoites, nos termos do art. 60 do Código Criminal do Império, sendo ainda os condenados obrigados a trazer um ferro no pescoço durante um tempo que variava de um a oito anos [...] (LAPA, 2008. p. 70)

Ele ainda descreve a pena de prisão e açoites, argumenta também que o número de açoites mantinha muitas variações, tendo encontrado casos de 20, 60, 200, 400 e até 700 chibatadas. Mas explica que estes eram ministrados no total de 50 por

dia, conforme a lei, e que acontecia dentro da cadeia, sendo aplicadas pelo carcereiro. É explicado ainda, a frequência de casos de escravizados que não aguentavam um ou dois dias de castigos, nesses casos, o juiz designava um médico para verificar as condições do réu, assim, era suspenso o castigo por um mês, e depois de curado, a punição continuar-se-ia até cumprir a pena total, acarretando, portanto, danos físicos irreversíveis ao flagelado.

[...] o suplício dos açoites e mais o ferro que o escravo devia carregar no pescoço é que pareciam ser aceitos pela sociedade como forma de punir severamente no caso do crime de morte, sem contudo, a continuidade da reclusão, ainda que prestado serviços forçados, só que ao estado e não ao senhor, legítimo e proprietário do escravo. Preservava-se a utilização da força de trabalho, bem como a propriedade do escravo, sem o quê o senhor ficava privado de ambas. A preocupação dos senhores em livrarem seus escravos da prisão é explicitada de diferentes maneiras, inclusive contratando advogados para defender escravo réu de delito contra a própria família que assim concedia... (LAPA, 2008. p. 71)

Essa preocupação dos senhores em livrarem seus cativos da pena de galés perpetua ou a pena de morte, não é só posta por Lapa, mas o historiador Sidney Chalhoub²², irá citar um caso de insurreição de escravizados, onde Veludo, um comerciante que iria vendê-los, acaba por ser surrado, ou como o escravizado Constâncio diz: “dar pancadas em Veludo”. Os escravizados se entregam a justiça e o próprio Veludo acaba por pagar o advogado para defender seus agressores. A também historiadora Maria Helena Machado²³ irá escrever nesse sentido, além de argumentar em seu livro que a autoridade senhorial se ressentia da intromissão da justiça em sua esfera particular, resolvendo, assim, em suas próprias unidades rurais. Ainda explica que:

Outro aspecto de fundamental importância para compreensão da sub-representação da criminalidade escrava prende-se à consideração do valor econômico do cativo e dos prejuízos acarretados por sua prisão ou por reflexos das mutilações impostas pelas leis penais. (MACHADO, 2018. p. 38)

A questão financeira é importantíssima nessas histórias, os relatos de Lapa, Machado e a história do Veludo trazida por Chalhoub evidenciam que para o bem financeiro, o melhor era ter o escravizado longe da cadeia e de qualquer condenação.

22 CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. p. 1990.

23 MACHADO, Maria Helena P.T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. p. 38, 2018.

Parecem distintas as informações trazidas por Lapa, Chalhoub e Machado sobre esta preferência de penas mais “brandas” em detrimento a condenação de galés perpetuas ou a condenação à morte na segunda metade do século XIX, comparado a de André Carlos dos Santos, argumentando que é justamente no período imperial que ocorre o maior número de execuções da pena capital. Ora, a diminuição de penas de morte na segunda metade do século XIX, só evidencia o quanto o Império brasileiro condenou pessoas escravizadas a morte na primeira metade, conseguindo superar em poucas décadas de Império mais de 200 anos de colônia. Isso fica claro em 1829, quando Pedro I, mesmo possuindo prerrogativas para perdoar ou moderar as penas contra escravizados, acaba por demandar que todas as sentenças de morte fossem cumpridas imediatamente contra escravizados que matassem seu senhor, sem ter que irem a sua consulta.

Ainda, dentre estes mecanismos legais, o último que tem envolvimento com o caso de Narciso e Elesbão, é justamente, o que ajudara a condenar o segundo em 1835. A lei de 10 de junho de 1835, em relação à legislação já vigente no período, passaria a partir dela, a aumentar o número de delitos cometidos por escravizados e encurtava o julgamento e execução da pena. Esta é uma importante deliberação jurídica para repressão de movimentos de resistência de escravizados e na aplicação da pena de morte. Em sua tese de doutorado, o historiador Ricardo Pirola irá corroborar:

A lei de 10 de junho de 1835 estabelecia ainda a impossibilidade de os escravos recorrerem das sentenças condenatórias de primeira instância, ficando definitivamente vedada a apelação para o tribunal da relação ou ainda para o supremo tribunal de justiça, como era permitido aos réus livres. Para a lei de 10 de junho de 1835, escravo condenado era escravo enforcado. (PIROLA, 2012. p. 19)

Seja pelas Ordenações Filipinas ou pelas leis e Códigos do Império, a condição dos escravizados demonstrava um flagrante de grande hipocrisia: mercadoria e sujeito ao mesmo tempo. Tratado como mercadoria, não detinha de direitos básicos; era negado aos escravizados a condição de pessoa. Mas se cometesse um crime, à justiça como sujeito ele iria. O escravizado, sujeito do crime, não era “coisa”, era pessoa, um ente humano, um homem igual pela natureza aos outros homens livres e semelhantes. Mas só no crime.

A pena de Elesbão e Narciso serviram para alguns objetivos com a aplicação de suas execuções: dar satisfação à sociedade escravista que estava amedrontada; aterrorizar os cativos, e por fim, as duas condenações tiveram caráter pedagógico, com intuito de reafirmar a ordem e a força do sistema escravocrata.

5. RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO

“Matei [...] eu o matei com minhas próprias mãos [...] Sim: morte fecunda e abundante [...] era de noite. Rastejamos por entre as canas-de-açúcar. Eu entrei. És tu, me disse ele muito calmo [...] Era eu, o bom escravo, o escravo fiel, o escravo escravo, e de repente seus olhos se converteram em duas baratas amedrontadas nos dias de chuva [...] bati, o sangue esguichou, é o único batismo de que me lembro hoje.”²⁴

A resistência a escravidão se deu em muitos campos, consistia desde a quebra de ferramentas pelo escravizado para a não execução dos trabalhos nas fazendas, processos legais para abolição ou contra sentenças a escravizados, organização pela permanência da cultura africana, fugas do cativo, o assassinato de seu senhoril, este último, considerado o método mais violento de resistência. As mulheres escravizadas também desempenharam um grande papel nesse cenário, o aborto por parte da escravizada estuprada era um dos métodos, além da repreensão por parte dessas mulheres a seus senhores ou até autoridades policiais, o que causava a detenção dessas corajosas mulheres.

Slenes citando um caso de Luiz Gama²⁵ de 1872, irá exemplificar a resistência “legal”. Gama em representação ao presidente da província de São Paulo, em nome de Serafim, residente e escravizado no município de Jacareí, e casado com a escravizada Romana, com quem tem dois filhos menores. No requerimento, Gama diz:

Mais uma vez o suplicante impediu os atentados libidinosos do seu senhor, e porque na última delas as vidas do suplicante e do seu senhor, por imprudência deste, corresse iminente perigo, resolveu-se o suplicante aconselhado pela própria mulher do seu dito senhor, a fugir para com sua consorte.

Este ato de prudência, entretanto, nada garante ao suplicante a sua segurança de vida, nem à sua esposa o pudor, porque [...] [seu senhor] procurou-o tenazmente, dizendo que há de matar porque precisa da crioula Romana para sua manceba! (SLENES, 2011. p. 35. Apud Arquivo Público de São Paulo (APESP) Requerimento: caixa 2.541-106 (polícia, 1872))

Na bibliografia sobre o escravismo, não existe discordância, já faz um bom tempo, que um sistema que retira dos trabalhadores qualquer proteção da lei contra os desmandos de seus senhores abre a porta para estupros e assassinatos; ameaças

24 MACHADO, Maria Helena P.T. Les armes miraculeuses. Apud Aimé Fernand Césaire.

25 Foi escravizado e, posteriormente, Advogado e abolicionista, considerado o patrono da abolição da escravatura no Brasil.

a honra e a segurança de vida. Luís Gama foi o grande expoente dessas ações legais para proteção e libertação de centenas de homens e mulheres escravizadas.

Este exemplo de uma representação legal é importante para entendermos os diversos campos de resistência. Entretanto, a resistência considerada “violenta”, no que se enquadra Elesbão e Narciso, não foi um caso isolado, muito pelo contrário. As restrições ou mesmo a inexistência de canais de negociações entre senhores e escravizados acerca dos limites das condutas de castigos, torturas, incutiram nos escravizados este método.

Iremos ressaltar alguns casos de homicídios contra senhores, feitores ou capatazes, frutos das tensões derivadas da disciplina do trabalho versus a resistência da mão de obra escrava. É citado por Machado, no período de 1830 a 1888, cerca de 1274 processos criminais, sendo 144 nos quais o escravizado aparece indiciado como réu; desse total, 98 processos referem-se a crimes de sangue, lesões corporais e homicídios. Desse número final, 42% aproximadamente, consta ataques à autoridade senhorial, bem como feitores e capatazes. Os dados evidenciam, por si só, uma tendência majoritária de ataques contra aqueles que representavam o mando senhorial.²⁶

No jornal “A província de São Paulo” de 12 de fevereiro de 1880, consta o detalhamento de um caso de assassinato. Tristão Pompeu, de 26 anos, administrador da fazenda do sr. Francisco Pompeu do Amaral, junto com Aberlado e uma criança:

Encontrou-se Tristão com os pretos Joaquin e Bernardo, ambos fugidos; o primeiro, escravo da fazenda do senhor Amaral, e o segundo ao que nos consta, do senhor Joaquin de Sampaio Goes.

Tristão dirigindo-se a Joaquin, disse que fosse para a fazenda, que nada lhe aconteceria, ao que lhe respondeu que ele (Tristão) queria era apanha-lo lá; mas que se preparasse porque um dos dous havia de ficar no lugar.

[...] Tristão, que prevêra o perigo que o ameaçava, pois que os dous pretos achavam-se bem armados, lançou mão do revolver, que trazia consigo e, antes que fosse atirado por Joaquin que lhe apontava uma espingarda, desfechou-lhe um tiro, que não o atingiu o alvo desejado: foi então quando Joaquin disparou-lhe um tiro, cuja a carga veio empregar-se no crâneo de Tristão, que cahiu exanime do cavalo. (A PROVINCIA DE SÃO PAULO, 1880. p. 3)

26 MACHADO, Maria Helena P.T. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888) p. 69, 2018.

Tristão é morto e sua arma roubada, seus companheiros conseguem fugir com vida. E a notícia continua:

O sr. Antonio Feliciano Correia, fazendeiro da circumvisinhança, dirigindo-se também para a cidade e ouvindo a pouca distancia do lugar em que se deu o crime um barulho na beira do mato da estrada, intimou a que sahisse para fora quem quer que fosse, que alli estivesse, recebendo então um tiro, cuja carga, empregando-se no pescoço, foi a bala cravar-se-lhe no céu da bocca. (A PROVINCIA DE SÃO PAULO, 1880. p. 3)

No ano do crime de Elesbão e Narciso, portanto, em 1831, um outro caso nos chama atenção. Marcelino, natural do Congo, casado, moedor de canas e escravizado de Joaquin da Silva Guedes, senhor do engenho e da Vila de São Carlos. Marcelino, durante seu trabalho foi mandado deitar no chão pelo feitor para que apanhasse, com um facão que levava em sua cintura, Marcelino assassinou o dito feitor. Questionado pelas autoridades judiciais sobre as causas que teriam levado a praticar o crime, Marcelino responde que: “por não ter crime algum”, ele não merecia ser castigado.²⁷

Numa estrutura bastante similar a essa, em 1874, na mesma cidade, o preto Luís, escravo de Francisco Xavier dos Santos, foi acusado de homicídio de Fidêncio de Tal, que era feitor no engenho do senhor desse escravizado. Segundo os testemunhos do escravizado Luís, o motivo do crime foram os castigos aplicados pelo feitor, os quais teriam produzido grande agitação na escravaria. O administrador relata que ao chegar na fazenda encontra os escravizados bastante rebeldes, prestes a fugir e o feitor morto com quarenta e seis golpes de foice.²⁸

Se verifica com esses exemplos, que era mais comum o ataque a feitores, por serem os responsáveis pela aplicação dos castigos físicos, bem como, mantinham maior proximidade dos escravizados.

Essa percepção de um feitor injusto e cruel aparece no relato de Felisberto, natural de Pernambuco e escravizado de Luís Nogueira Ferraz, de serviço de roça. Sobre os motivos que o teriam levado a assassinar o feitor, Felisberto diz que o feitor teria tomado uma repulsa por ele, a ponto de castiga-lo até ficar no chão. Relata ainda: “[...] dias antes lhe que brando a cabeça, e de uma vez por ele respondente não

27 MACHADO, Maria Helena P.T. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888) p. 70, 2018. Apud Arquivo Público de São Paulo (Apesp), Autos Crimes de Campinas, processo n.25, de 1831.

28 MACHADO, Maria Helena P.T. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888) p. 70 e 71, 2018. Apud Apesp, Autos Crimes de Campinas, processo n. 181, de 1847.

querer cantar, surrando por tal forma que o deixou sem poder vestir as ceroulas [...]”. No fim de seu depoimento, Felisberto ainda diz que tinha apanhado muito, até com cabo do relho²⁹, estando, assim, atordoado, sem saber o que fazia, e desesperado por sua vida, matou o dito feitor.³⁰

A relação do escravizado com o feitor era complexa, este segundo revela-se catalisador das disciplinas do trabalho, era pressionado fortemente pelo senhor para fazer frente a resistência do escravizado, assim, o feitor se transformava em um alvo privilegiado de ataques. A necessidade de apresentar um bom trabalho ao senhor colaborava para que o feitor transgredisse certas normas usuais, infringindo códigos aceitos como legítimos pelos próprios escravizados.

Essas situações de enfrentamentos tendiam a se radicalizar, provocando explosões violentas. Relatando a história de Epifânio, Romualdo e Manuel, escravizados de Teresa Maria de Jesus Paula, em 1868, foram os três ameaçados de castigo com o relho pelo feitor que se encontrava nessa função há um mês e meio. Inconformados com a “ruindade do feitor”, que, segundo eles, teria sido contratado pelo administrador, justamente, para judiar dos escravizados, assim, acabam por mata-lo. Perpetrado por enxadas e foices, no campo de café, Epifânio declarou a seus parceiros “Vocês todos estão com o coração batendo por mim, eu estou bem” e ainda aconselhou para que todos fossem a cidade se entregar as autoridades judiciais.³¹ O mesmo fim sofreu Benedito Cruz de Oliveira, que, em seu terceiro dia com feitor dos escravizados e após ter surrado por dois dias seguidos Davi, escravizado do mesmo senhor, foi por ele assassinado a golpes de foice.³²

Se as relações entre escravizados e seus feitores provocavam conflitos, a promoção de um escravizado à função de capataz acirrava ainda mais as tensões. Esta situação era percebida de forma ambígua para o escravizado, pois o novo feitor ou capataz seria julgado por dois padrões. Os escravizados acompanhavam as ações desse escravizado feitor, procurando avaliá-lo. Mas por outro lado, o cativo, alçado a um posto hierárquico acima de seus parceiros, além de um depositário de confiança senhorial, era esperado que ele soubesse reverter em benefícios de seus companheiros escravizados algumas situações. Um caso nessa situação nos chama atenção.

31 MACHADO, Maria Helena P.T. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888) p. 72, 2018. Apud Apesp, Autos Crimes de Campinas, processo n. 781, de 1868.

32 MACHADO, Maria Helena P.T. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888) p. 71, 2018. Apud Apesp, Autos Crimes de Campinas, processo n. 602, de 1861.

Luís, feitor e escravizado do barão da Palmeira, ao tentar estimular, persuadir seu companheiro escravizado a adequar-se aos padrões brancos. Contrário à conduta do feitor cativo, Manuel Cearense, escravizado do mesmo senhor, pelos castigos, segundo ele exagerado que lhe havia aplicado Luís, diz: “pois que branco mandar dar, negro dá o que branco manda, mas branco manda dar, negro dá um, para ver se o branco manda continuar.” Ato contínuo, o feitor desfere quatro relhadas no escravizado, que revida, dando-lhe facadas até cair, e ele “com raiva deu-lhe mais facadas não sabendo quantas”.³³

Com este tipo de comportamento, os grupos de escravizados impunham ao senhor os marcos da exploração de seu trabalho, alcançando, por meios violentos, aquilo que seria impossível por meios acomodatórios, isto é, a substituição do feitor.

Foi anteriormente comentado sobre outros campos de resistência: cultural e a fuga. Na questão cultural, consta algumas notícias nesse sentido, damos destaque a uma específica que nos chamou atenção. No jornal “Correio Paulistano” de 1854:

Jogo: —Assegura-nos pessoa de fé que para os bandos do cemitério, igualmente se reúne um conciliabulo³⁴ de pretos livres e escravos, que vão jogar nos dias santificados. As denúncias que fazemos chegar à consideração da autoridade pelo veículo do Correio não revelam falta de confiança em sua actividade.

A policia de S. Paulo não tem soldados nem dinheiro; seria de mister que ela fosse Argos para dispensar o aviso dos pretos. (CORREIO PAULISTANO, 1854. p. 4)

Encontramos notícias sobre outras proibições, como a de batuque, reuniões religiosas etc. As fugas também são muito abordadas nos jornais do período escravista.

Continuando no mesmo jornal, o Correio Paulistano irá noticiar:

Escravo Fugido: Fugio do Bethlem de Jundiahy, um escravo de nome João, idade 20 anos mais ou menos, baixo, bem preto, olhos grandes, beijudo; é crioulo de Minas, e é bom cosinheiro.

Quem o entregar ao seu senhor Joaquim da Silva Carvalho, no Bethlem, e nesta cidade a Romão Teixeira Leomil, será bem gratificado. (CORREIO PAULISTANO, 1865. p. 4)

33 MACHADO, Maria Helena P.T. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888) p. 73, 2018. Apud Criat, Processos Criminais, processo n. 309, de 1885.

34 Reunião de não católicos.

Numa outra notícia, consta:

Escravo Fugido: Na noite de 3 para 4 de Junho de 1862 da Villa de Jundiahy do sítio de José Zeferino de Faria Paes, fugio um escravo de nome Manoel, creonlo natural da Bahia, idade 35 annos mais ou menos, côr muito fulla, de boa estatura e grossura regular, bem feito de corpo e pés, e cabeludo, rosto redondo e grande, bem barbado e boa dentadura, tendo os dentes de cima pontudos parecendo limados [...] Quem o apreender e levar ao mesmo Faria Paes ou segura-lo e participar, receberá 50\$000 rs. de gratificação, além de mais alguma despeza que seja necessário fazer-se para a apreensão. (CORREIO PAULISTANO, 1862. p. 3)

Neste mesmo dia, há uma notícia sobre a morte de um escravizado “Pena capital: —No dia 14 do corrente foi executado na cidade de Bragança o réo Antonio, escravo que havia assassinado a seu senhor.”

Fica evidenciado os diferentes métodos de resistência, mas voltando ao método mais extremo, muitas vezes, motivados pelas mesmas razões, os homicídios podiam converter-se em ataques coletivos, tramados ou não de antemão. Os que não eram tramados aconteciam de forma inesperada e pelo instinto de sobrevivência individual ou coletivo, nesse caso, bastava que um escravizado tomasse a iniciativa do ataque para que os outros o seguissem. Numa fazenda em Campinas, em 1853, o feitor José Bueno de Moraes, ao chegar no campo de café, onde se encontrava uma turma de doze escravizados, começa a castiga-los pela “má capinação”. Tomás Velho recebe 25 açoites e, depois, 25 em Tomás Novo. Porém, os outros escravizados que aguardavam em fila para receber o castigo rebelam-se e fogem. Perseguidos pelo feitor, os escravizados acabam por mata-lo a golpes de faca.³⁵

Já as revoltas tramadas de antemão causavam grande preocupação nos senhores, o maior expoente desse tipo de organização, certamente é a Revolta do Malês, que já fora citado neste trabalho. Mas em Campinas e região também já ocorreram início de levantes muito bem organizado pelos escravizados.

Em 1830, portanto, um ano antes do crime de Elesbão e Narciso, Campinas se viu à beira de uma insurreição de cativos, essa ameaça de levante produziu forte mobilização repressiva das autoridades, bem como dos senhores de engenho e também da população livre. Todos os juízes de paz das cidades vizinhas foram avisados,

35 MACHADO, Maria Helena P.T. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888) p. 71, 2018. Apud Apesp, Autos crimes de Campinas, processo n. 500, de 1853.

e costa também 30 homens das tropas de primeira linha da capital da província que foram solicitados para a repressão do movimento. Contudo, um mês depois de toda a mobilização, a temida eclosão da revolta escrava não ocorre. Possivelmente a repressão se mostrou tão forte que inibiu o início da rebelião. Os dois suspeitos de serem os líderes da revolta foram presos e mandados para cadeia de São Paulo, eram os libertos João Barbeiro e Ignácio Domingues. De acordo com investigações, foi encontrado dinheiro enterrado na casa de Ignácio Domingues que seria para a compra de armas.³⁶

João Barbeiro acaba por fugir da cadeia (a julgar pelo tempo que permanecera preso) e foi morar no bairro do Bexiga em São Paulo. Mas em 1832, um ano após o crime de Elesbão e Narciso, o liberto Barbeiro voltou a colocar medo nas vidas dos campineiros, e, mais uma vez, liderava um plano de insurreição. Barbeiro era bem querido com a população escravizada, ele superava a barreira que separava a escravidão e a liberdade, portanto, este fator, aterrorizava o senhorial por uma possível união entre escravizados e libertos.

O plano da insurreição estava muito bem organizado em termos de comandos e tarefas, no momento em que o plano é descoberto, já possuía ramificações em cerca de 15 grandes fazendas de Campinas, pertencentes a 11 proprietários diferentes. Era tão organizado que em cada fazenda existia um escravizado chamado “capitão”, e sua função era convidar outros escravizados para a revolta, bem como arrecadar dinheiro. As reuniões dos revoltosos ocorriam sempre a noite e em lugares diferentes para despistar os senhores.

O plano fora muito bem elaborado, a busca por armamentos era contínua e não era apenas exclusiva de João Barbeiro em São Paulo, mas em Campinas os escravizados até articularam com um negro ferreiro para a produção de armas.

Mas, como em 1830, o comportamento de insubordinação de alguns envolvidos acabou por causar a atenção senhorial e levou a descoberta da trama de rebelião.³⁷

Participo a vossa senhoria que entrando eu e vários proprietários da beira do rio Atibaia, meus vizinhos, na desconfiança de que nossos

36 PIROLA, Ricardo Figueiredo. *Senzala Insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. p. 35 e 36, 2011.

37 PIROLA, Ricardo Figueiredo. *Senzala Insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. p. 37 e 44, 2011.

escravos projetavam alguma trama contra nós [...], descobrimos que eles noturna e escandalosamente se comunicavam uns com os outros [...] para um levante. (PIROLA, 2011. p. 23. Apud Aesp, Ofícios diversos de Campinas, ordem 850, lata 56, pasta 2, documento 80.)

O resultado foram 32 homens indiciados como os mais envolvidos.

Ficam evidentes os métodos de resistência utilizados por escravizados, tratava-se de uma resistência pensada, organizada, onde se mantinha a consciência dos resultados caso fossem pegos. A imagem do escravizado alienado e que agia apenas pelo sentimento, pela brutalidade animal, foi por muito tempo usada de forma equivocada. A historiografia já refutou essa “coisificação” do escravizado.

Esses planos de insurreição que foram descobertos antes de seu estopim e, que mesmo assim, aterrorizaram os senhores por uma possível sublevação da ordem social causava as mais drásticas medidas, uma delas, o esquartejamento.

Os processos de homicídios, fugas e resistência em geral, permite flagrar o raciocínio escravo diante de um desafio senhorial específico. Nessa prática, valiam estratégias ora de “acomodação”, ora de “resistência” (passiva, ativa, velada, ostensiva), que na verdade, se complementavam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresenta um importante caso judicial para a região de Campinas e Jundiaí, bem como para o período. Uma história micro que durante as páginas vai se transformando em macro, trazendo informações jurídicas amplas, sociais e comportamentais. O caso de Elesbão e Narciso não fora um caso isolado, na verdade, evidencia um princípio do declínio do regime escravocrata na região, além de um desespero dos senhores em manter sua ordem social que, progressivamente, se perdia. A escravidão no Brasil, como vimos, foi assegurada por bases legais e, esta, talvez seja a informação mais relevante, junto com a resistência posta pelos escravizados.

O intuito deste trabalho nunca foi a de analisar o processo criminal que condenara Narciso e principalmente Elesbão, para que, num papel de juízes do século XXI déssemos a inocência ou a culpabilidade desses escravizados, na verdade, segundo Ginzburg, não é função do historiador ser o procurador ou justiceiro, mas cabe a ele reconstituir o passado apoiando-se em provas. Muitas matérias, textos e até um livro sobre Elesbão são facilmente encontrados atualmente e neles é comum deparar-se com autores negando veementemente o crime de Elesbão. De fato, o escravizado

que fora esquartejado e teve seu corpo exposto em Campinas e Jundiaí negou até seu último momento de vida o crime. Nos parece, que para a história de Elesbão ter grande valor ou relevância, ela precisa dessa marca: A condenação a quem nenhum crime cometeu.

Diante do que foi exposto, este trabalho discorda desta premissa, a condenação de inocentes pelo sistema escravista não deveria surpreender, seria, no mínimo, ingenuidade esperar algo diferente de um sistema dessa natureza, pois a história da humanidade é baseada na falsa civilidade e na verdadeira barbárie. Trabalhamos no seguinte sentido, Elesbão não precisa ser inocente nas letras das leis escravocratas para ganhar destaque ou relevância, ele matando seu senhor nos mostra sua resistência e não perde significância por isso. Elesbão e Narciso têm mais valor por essa luta legítima e necessária, travada com afinco pelos escravizados contra um sistema antinatural, retrógrado e vil. Moralmente e eticamente, todos que lutaram pela liberdade individual, pela liberdade de suas famílias, dos seus iguais, seja conscientemente ou não contra todo um sistema econômico e social, são inocentes.

REFERÊNCIAS

SCHRODER, André. A era da escravidão. 2019. Disponível em <<https://super.abril.com.br/especiais/a-era-da-escravidao/>> Acesso em 12Nov2021, 14:37.

SPIX, J.B von; MARTIUS, C.F.P. von. Travels in Brazil in the year 1817 – 1820. London. 1824.

IZAÍAS, Kátia. População e dinâmica econômica na formação da cidade de Jundiaí - 1615-1890. Campinas-SP, 2012.

SLENES, Robert W. Na senzala uma flor. Esperança e recordações na formação da família escrava. 2 ed. Campinas, sp. Editora Unicamp, 2011.

OCTAVIO, Benedito. Campinas antiga, as mãos do enforcado (a história e a lenda). Campinas, 1908.

LAPA, José R.A. A cidade os cantos e os antros – 1ª reimpressão – Campinas, SP; Editora da USP: Editora da Unicamp; 2008.

GALEANO, Eduardo H. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

REVISTA SULTANA. Tia Custódia, a escrava. Jundiaí, 1929. AMJ – Arquivo Municipal de Jundiaí, 2021.

MASSOLA, Luis Felipe G. Breves considerações sobre o livro V das Ordenações Filipinas e a legislação penal pátria contemporânea. 2010. Disponível <<http://www.conteudo-juridico.com.br/consulta/Artigos/22018/breves-consideracoes-sobre-o-livro-v-das-ordena-coes-filipinas-e-a-legislacao-penal-patria-contemporanea>> Acesso em 19Nov2021, 11:37.

SANTOS, André Carlos dos. A lei de morte: A pena capital aplicada aos escravos no Brasil Imperial. 2010. Disponível em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao42/materia04/> Acesso em 19Nov2021, 11:32.

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MACHADO, Maria Helena P.T. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). 2 ed. 1. reimp. – São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte. Campinas, 2012.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. Senzala Insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO BRASIL. Art. 192. 1830. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm> Acesso em 20Nov2021, 11:04.

JORNAL A PROVINCIAI DE SÃO PAULO. Horrível assassinato. Ano VI, N°1490. São Paulo, 1880.

JORNAL CORREIO PAULISTANO. Notícias e Factos diversos. Ano I, N°52. São Paulo, 1854.

JORNAL CORREIO PAULISTANO. Escravo Fugido. Ano XII, N°2684. São Paulo, 1865.

JORNAL CORREIO PAULISTANO. Escravo Fugido. Ano IX, N°1860. São Paulo, 1862.

ESTÉTICA EM HEGEL E EM LUKÁCS¹

Uma breve contextualização

CAMARGO, Giovanna Santos

RESUMO

Este artigo se refere à contextualização da construção da estética presente em Hegel e em Lukács. Tais aproximações surgiram a partir das próprias obras de Lukács (as quais, percebe-se desde a transição do neokantismo ao hegelianismo e, após esta, a transição ao marxismo, a influência hegeliana na concepção histórica e, posteriormente, no plano da estética) e da obra “Hegel e Lukács: duas estéticas em confronto”, de Guido Oldrini. Não coube neste artigo a pormenorização da estrutura lógica da estética hegeliana e da estrutura ontológica da estética de Lukács. Toda a construção do referente texto, ainda incipiente, parte da crise do pensamento clássico hegeliano que, por questões ideológicas, vê-se reconstituído para servir aos fins posteriores dos ideólogos idealistas da burguesia reacionária. Em busca de propor uma estética marxista, e superar a estrutura estética hegeliana, G. Lukács empreende tal tarefa: a constituição da ciência da estética.

Palavras-chave: Arte; Estética; Hegel; Lukács; WEA.

ABSTRACT

This article refers to the contextualization of the construction of aesthetics present in Hegel and Lukács, such approximations arose from Lukács's own works (which can be seen from the transition from neo-Kantianism to Hegelianism and, after this, the transition to Marxism, the Hegelian influence on the historical conception and, later, on the aesthetic level) and the work “Hegel and Lukács: two aesthetics in confrontation”, by Guido Oldrini. This article does not fit into the details of the logical structure of Hegelian aesthetics and the ontological structure of Lukács' aesthetics. The entire construction of the text, still in its infancy, starts from the crisis of classical Hegelian thought which, for ideological reasons, finds itself reconstituted to serve the later purposes of the idealist ideologues of the reactionary bourgeoisie. In search of proposing a Marxist aesthetic, and overcoming the Hegelian aesthetic structure, G. Lukács undertakes such a task: the constitution of the science of aesthetics.

Keywords: Art; Aesthetic; Hegel; Lukacs; WEA

1. INTRODUÇÃO (OU: PERCURSO, DE HEGEL A LUKÁCS)

A produção do pensamento sobre a estética decorre decênios antes do nascedouro de F. Hegel. Todo o passado que constituiu a burguesia como classe, a concepção sagrada da arte no período feudal e todos os meios artísticos utilizados como artifício

1 É interessante mencionar que a pesquisa em si pode conter inexatidões, por se tratar de uma iniciada nos estudos da Estética, tal artigo surgiu como uma tentativa ousada de minimamente sintetizar conteúdos estudados, partindo da perspectiva histórica alicerçada, a certo ponto, às vertentes filosóficas aqui expostas. O artigo em si, representa a leitura e sintetização de obras como “Introdução à Estética de Hegel”, “Introdução à Estética Marxista”, “Para uma ontologia do ser social”, de G. Lukács e, por fim, nos contrapontos analisados por Guido Oldrini em “Hegel e Lukács: duas estéticas em confronto. Ainda que uma tentativa de formulação curta (realizada entre os dias 13 e 14 de abril), o contorno dado ao artigo foi influenciado por nomes que tiveram grande desenvoltura na observação do movimento estético a partir das concepções filosóficas.

durante a monarquia absolutista, deveriam ser refutados. Surge no seio da burguesia em ascensão, a necessidade de defender com unhas e dentes a sua arte: era a partir dela que se via a possibilidade de desenvolver a arte autêntica.

“É aqui que entram em cena os mesmos princípios ideológicos que, na economia clássica, anunciam a ordem de produção capitalista como o único modo de produção sensato e em conformidade às leis.”. (LUKÁCS, G. 1951, p. 229).

Antes de F. Hegel, o debate dentro do campo da estética, das inúmeras concepções de arte e o todo, estava posto entre os grandes defensores da autenticidade burguesa, a citar (resumidamente): G. Lessing e D. Diderot, com o desenvolvimento dos princípios eternos da arte burguesa como arte autêntica; J. J. Rousseau, que entendia como problemática a relação da cultura e propriedade privada – por vezes, seu “pessimismo cultural”² trazia uma subestimação sobre toda a arte; J. G. Herder que traçava uma perspectiva histórica sobre a cultura humana, capaz de incorporar a literatura e a arte, ainda assim, não conseguia vincular sua visão histórica à concepção materialista da arte; I. Kant com a obra “Crítica do Juízo”, destinada a debater sobre a estética, coloca o sujeito estético no centro do comportamento estético produtivo e receptivo – como G. Lukács apresenta³, sua concepção idealista subjetiva o faz cair no indivíduo (isolado), dessa forma, retira o caráter social e histórico da arte –, o conteúdo para I. Kant não adentra o campo da estética real; F. Schiller que em sua concepção de arte, oscila entre o idealismo objetivo e o subjetivo, a análise da atividade do sujeito estético se mostra como um problema histórico, indo além da concepção de natureza não histórica presente em I. Kant (resta mencionar F. Schlegel, F. Schelling, K. Solger).

Durante a construção de sua concepção filosófica, F. Hegel é permeado pelas inúmeras tendências de seu tempo, principalmente, sobre a história e a arte, o que fizera com que lhe fosse possível ter um arcabouço teórico de todas elas, comprimidas e sintetizadas de forma surpreendente, possibilitando-o inserir um caráter histórico e filosófico sobre a arte.

Durante sua fase republicana, logo na juventude, entreolhando as revoluções na França (enquanto que a Alemanha não participava da ascensão econômica e cultural que acontecia nos séculos XVI e XVII; não existia uma Alemanha unificada e integrada

2 Termo apresentado por G. Lukács.

3 LUKÁCS, G. A estética de Hegel: introdução. Trad. Ronaldo Vielmi Fortes e revisado por Vânia Noeli Ferreira de Assunção. Verinotio; v. 26; n.1; p. 228-262; 2020. Disponível em: <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/551/428>. O debate completo do movimento da burguesia progressista, e os grandes nomes por trás, pode ser encontrado neste texto de G. Lukács, o parágrafo referente é apenas uma síntese do movimento de defesa da burguesia, apresentado pelo próprio G. Lukács.

ao desenvolvimento do capitalismo, por conta disso, não existiam movimentos sociais em prol de um Estado capaz de substituir a monarquia absoluta para um Estado capaz de se adaptar ao desenvolvimento do capitalismo), concebia que a Revolução que estava por vir seria capaz de recriar o ponto máximo da cultura: a antiguidade grega. Conseguia perceber na arte antiga seus vínculos com a vida democrática das repúblicas gregas.

Voltado à póstuma arte da Antiguidade, e com o anseio de renová-la durante a Revolução Francesa, prostrava-se contra as artes posteriores, a exemplo das artes sacras, vinculadas aos ideais católicos e, ainda, rejeitava a arte moderna – a ele, ambas demonstravam a decadência cultural após o auge da cultura grega. Quando nos deparamos com a figura do jovem Hegel, imerso no mundo antigo e na esperança de um retorno à cultura antiga, propulsionado pela Revolução Francesa, podemos perceber a semente que germinariam em sua dialética histórica, principalmente dentro das categorias estéticas em sua maturidade.

A partir de seus estudos no campo da economia política clássica, tornam-se evidentes algumas das contradições da sociedade capitalista e, com isso, vê seus ideais juvenis de restauração do ideal grego lançados ao solo infértil das aspirações. Com o fim desse ideal, vê-se também o fim do desenvolvimento artístico. Suas frustrações levam-no a uma inflexão no pensamento histórico, a medida de todas as culturas – a Grécia Antiga – agora representa uma cultura de um tempo exímio já extinto. Percebe na cultura sacra e moderna não mais a decadência do que foi a cultura da Antiguidade, mas o percurso do desenvolvimento social da estética – que desencadeou a organização da sociedade capitalista.

Compreendendo a relação entre a cultura e a arte enquanto envolvidas no processo do desenvolvimento, passa a conceber a arte como parte integrante do desenvolvimento religioso, e não apenas da sociedade capitalista. Denotava um processo de transição da religião natural para a religião cristã.

Todos esses passos rumo ao F. Hegel maduro, partindo de suas concepções da arte, historicidade e os pilares de sua filosofia, o espírito absoluto, a estética, o sistema de divisão triádico e o mais, foram analisados por G. Lukács, para pormenorizarmos ainda mais essas questões, seriam necessárias menores limitações.

Em “A Estética de Hegel”, texto que constitui duas versões (a de 1951 e a de 1955), G. Lukács demonstra que a estética hegeliana, dentro da filosofia da arte, representa o ponto mais alto das tradições burguesas durante seu período progressista.

Apenas durante o século XVIII a Alemanha consegue iniciar o processo de recuperação econômica, com isso, fortalece-se, a certa medida, econômica e culturalmente a classe burguesa que se instaurava na Alemanha – enquanto procura legitimar seu poder, instaura-se, inicialmente, como força progressista, esfacelando o domínio do antigo regime. Em seu período progressista, as ideias de F. Hegel lhes caíram como uma luva, sendo, então ponto máximo de toda filosofia.

A Alemanha, bem como toda a Europa, passava gradualmente para um processo de abolição do feudalismo, através de acordos burocráticos entre a nobreza e a pequena burguesia – podendo ocupar cargos burocráticos mais baixos na vida política.

Após a instauração da classe burguesa, parte da concepção progressista à reacionária: precisa reforçar seu domínio ideológico com a ascensão do proletariado enquanto classe. Toda a fragmentação decorrente desse processo intensificou o grito da burguesia, até a chegada de N. Bonaparte.

A fragmentação política durante a era napoleônica influenciou, igualmente, na fragmentação ideológica. Todo o contexto das transformações políticas e sociais por toda a Europa ocasionou na Revolução parisiense de julho (1830), que reverberou por todos os cantos, principalmente na Alemanha. A partir do desenvolvimento econômico da Prússia, abre-se espaço para um processo de tensões ideológicas, tais tensões impactam interiormente a escola hegeliana. Com isso, deturpam-se as ideias progressistas de F. Hegel e o isolam da filosofia burguesa⁴, aderindo a diversas concepções idealistas anteriores (I. Kant) e posteriores (ex. F. Schelling, A. Schopenhauer, S. Kierkegaard, entre outros no campo filosófico; dentro da literatura é possível ver o mesmo movimento). Assim, “o hegelianismo perde pouco a pouco a influência: primeiro, o seu papel semioficial no Estado prussiano, depois também seu papel-guia no campo cultural.” (OLDRINI, G. 2020, p. 34).

Há muitas dúvidas e inexatidões sobre o que nos chegou da estética hegeliana, isto porque, após a morte de F. Hegel, como pudemos ver, o debate que envolvia a estética hegeliana se perde – pode ser mencionada a questão dos escritos dos seus alunos, principalmente de H. Hotho, dos cursos de estética que F. Hegel deu em Heidelberg e em Berlim, fora a própria organização das anotações desses cursos que foram desmedidamente descuidadas e transformadas em um livro – , bem como a crise de identidade dentro da filosofia alemã. A sua morte marca, do ponto de vista da estética, a crise da

4 Ver: LUKÁCS, G. “A Destruição da Razão”; Trad. Bernard Herman Hess, Rainer Patriota, Ronaldo Vielmi Fortes, revisado por Ester Vaisman, Ronaldo Vielmi Fortes; São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

dialética enquanto método, sem o uso do sistema hegeliano e as concepções do belo, a estética passa por uma quebra estrutural.

O movimento sobre a retomada hegeliana durante o século XX sequer enxerga a estética, evidentemente que o salto dado fora longo, outras estéticas foram postuladas, houve a fortificação do pensamento neo-hegeliano e correntes impactadas pelo imperialismo – com ele, é necessário, além do aparato político e social (das massas), o segmento ideológico. Vale retomar à memória que, durante a primeira metade do século XX, o marxismo encontrava-se fortificado com a euforia da Revolução de Outubro, com toda a fortuita felicidade e exasperação, formaram-se as teorias do século.

A partir do contato com as diferentes vertentes filosóficas, G. Lukács, envolvido com a filosofia de maneira erudita, desde novo, – inicialmente, define-se neokantista, posteriormente hegeliano e, finalmente, um marxista convicto – percebe a importância da estética. Não foi logo no início de sua carreira filosófica que a estética lhe foi concebida. As fases para chegar ao marxismo o fez conceber a história, as formas, o conteúdo, etc. De acordo com a sua aceção da totalidade.

Dentro desse contexto, G. Lukács, após a Segunda Guerra Mundial e o retorno a Heidelberg em 1916, à época fortemente associado ao neokantismo e a “filosofia da vida”, dispõe-se a teorizar uma grande estética (aos moldes de suas influências neokantistas) em “Estética de Heidelberg”, obra em que discute as relações de arte e natureza e expõe o problema da beleza natural vista em I. Kant, F. Hegel, W. Goethe, etc.

A essa estética não nos cabe nos prender, visto que, anterior a ela, G. Lukács redige outra ainda mais incipiente que a segunda. O que bem nota G. Oldrini é que, entre a elaboração dessas duas estéticas (anti-hegelianas) do jovem Lukács, há a elaboração da “Teoria do Romance” (1916) que tem como centro a proposta de uma filosofia da história hegeliana e, ainda, a presença da experiência marxista de G. Lukács na obra “História e Consciência de Classe” (1923) em que, ainda que a presença do hegelianismo compareça, a do marxismo coincide.

Seus confrontos filosóficos se veem afetados com o enrijecimento ideológico, durante o governo de J. Stalin, quando se instituiu a paralisação de trabalhos teóricos filosóficos no campo do marxismo. Ficando presos a uma associação fantasiosa do leninismo ao stalinismo (marxista-leninista).

O intelectual marxista da era stalinista, G. Lukács, à época sofreu de um isolamento terrível, exilado, sentiu o peso desse período, experienciou o que a re- 104

sistência poderia lhe prover. A medida em que se avançavam as reformulações distorcidas do marxismo, e a preocupante presença do neopositivismo enredando o cerne do marxismo, via a emergência cada vez mais desenfreada de conceber um renascer ao marxismo.

Apenas em idade avançada que pôde se desprender das barreiras e proibições stalinistas colocadas sobre ele, graças à Rebelião de Outubro de 1956 G. Lukács consegue retornar a Budapeste – ainda com restrições políticas, em decorrência do isolamento. Procurando escapar das postulações do hiperracionalismo vigente, seu retorno à vida política nos anos de 1960 fez com que retornasse a ele a ambição, existente desde jovem e integrado nos movimentos do partido comunista húngaro, de dar margens ao renascimento do marxismo.

Para que tal renascimento fosse possível, lhe era necessário a elaboração de uma crítica isenta de eufemismos, capaz de partir do real, analisando, além do estado delicado em que se encontravam os aparatos sociais, a nova dinâmica do capitalismo.

Sua obra tardia nasce em 1963, em suas entrevistas e textos autobiográficos G. Lukács esclarece que todo o percurso até a sua Grande Estética tem como ponto de partida o início dos anos de 1930. A estética, ainda que concebida anterior a ideia de um renascimento do marxismo por G. Lukács, surgia como resistência ao complexo filosófico no campo da arte dentro do materialismo histórico e dialético.

Durante a consolidação dos pilares do renascimento do marxismo, a ética e a estética, bebe de aspectos positivos do pensamento hegeliano, como “a universalidade de seu conhecimento, seu profundo e fino senso pelas peculiaridades e contradições do desenvolvimento histórico, a conexão dialética dos problemas históricos com as questões teóricas e sistemáticas das legalidades objetivas universais.” (LUKÁCS, G. 1951, p. 228).

Com o enredar dado sobre a contextualização dos momentos fundantes e decisivos para a estética marxista, poderemos enlaçar as concepções da estética partindo de F. Hegel para G. Lukács. Será um breve percurso, sem muitos aprofundamentos e pormenores expostos. Trata-se de um artigo para discutir as concepções e contextualizações da estética hegeliana e lukacsiana, e não (ao menos não neste) compreender a estética como um todo. As leituras necessárias para a compreensão da estética podem ser encontradas no campo das referências, podendo ser um ponto de partida aos curiosos.

CONCLUSÃO

Coube neste artigo a contextualização do período no qual F. Hegel concebe a estética, passeando brevemente por suas atribuições no campo da história e da filosofia, e o período no qual G. Lukács, inicialmente influenciado pelo pensamento neokantista e pela “filosofia da vida” e, posteriormente, fortemente pelo pensamento hegeliano, concebe a estética superando a estética hegeliana, enquanto ciência, ultrapassando a mera abstração e concretizando seus pilares, o restou, em decorrência de seu falecimento, a conclusão de sua ética – para G. Lukács, ambas se encontravam amparadas, mãos que não podiam se soltar.

Com o percurso dado, este artigo trata de forma incipiente e breve o percurso da estética em F. Hegel e em G. Lukács, trata-se de autores com obras extensas e, sem sombra de dúvidas, densas. O trabalho conceitual, filosófico e aprofundado nas questões estéticas, infelizmente, não foi devidamente apreciado, isto por conta do tempo disposto para a estruturação do texto presente neste artigo (pouco menos de dois dias). Restou tratar das “Concepções da Estética”, ao qual me aprofundaria na discussão da ontologia e da estética materialista presente em G. Lukács (arte como registro da autoconsciência e rebatimento das objetivações humanas superiores, a catarse, particularidade e mimese e o realismo, dentre outros pontos) e a construção da estética no sistema filosófico hegeliano (abordando as concepções do belo ideal e a arte como reflexo da subjetividade autoconsciente).

REFERÊNCIAS

LUKÁCS, G. Introdução a uma estética marxista. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. Prolegômenos e para a ontologia do ser social (tomo 13 e 14). Trad. Sérgio Lessa e revisado por Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

_____. A estética de Hegel: introdução. Trad. Ronaldo Vielmi Fortes e revisado por Vânia Noeli Ferreira de Assunção. Verinotio; v. 26; n.1; p. 228- 262; 2020. Disponível em: <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/551/428>. Acesso em: 13 abr. 2022.

NETO, A. B. Catarse (katharsis) como articulação entre estética e ética em G. Lukács. Trilhas Filosóficas; Rio Grande do Norte; v. 02; p. 35-47; jul-dez, 2011. Disponível em: https://www.uern.br/outros/trilhasfilosoficas/conteudo/N_08/IV_2_art_3_Artur%20Bispo%20Santos%20Neto.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.

BIANCHI, B. O substrato ontológico do reflexo estético. *Kátharsis, Medium*, 2020. Disponível em: <https://medium.com/katharsispodcast/o-substrato-ontológico-do-reflexo-estético-ff4a203b8d60>. Acesso em: 12 abr. 2022.

FORTES, R. V. O Sentido e a extensão da crítica lukácsiana à ontologia de Nicolai Hartmann. *Verinotio*, v. 27; n. 1; p. 352-393; “Lukács: 50 anos depois” – jan./jun. 2021. Disponível em: <https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/626/556>. Acesso em: 12 abr. 2022.

OLDRINI, G. Hegel e Lukács: duas estéticas em confronto. Trad. Mariana Andrade e revisado por Sérgio Lessa. Maceió: Coletivo Veredas, 2020.

GOMES, G. A. A evolução histórica do conceito de belo na Estética de Hegel. *Pensamento Extemporâneo*, 2010. Disponível em: <https://pensamentoextemporaneo.com.br/?p=1237#:~:text=Hegel%20incorpora%20a%20arte%20ao,essência%20absoluta%20do%20belo%20artístico>. Acesso em: 13 abr. 2022.

S/A. Epistemologicismo versus Ontologia materialista. Gyorgy Lukács Blog, s/d. Disponível em: <https://gyorgylukacsblog.wordpress.com/2016/05/07/epistemologicismo-versus-ontologia-materialista/#more-157>. Acesso em: 14 abr. 2022.

GÊNEROS TEXTUAIS: CONTOS E SUA IMPORTÂNCIA

CAMARGO, Maria Leontina Pinheiro
CARDOSO, Bruna Caroline Muniz
CUNHA, Fátima da Costa
OLIVEIRA, Bianca Duarte de
SANTOS, Robson Junior dos
PEREIRA, Julia Stefanie

RESUMO

Neste artigo falaremos sobre gêneros textuais, sua função e objetivos. Para exemplificar a necessidade dos diversos gêneros textuais, falaremos sobre contos e será mostrado um plano de aula com o intuito de que seja aplicado na prática as teorias comentadas nesta investigação.

Palavras-chave: Gêneros textuais. Contos. Plano de aula. Teoria.

ABSTRACT

In this article we will talk about textual genres, their function and purpose, to exemplify their need, we will talk about tales and a lesson plan will be shown so that the theories discussed here can be applied in practice.

Keywords: Textual genres. Tales. Lesson plan. Theory.

1. INTRODUÇÃO

Com base nas teorias de Vygotsky e Bakhtin, este estudo tem por objetivo abordar uma maneira de se trabalhar os gêneros textuais em sala de aula, em especial o conto. Como exemplo, propomos um plano de aula baseado no tema em questão e o resultado de tal atividade pode ser conferida em um curta metragem apresentado pelo grupo no Literarte/ FACCAMP 2022.

2. GÊNEROS TEXTUAIS

Gênero textual é o nome que se é dado a um determinado texto de acordo com suas características: público alvo, objetivo, função, contexto, estrutura e aspectos linguísticos, ou seja, são as características que determinam a qual gênero o texto pertence, variando desde bula de remédios à romances.

Os processos de comunicação estão ligados aos gêneros textuais, dessa forma, mesmo possuindo características e estruturas os gêneros textuais são passíveis de mudanças, já que se adequam à necessidade de comunicação, além disso, mesmo já existindo diversos gêneros, mais formas podem surgir com o tempo e necessidade de que existam para garantir uma comunicação efetiva entre o emissor e o receptor de determinada mensagem.

3. CONTOS

Para que algo se enquadre no gênero conto é necessário a presença das seguintes características: personagens, narrador, enredo, conflito, espaço e tempo. Contos costumam ter quatro (4) divisões em sua estrutura, sendo elas: introdução, desenvolvimento, clímax e conclusão.

Contos são conhecidos como gêneros narrativos, tendo em vista que narram um acontecimento, e dependendo dos elementos da história e de seu final pode se encaixar em um subgênero, podendo ser: Contos de fadas, contos de terror e conto fantástico.

Esse gênero textual é de extrema importância, principalmente no ambiente escolar pois desperta a criatividade, curiosidade e imaginação, além do mais, o gênero conto permite que as pessoas criem identificações com os personagens em questão, os chamados “heróis”, já que podem encontrar neles características que veem em si, desde físicas à emocionais, isso faz com que tenham maior facilidade de lidar com suas emoções e pensamentos, tendo em vista que já viram alguém passar por aquela situação.

4. BASE TEÓRICA

Na noção de gênero discursivo proposta por Bakhtin (1999), a linguagem é uma ferramenta social. Assim os gêneros nada mais são que formas de enunciados realizados referente ao contexto social e verbal, envolvem tempo, espaço, participantes, finalidade discursiva, desse modo para cada contexto é apresentado um gênero. O homem sentindo a necessidade de se expressar utiliza dos gêneros dos discursos para tal.

Dessa forma, é de importância trabalhar os gêneros do discurso em sala de aula visto que todos precisamos saber nos expressar em diferentes situações. Ao apresentar este tema em sala, o professor deve levar em conta que gêneros discursivos são diferentes de tipologias textuais, e não devem ser vistas como modelos pré-estabelecidos ao aluno, já que podem se apropriar deles e transformá-los a sua visão

Segundo as teorias de Vygotsky e Bakhtin, o homem influencia e é influenciado pelo meio. A partir da convivência social e comunicação, nos alimentamos do discurso do próximo enchendo nossa bagagem cultural com os mais diversos discursos. Assim nosso processo de desenvolvimento é socialmente construído. E é dessa forma que se deve realizar o ensino em sala de aula, protagonizando a bagagem do aluno e colocando o professor como mediador do saber.

5. PLANO DE AULA

Considerando as teorias apresentadas, elaboramos um plano de aula focado no gênero Conto.

O resultado dessa atividade realizada pelo grupo no trabalho Literarte XX, pode ser conferida no seguinte link: <https://drive.google.com/file/d/1OnCRRD9rcX5Os2geZAoblxgiJtMuLuk/view>

PERFIL DOS ALUNOS		
Série:	6º ano	Idade: 11/12 anos
		Disciplina: Língua Portuguesa

PLANO DE AULA
TEMA: Contos
JUSTIFICATIVA: "(...) usar o gênero, de forma competente e crítica, ao fornecer-lhe uma "matriz externa", porém sem aprisioná-lo num clichê pré-determinado." (DIONISIO,2002:12).

OBJETIVOS
Geral: Reconhecer que os textos literários fazem parte do mundo do imaginário e apresentam uma dimensão lúdica, de encantamento, valorizando-os, em sua diversidade cultural, como patrimônio artístico da humanidade.

AULA 1
Objetivos específicos: Refletir sobre o que é um conto, seus subgêneros e importância
BNCC: EF15LP02 / EF15LP01

CONTEUDO
Conceitual: Introdução ao conto
Procedimental: Roda de conversa
Atitudinal: Reflexão sobre a mudança dos contos através da história e sua importância

METODOLOGIA
Aula expositiva dialogada

AVALIAÇÃO
Participação do aluno

RECURSOS
Materiais: quadro negro, caderno, lápis, caneta
Espaço: sala de aula

AULA 2
Objetivos específicos: Conhecer a estrutura do conto e recapitular seus subgêneros.
BNCC: EF15LP02 / EF02LP28

CONTEUDO
Conceitual: Estrutura do conto
Procedimental: Explicação no quadro negro
Atitudinal: Perceber como escrever um conto

METODOLOGIA
Aula expositiva dialogada

AVALIAÇÃO
Participação e anotação da matéria

RECURSOS
Materiais: quadro negro, caderno, lápis, caneta
Espaço: sala de aula

AULA 3
Objetivos específicos: Apresentar contos famosos dos subgêneros; Leitura oral;
BNCC: EF15LP02 / EF02LP26 / EF02LP28

CONTEUDO
Conceitual: Leitura de contos
Procedimental: Roda de leitura
Atitudinal: Refletir sobre suas características e importância

METODOLOGIA
Metodologia ativa

AVALIAÇÃO
Leitura e reflexão da obra

RECURSOS
Materiais: livros de contos, caderno, lápis
Espaço: biblioteca

AULA 4
Objetivos específicos: Realizar uma releitura de um conto lido em aula
BNCC: EF15LP19 / EF02LP17 / EF15LP05 / EF12LP05 /

CONTEUDO
Conceitual: Releitura do conto
Procedimental: Em trio, escolher um conto lido em sala de aula e reescreve-lo com elementos novos, uma releitura
Atitudinal: Observar os diversos modos de se contar uma história

METODOLOGIA
Aplicação de exercício

AVALIAÇÃO
Produção da releitura

RECURSOS
Materiais: livros de contos, caderno, lápis
Espaço: sala de aula

AULA 5
Objetivos específicos: Procurar melhorar o texto e suas formas de dizer
BNCC: EF15LP19 / EF02LP17 / EF15LP05 / EF12LP05 / EF15LP06

CONTEUDO
Conceitual: Elaboração do conto
Procedimental: Com ajuda do professor e dos colegas, elaborar o texto
Atitudinal: Como melhorar o texto

METODOLOGIA
Aplicação de exercício

AVALIAÇÃO
Produção da releitura

RECURSOS
Materiais: livros de contos, caderno, lápis
Espaço: sala de aula

AULA 6
Objetivos específicos: Apresentar a releitura oralmente
BNCC: EF15LP02 / EF15LP19
CONTEUDO
Conceitual: Apresentação do trabalho
Procedimental: O trio apresentará sua releitura, explicando a origem da ideia.
Atitudinal: Observar os diversos modos de se contar uma história
METODOLOGIA
Aplicação de exercício
AVALIAÇÃO
Apresentação da releitura
RECURSOS
Materiais: Quadro negro
Espaço: sala de aula

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o estudo abordado no artigo, faz-se importante trazer para a sala de aula o contexto social em que o aluno vive. Seja qual for o objetivo do ensino, o trabalho com os gêneros textuais tende a auxiliar no aprendizado, visto que tal tema permite que o jovem saiba se expressar em seu meio de acordo com a circunstância em que o mesmo se apresenta.

Portanto, o professor que leva o mundo do aluno em consideração para sua metodologia, é mais propenso em ter êxito no que diz respeito ao engajamento do aluno aos conteúdos abordados.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. Estética da Criação Verbal. 2. ed. SP: MARTINS FONTES, 1997. p. 23-369.

DIAS, Fabiana. Gêneros Textuais. Educa Mais Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/lingua-portuguesa/generos-textuais>. Acesso em 20 out. 2021.

VIANA, Guilherme. Conto. Escola Kids. Disponível em: <https://escolakids.uol.com.br/portugues/conhecendo-as-caracteristicas-do-conto.htm>. Acesso em 20 out. 2021.

VILLANI, Fábio Luiz. Bakthin, Vigotsky e a pedagogia crítica. Aprendizagem de inglês por idosos, Alemanha, v. 1, n. 1, p. 1-24, fev./2014. Disponível em: https://www.psxportal.com.br/faccamp/portal_academico_arquivos/2021_2/atividades/postadas/0327/0327_17076_1.pdf. Acesso em: 12 out. 2021.

VILLANI, P. D. F. L. GÊNERO(S) RESUMO NA PERSPECTIVA BAKHTINIANA. sem título, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-9, nov./2021. Disponível em: https://www.psxportal.com.br/faccamp/portal_academico_arquivos/2021_2/atividades/postadas/0327/0327_17015_1.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Pensamento e Linguagem. 4. ed. SP: Martins Fontes, 2008. p. 1-212.

LUDICIDADE COMO FERRAMENTA DE ENSINO: O DOMINÓ NO ENSINO DA ANÁLISE SINTÁTICA

PEREIRA, Julia
ROCHA, Maeli
OTA, Simone

LIMA, Camila Larrubia Pinheiro de (orientadora)

RESUMO

O ensino da língua portuguesa pode parecer um pouco monótono às vezes e dificultar o interesse dos alunos. Com isso em mente, sugerimos neste artigo a aplicação de jogos em sala de aula para tornar a aprendizagem da análise sintática mais atraente aos alunos e a criação do Dominó da Sintaxe para o ensino da concordância que deve haver entre o sujeito e o verbo.

Palavras-chave: jogos, dominó, análise sintática.

ABSTRACT

Teaching the Portuguese language can seem a little monotonous at times and hinder students' interest. With this in mind, we suggest in this article the application of games in the classroom to make the learning of syntactic analysis more attractive to students and the creation of a domino for teaching the agreement that there must be between the subject and the verb.

Keywords: games, domino, syntactic analysis.

1. INTRODUÇÃO

O ponto de partida deste trabalho foi a reflexão sobre a importância da ludicidade no ensino da língua portuguesa, mais especificadamente da análise sintática. Afinal, é possível despertar o interesse do aluno e prender a atenção dele enquanto se ensina os conceitos da análise sintática? Acreditamos que sim, mas, para isso, é necessário que o professor apresente o conteúdo de maneira descontraída, desprenda-se dos métodos tradicionais e busque transformar o aprendizado em algo atrativo para os alunos.

A utilização de jogos é uma ótima alternativa para isso, pois a própria palavra “jogo” já remete a diversão, alegria, infância e entretenimento. Para os alunos do Ensino Fundamental II, acrescenta-se a essa lista o desafio, a competição, a interatividade e a possibilidade de errar e ser corrigido no mesmo instante pelos colegas, e não pelo professor e na frente de toda a turma. No caso do Dominó da Sintaxe, jogo que desenvolvemos para ensinar os tipos de sujeito e como eles podem interagir com os verbos, os alunos têm a possibilidade de compreender os conceitos durante toda a partida, e não somente na vez que ele for colocar sua peça na mesa, pois, para ganhar, ele precisa checar se os amigos estão acertando.

2. DESENVOLVIMENTO

A análise sintática é um conteúdo da língua portuguesa frequentemente trabalhado em sala de aula e fundamental para que o aluno escreva corretamente uma redação. No entanto, por ser muito extenso e cheio de conceitos difíceis, muitas vezes acaba por se tornar maçante e desinteressante para os alunos, conforme diz Sebastião Expedito Ignácio:

Não é de agora que a análise sintática, da maneira como é tradicionalmente concebida e ensinada, tem-se constituído num terror para os alunos. Paradoxalmente, o seu ensino tem servido para provocar a aversão pelo estudo da língua ou para fomentar o preconceito de que "a nossa língua é a mais difícil de todas". (IGNÁCIO, 1993, p.35)

Para facilitarmos o aprendizado da análise sintática, mais especificadamente a concordância que deve haver entre o sujeito e o verbo, levamos em consideração a importância da ludicidade no ensino da língua portuguesa apontada por Paulo Nunes de Almeida:

Muito aqui já discutimos a respeito da importância do lúdico na vida das pessoas em geral. Mostramos como, na infância, a ludicidade abarca importantes aspectos do comportamento e da formação do ser humano para atuar em uma sociedade adulta. Também defendemos a importância de, na vida adulta, manterem-se vivas as perspectivas lúdicas de olhar e atuar no mundo, o que cria uma instância de prazer em atividades que, numa visão menos acurada, parecem ser "obrigações" entediadas. (ALMEIDA, 2007, p.45)

O jogo escolhido foi o dominó, só que em vez de números, apresentamos os tipos de sujeito (simples, composto, oculto, indeterminado e inexistente) e os verbos respeitar (1ª conjugação), ler (2ª conjugação) e sorrir (3ª conjugação) conjugados em diferentes tempos do modo indicativo a fim de que o aluno faça as combinações possíveis para formar orações com sentido. Incluímos também as peças "João e Maria" e "eu e você" para contemplarmos o sujeito composto; as peças "sujeito oculto", "sujeito indeterminado" e "sujeito inexistente" para contemplarmos os demais sujeitos; e as orações "Choveu ontem", "Ventava muito", "Está frio", "Fez dois meses" e "Nevará amanhã" para contemplarmos o sujeito inexistente.

Prevalecem as regras do dominó original, porém, no Dominó da Sintaxe fizemos algumas adaptações, a começar pela quantidade de peças retangulares (são 54 contra 28). Cada peça é dividida em duas partes iguais, entretanto, os números de zero a seis foram substituídos por sujeitos, verbos conjugados e orações. Exemplo de peças: eu/respeitaríamos, lemos/elas, sujeito oculto/sorriras, Respeitaram/Eu e você, João e Maria/sujeito inexistente.

Pode-se jogar com duas, três ou quatro pessoas e o objetivo do jogo é baixar todas as peças na mesa antes dos adversários. Cada jogador recebe sete peças. As peças restantes ficam empilhadas para serem compradas ao longo da partida.

No jogo original, começa aquele que tiver a peça dobrada mais alta (seis/seis) ou então o carrilhão (zero/zero). Na nossa adaptação, as peças equivalentes são, respectivamente, eles/eles e eu/eu. No caso de nenhum jogador ter essas peças, começará aquele que tiver a segunda pedra mais alta, que será determinada pela seguinte ordem: vós/vós, nós/nós, ele/ele e tu/tu. Os jogadores realizam suas jogadas por turnos e no sentido anti-horário.

No dominó tradicional, o jogador só pode colocar uma peça na mesa se ela coincidir com os pontos que estão na extremidade do dominó baixado. No Dominó da Sintaxe, o que deverá coincidir será o sujeito e o respectivo verbo conjugado. Exemplo: na mesa, a peça que está na extremidade termina com “Fez dois meses”. Para dar sequência, o jogador terá que ter a peça “sujeito inexistente”. Outra possibilidade seria procurar na mesa as peças dobradas e, a partir delas, criar uma outra sequência, assim: na peça “tu/tu”, o jogador pode descer a peça que traz “sorrias/respeitariam” e, na peça “ele/ele”, pode colocar a peça “lerá/eu”.

Cada jogador pode baixar uma peça por vez. Quando não puder, deverá comprar do monte quantas peças forem necessárias. Se não houver mais peças, passará a vez. Vencerá o jogo o aluno que baixar primeiro todas as peças da mão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos esse estudo com a percepção de que a ludicidade e os jogos podem, sim, oferecer uma alternativa excelente para recuperar o interesse dos alunos. E, no caso do dominó, pode ser explorado em conteúdos simples ou complexos, basta adaptar as peças.

A utilização dos jogos na disciplina língua portuguesa vem ganhando espaço na prática de alguns professores que procuram investir na matéria como uma expressão da vida, do mundo e do próprio homem. Nesse contexto, a comunicação e a expressão ganham uma dimensão maior dentro do espírito da linguagem. Estudar o português deixa de ser mecânico e passa a ser dinâmico. (OLIVEIRA, 2001, p.65)

Vale observar que, dentre as vantagens oferecidas pelo dominó (que talvez tenha surgido na China 200 anos antes de Cristo; na Europa, é certo que começou a ser jogado em meados do século XVIII), muitas se assemelham às vantagens apontados

pelos professor Cléber de Lima na palestra “Gameificação da Educação”, que fez parte das comemorações do centenário de Paulo Freire pela Unifaccamp. São elas: competição saudável e não agressiva, feedback instantâneo (os alunos percebem e corrigem os erros no instante em que jogam), recompensa pela vitória, interatividade e, bem como lembra Almeida, a motivação:

Por outro lado, as ações lúdicas nem sempre têm o caráter de prazer ou de satisfação de necessidades. Muitas vezes, podem ser substituídas pelo “esforço”, “sacrifício” ou “fardo pesado”; mas jamais perde o caráter, a essência, o espírito, o sentimento do comportamento lúdico, se as ações forem compreendidas e aceitas como normas do jogo, como formas de superação de limites ou motivação para novas ações. (ALMEIDA, 2007, p.21)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Língua Portuguesa e Ludicidade: Ensinar Brincando não é Brincar de Ensinar, 2007.

IGNÁCIO, Sebastião Expedito. Por exemplo, o ensino da análise sintática. Alfa: Revista de Linguística, v. 37, 1993 - Linguística e ensino de língua. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/107707>.

OLIVEIRA, Luciana de Castro. Jogos Pedagógicos: Uma Experiência em Língua Portuguesa no Ensino Médio, 2001.

Regras baseadas em: <https://www.ludijogos.com/multiplayer/domino/regras/#:~:text=Jogo%20domin%C3%B3-,Como%20jogar%20o%20domin%C3%B3,o%20seis%20d%C3%B4bre%20ou%20carrilh%C3%A3o>). Acesso em: 28 de maio 2021.

MAPA MENTAL E MAPA CONCEITUAL PARA AUXILIAR NO ENSINO DE PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES

BAPTISTA, Luciana Ferreira
FERREIRA, Ronildo Aparecido
JESUS, Cecília Souza

RESUMO

Ensinar programação de computadores ainda é uma grande dificuldade para professores dessa área. Para auxiliar a compreensão de alunos iniciantes, este artigo propõe a utilização de mapa mental e mapa conceitual para demonstrar como as bases tecnológicas do componente curricular programação de computadores são apresentadas (mapa mental) e como são associadas em detalhes (mapa conceitual) nesta disciplina. Desse modo, o aluno poderá visualizar essas relações para entender como deverá elaborar seus programas para computadores e conseqüentemente avançar na trilha nesse tipo de conhecimento.

Palavras-chave: Mapa mental. Mapa conceitual. Programação de computadores.

ABSTRACT

Teaching computer programming is still a great difficulty for teachers in this area. To help beginner students understand, this article proposes the use of mind maps and conceptual maps to demonstrate how the technological bases of the computer programming curricular component are presented (mind map) and how they are associated in detail (concept map) in this discipline. In this way, the student will be able to visualize these relationships to understand how to develop their programs for computers and consequently advance on the trail in this type of knowledge.

Keywords: Mental map. Conceptual map. Computer programming.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo demonstrar o uso de mapas mentais e mapas conceituais para auxiliar o aprendizado inicial de programação de computadores.

O Quadro 1 apresenta parte das bases tecnológicas do componente curricular Técnicas de Programação e Algoritmos. Esta ementa é seguida por cursos técnicos e superiores que iniciam o aprendizado de programação de computadores, alterado parcialmente o nome da disciplina em algumas instituições de ensino.

Quadro 1 - Bases tecnológicas (parciais)
para o ensino de programação de computadores

Comandos da linguagem de programação
• Tipos de dados
• Variáveis e constantes
• Operadores
Programação estruturada
• Entrada e Saída
• Decisão
• Repetição
Tipos de dados estruturados
• Vetores
• Matrizes

Fonte: Elaborado pelos autores

Este quadro é base para a elaboração do mapa mental e do mapa conceitual apresentados nos capítulos seguintes após a definição conceitual de cada um deles.

2. PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES

De acordo com Gomes, Henriques e Mendes (2008), a programação de computadores é uma arte e uma ciência, já que existem muitas maneiras diferentes com alguma criatividade (arte) para escrever um código de programação e várias regras e métodos rigorosos (ciência) com o uso de lógica que asseguram a eficiência e utilidade dos programas criados.

Ensinar programação de computadores tem como objetivo conseguir que os aprendizes consigam desenvolver as suas capacidades a partir de conhecimento básicos necessários para criar programas que resolvam problemas simples do mundo real.

Apesar de existirem muitas ferramentas para colaborarem com esse aprendizado, ainda há a dificuldade em compreender e aplicar alguns conceitos abstratos de programação por parte de alguns alunos que frequentam disciplinas introdutórias, como algoritmos de programação.

3. MAPAS MENTAIS

A utilização de mapas mentais pode auxiliar na compreensão dos conceitos iniciais de programação de computadores.

Os Mapas Mentais são um método de armazenar, organizar e priorizar informações (em geral no papel), usando Palavras-chave e Imagens-chave, que desencadeiam lembranças específicas e estimulam novas reflexões e ideias. Cada ativador da memória em um Mapa Mental é uma

chave que dá acesso a fatos, ideias e informações, além de liberar o verdadeiro potencial da mente, de modo que possamos no tornar o que quisermos ser (BUZAN, 2009a, p.10).

Uma Mapa Mental é uma técnica para organizar o pensamento e fazer anotações de maneira visual e colorida, podendo ser aplicada por uma única pessoa ou por um grupo. No centro, colocamos a ideia ou imagem essencial. Em seguida, desenvolvemos essa ideia ou imagem por meio de ramificações que representam ideias principais, todas elas associadas à ideia essencial (BUZAN, 2009b, p.18).

Como apresentado anteriormente, Buzan (inventor do mapa mental nos anos 60 do século XX como alternativa para as notas nas aulas que tomavam muito tempo pelos métodos tradicionais, apesar de necessário (MARQUES, 2008, p.35)) traz duas definições sobre mapas mentais, demonstrando que pode ser aplicado para quaisquer coisas da vida.

A Figura 1 apresenta, de forma ilustrativa, um mapa mental simples a partir das bases tecnológicas apresentadas no Quadro 1.

Figura 1 – Mapa mental de Programação de Computadores



Fonte: Elaborado pelos autores

4. MAPAS CONCEITUAIS

Algumas pessoas confundem mapa mental com mapa conceitual considerando que não apresentam muita diferença. Porém, os mapas conceituais, criados por J.D. 121

Novak na década de 1970, têm como objetivo representar conceitos por meio de relacionamentos significativos em forma de proposições, isto é, por meio de rótulos conceituais que são ligados por palavras para formar uma unidade semântica (NOVAK & GOWIN, 1984 apud LU, 2020).

Os mapas mentais, normalmente, têm somente um ponto de partida para o desenvolvimento dos outros pontos subordinados. Enquanto, os mapas conceituais podem começar com vários conceitos e a partir deles vão demonstrando relações (LU, 2020).

A análise através do mapa conceitual é possível entender onde cada regra da computação pode ser utilizada dentro de um programa, conforme demonstra a Figura 2.

Figura 2 – Mapa conceitual de Programação de Computadores



Fonte: Elaborado pelos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto os mapas mentais quanto os mapas conceituais foram ambos apresentados neste artigo como facilitadores para o aprendizado de programação de computadores, constituindo um formato inovador para esse tema.

Por meio dessas ferramentas, a aprendizagem é inspirada na estrutura e funcionamento do cérebro, já que ele não funciona de forma sequencial como os computadores e sim funciona de forma multilateral. Ao criar os ramos, outros se relacionam infinitamente criando ideias e completando a rede do pensamento humano.

REFERÊNCIAS

BUZAN, Tony. Mapa mentais. Rio de Janeiro: Sextante, 2009a.

BUZAN, Tony. Mapa mentais no trabalho: como ser o melhor na sua profissão e ainda ter tempo para o lazer. São Paulo: Cultrix, 2009b.

GOMES, Anabela; HENRIQUES, Joana; MENDES, António. Uma proposta para ajudar alunos com dificuldades na aprendizagem inicial de programação de computadores. Educação, Formação & Tecnologias-ISSN 1646-933X, v. 1, n. 1, p. [93-103], 2008.

LU, Chun Hui. Mapa mental. Letras de hoje, v. 55, n. 4, p. e38623-e38623, 2020.

MARQUES, António Manuel de Miranda. Utilização Pedagógica de Mapas Mentais e de Mapas Conceptuais. Dissertação (Mestrado) — Universidade Aberta, Lisboa, 2008.

O DEFUNTO

SILVA, Natália Rainho
VILLANI, Fábio Luiz

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo a análise do conto O Defunto, publicado em 1907 pelo escritor Tomás Lopes, o qual explora o gênero de terror de maneira simples e carregada de elementos da cultura popular. Cabe ressaltar que, para a elaboração deste artigo, foi realizada uma revisão bibliográfica das obras do autor, assim como de produções acerca do seu contexto histórico e período literário.

Palavras-chave: Período de Transição. Cultura Popular. Terror

ABSTRACT

This article analyzes the short story O Defunto, published in 1907 by the writer Tomás Lopes, which explores the horror genre in a simple way and loaded with elements of popular culture. It is noteworthy that for the preparation of this article, a bibliographic review of the author's works was carried out, as well as productions about his historical context and literary period.

Keywords: Transition Period. Popular culture. Horror

1. INTRODUÇÃO

Medos evolutivos, delírios, personagens confusos e expressões delineadas suficientemente para nos colocar no lugar do protagonista em situação risco ou vulnerabilidade, certamente são elementos clássicos de um bom filme ou livro de terror. Adicionemos a este conjunto, o cenário das lamparinas e cemitérios de igrejas escuras e sinistras do fim do século XIX, com seus túmulos profundos e por fim uma angustiante sensação de claustrofobia. É este o caso do conto O Defunto, de Tomás Lopes, o qual explora as temáticas citadas acima, apresentando-nos a perspectiva da época em relação ao terror e, acima de tudo, nos proporciona conhecer um período da Literatura Brasileira até então pouco compreendido ou até mesmo estudado, isto é, a fase de transição da escrita conservadora para a liberdade modernista da semana de 1922.

2. DESENVOLVIMENTO

Para compreendermos uma obra literária e qualquer outra expressão artística, tendo como objetivo uma análise mais profunda e crítica, é necessário nos atentarmos ao seu contexto histórico, que aqui se apresenta como o período de transição entre os séculos XIX e XX.

Neste momento, a História global passava por diversas mudanças nas configurações sociais, políticas e econômicas, advindas dos processos de independência na América Latina, chegada da Segunda Revolução Industrial e colapsos das até então grandes potências europeias, à beira da Primeira Guerra Mundial. Assim como o restante do mundo, o clima de instabilidade também atingiu o Brasil, o qual acabara de aderir à República, gerando uma busca por novos ideais, principalmente no âmbito da identidade nacional.

Dado o contexto histórico, podemos nos adentrar ao reflexo dos acontecimentos nas produções artísticas nacionais (com enfoque na literatura), as quais transitavam entre os modelos conservadores dos parnasianos e a quebra de padrões realizada pelos modernistas, identificada como Pré-Modernismo. Nesse período, surgiram grandes autores como Lima Barreto, Euclides da Cunha e Augusto dos Anjos, que carregavam suas obras de diferentes elementos, desde os mais conservadores até a escrita coloquial da época, tal como ocorre em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto.

Entretanto, além dos grandes nomes citados acima, a produção artística não se limitou aos estúdios e gabinetes intelectuais, como é o caso de nosso autor Tomás Lopes, o qual pertenceu a um limitado grupo de artistas, que se inseriram dentro do imaginário popular, produzindo uma literatura simples e que, de certo modo, permite-nos conhecer e compreender a sociedade da época.

Este círculo de escritores ficou marcado por seu agir boêmio, fazendo da escrita e, conseqüentemente da sua literatura, uma ferramenta de expressão, livre e puramente artística, sem se limitar à busca por uma identidade nacional ou grandes críticas sociais, mas, escrevendo sobre a vida e suas percepções acerca da realidade, possibilitando uma percepção mais clara acerca do modo de pensar dentro do cotidiano da época.

Sabendo disso, podemos voltar nosso olhar para o conto *O Defunto*, que já no seu primeiro parágrafo nos revela qual tipo de história virá pela frente:

Quanto ele despertou, deitado ao comprido num estreito caixão negro e dourado, tinha as mãos postas numa derradeira prece. Lançou vagamente os olhos em torno, e em torno tudo era silêncio e treva. Procurou levar as mãos aos olhos, mas sentiu as mãos presas, sem movimento; e parece-lhe então que estava morto. (LOPES, 1907, p.2)

Este trecho, apesar de simples, carrega elementos significativos para nossa análise, uma vez que apresenta o tema a ser explorado, isto é, a vida e a morte. Essa temática, embora pareça ser um tanto quanto clichê dentro da literatura, quando inserida dentro do contexto histórico da obra, em uma sociedade onde a ideia de morte possuía um valor muito 125

marcante, afinal durante o século XIX, a cultura dos “mortos-vivos” ainda não havia se expandido da maneira como se apresenta atualmente, com as grandes produções acerca do tema. Ademais, O Defunto, nos oferece o fenômeno da dúvida, pois apresenta duas possibilidades acerca da personagem, sendo a primeira delas sobre o protagonista estar enterrado vivo ou, na segunda possibilidade, estar morto de fato. Esse elemento aparece em diversas partes do texto, a exemplo do recorte abaixo, em que diferentemente do trecho anterior, o autor defende a segunda opção:

As árvores tomavam assombradoras formas de avejões e as estrelas, apagando-se no céu, deixavam o céu cinzento e frio como o mármore da sua sepultura tão fria e tão cinzenta. E, entretanto, no silêncio, na noite e na treva – o defunto caminhava. (LOPES, 1907, p.3)

Há ainda outro aspecto a ser explorado, o qual contribui para a intensificação o sentimento de angústia e medo, em que o escritor traz à tona a sensação de claustrofobia, exprimida pelo personagem em diversas partes do texto, através de uma cautelosa descrição acerca dos seus pensamentos, cenário e tentativas de fuga de sua sepultura.

Além dos elementos específicos do gênero de terror, podemos destacar a presença de uma forte influência religiosa, que nos permite compreender com maior profundidade o pensamento da época, já que apresenta um ponto importante da cultura popular, podendo ser verificado no trecho “Os seus olhos humanos quase cegaram fitando a Sirius – Entre as estrelas abriu-se o céu e aqueles mesmos deslumbrados olhos viram sobre os sóis o suave Jesus dos Humildes.” (LOPES, 1907, p.3).

Após analisarmos o conto em seus aspectos históricos, juntamente com seus principais elementos, podemos destacar, ainda, seu papel dentro do gênero de terror, apresentando-se como uma sequência narrativa, que busca contar uma história, no intuito de causar sensações vinculadas ao medo. Assim, recorreremos à teoria dos gêneros literários, elaborada pelo filósofo Mikhail Bakhtin, a qual propõe a existência de diferentes enunciados ou gêneros, cujos modelos são relativamente estáveis, sendo esses capazes de transmitir uma determinada mensagem.

Portanto, O Defunto aborda a partir de um gênero relativamente simples e popular, isto é, o conto, o retrato de uma época, sob a perspectiva do terror, afinal, ao conhecermos os elementos que causam medo dentro de uma determinada cultura, compreendemos também o seu modo de pensar e agir em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise do conto O Defunto, de Thomaz Lopes, é possível notar a forte influência dos acontecimentos históricos sobre toda produção artística, principalmente no âmbito literário. Ademais, podemos afirmar a importância da cultura popular, representada pelos elementos utilizados durante a narrativa, buscando na arte literária retratar suas experiências diante do cotidiano, que neste caso recorre a um bom conto de terror, capaz de nos causar medo e desconforto em todas as gerações, independente a qual século pertençam.

REFERÊNCIAS

LOPES, Tomás. História da Vida e da Morte. Rio de Janeiro; H. Garnier; 1907, 142 páginas.

LOPES, Antonio H. Entre o moderno e o eterno: a sensibilidade belle époque de Tomás Lopes. Fortaleza, 2009, 8 páginas.

LOPES, Antonio H. Em busca de Tomás Lopes: memória, história e sensibilidade. Rio de Janeiro; 2009, 30 páginas.

BAKHTIN, Mikhail. Gêneros do Discurso. 200, p. 279

O DIREITO DAS MULHERES À EDUCAÇÃO, DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE NO TRABALHO DOMÉSTICO E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

SILVA, Eliane de Souza

RESUMO

Este documento apresenta um breve estudo que relaciona a luta feminina por acesso à educação e o desrespeito ao princípio constitucional da igualdade entre homens e mulheres, pois, mesmo atingindo níveis de maior escolaridade, as tarefas domésticas e os deveres de cuidados com crianças e idosos ainda são suportados, em sua maioria esmagadora, por mulheres. Decorrente deste encargo social, as mulheres mais bem remuneradas acabam por delegar os cuidados com o lar e a prole à outras mulheres menos instruídas e pobres, resultando na feminização da pobreza.

Palavras-chave: Direitos das Mulheres; Trabalho Feminino; Princípio da Igualdade; Feminização da Pobreza; Divisão Sexual do Trabalho.

ABSTRACT

This document presents a brief study that relates the women's fight for access to education and the disrespect for the constitutional principle of equality between men and women, because, even reaching higher levels of schooling, household chores and the duties of caring for children and the elderly still are supported, overwhelmingly, by women. As a result of this social burden, better-paid women end up delegating care for the home and children to other less educated and poor women, resulting in the feminization of poverty.

Keywords: Women's Rights; Female work; Principle of Equality; Feminization of Poverty; Sexual Division of Labor.

1. INTRODUÇÃO

Por mais que as mulheres tenham alcançado (não sem muita luta, que fique claro) lugares de destaque que antes só eram ocupados por homens, a participação feminina em postos de destaque, seja na vida pública ou privada, é indiscutivelmente inferior se comparada com os números absolutos da população feminina no Brasil. Assim, esta pesquisa se faz necessária para demonstrar que, apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a ser percorrido na busca pela igualdade material entre homens e mulheres.

Este estudo se destina a apresentar ao leitor como a conquista do direito de acesso à educação não sexista tornou as mulheres detentoras de níveis de escolaridade superiores aos dos homens. No entanto essa maior escolarização não se refletiu no mercado de trabalho e tampouco na divisão igualitária de tarefas domésticas e deveres de cuidado.

O método utilizado para a confecção deste trabalho foi a pesquisa, com destaque especial para as publicações de mulheres militantes na área dos direitos humanos femininos, como Mônica Sapucaia Machado. Diferentemente do habitual, fiz questão de referir-me a elas pelos nomes completos, com o objetivo de destacar que fazia referência a um texto escrito por uma mulher, o que não seria possível se eu citasse apenas o sobrenome, já que seria necessário que a leitora ou o leitor tivesse a curiosidade de buscar pelo sobrenome no final deste trabalho para descobrir seu gênero.

Ainda, a pesquisa também foi realizada com consulta à legislação vigente e à revogada no Brasil, a fim de comparar a evolução positiva dos direitos das mulheres, bem como utilizei-me de consulta à jurisprudência em decisões acerca do direito discutido.

Por fim, este trabalho traz, ainda, dados estatísticos fornecidos por entidades governamentais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e informações disponibilizadas em sítios da internet relacionadas ao tema tratado em cada tópico.

2. O DIREITO À EDUCAÇÃO E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES

Mary Wollstonecraft, no século XVIII já reivindicava que homens e mulheres recebessem a mesma educação, mas o eco deste primeiro grito feminista demorou a chegar do outro lado do Atlântico (2015).

Às mulheres não foi dado automaticamente os mesmos direitos dos homens quando a razão passou a ser o centro do pensamento humano. A conquista feminina por autonomia, direitos e reconhecimento tem sido um longo caminho, com avanços e retrocessos. (MACHADO. 2019, p. 49)

Este importante direito social, o direito à educação, encontra-se garantido no texto constitucional nos termos do artigo 6º, sendo um fator de influência para outras diretrizes como, por exemplo, salário-mínimo (art. 7º, IV), competência comum de todos os entes federados proporcioná-la (art. 23, V), limitações de tributar entidades sem fins lucrativos que se dedicam a ela (art. 150, VI, c) e toda uma seção da Constituição dedicada a este fim (Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto - Seção I: Da Educação), nem sempre foi acessível às mulheres brasileiras.

Segundo a irretocável tese de Monica Sapucaia Machado, na qual a autora reúne dados de uma vasta pesquisa sobre educação (em especial, o ensino superior) das mulheres no Brasil, o direito à educação evoluiu a passos de cágado e sempre teve um viés sexista. A obra traz um apanhado geral de toda a legislação que tratou do tema educação como direitos das mulheres: a Constituição de 1824 garantia o direito à educação ¹²⁹

pública primária para meninas e o Decreto nº 7.247 de 1879 garantia, além do ensino secundário, o acesso ao ensino superior nos cursos de medicina para as mulheres.

O interessante do decreto acima citado é que ele explicitamente mencionava a possibilidade de as mulheres cursarem as escolas das áreas médicas, como expressamente previsto: “É facultada a inscrição de que tratam os §§ 16, 17, 18 e 19 aos indivíduos do sexo feminino, para os quaes haverá nas aulas logares separados”. (2019, p. 65.)

Monica Sapucaia Machado destaca, ainda, que esta conquista se deu por conta da feminista Maria Augusta Generoso Estrela, a primeira brasileira a ter diploma de ensino superior, cuja história foi determinante para que o Império permitisse o acesso de mulheres à educação superior, sendo que elas não foram sequer citadas na Constituição nem eram consideradas cidadãs (p. 65-66).

A partir da Primeira República nota-se que a educação feminina começa a ser ampliada de forma sexista, editando-se normas que impediam que mulheres adentrassem em cursos socialmente caracterizados como masculinos (tecnológicos, médicos e jurídicos) e confinando as mulheres em cursos com viés de cuidado, como magistério e enfermagem¹ (MACHADO. 2019).

Com o golpe de estado que levou à ditadura militar, a partir de 1964, operou-se “a grande reforma da educação superior e universitária sob a tutela da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968” que levou as mulheres aos cursos superiores de forma maciça, mas não acabou com o sexismo das profissões (2019, p. 98).

Foi com a Assembleia Constituinte de 87 que a educação voltou a ser uma pauta das reivindicações feministas. Por meio da Carta das Mulheres, o direito à educação foi inserido no texto da Constituição da República de 1988.

O dever do estado é prestar educação básica obrigatória e gratuita, que corresponde ao ensino fundamental (I e II) do 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. (...). O ensino médio gratuito deve ser progressivamente universalizado. A educação infantil deve ser prestada em creche e pré-escola, às crianças até 5 anos de idade. As pessoas com deficiência têm direito a atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III, da CF/88). (RAMOS. 2020, p. 901.)

¹ A construção social, tanto na época como atualmente, considera essas profissões como uma extensão da maternidade, relegando-as as mulheres.

Atualmente, segundo estudo publicado pelo IBGE², as mulheres brasileiras possuem maiores níveis de escolaridade superiores aos níveis dos homens. No entanto, essa maior qualificação não se reflete no mercado de trabalho.

Deve se destacar aqui que o direito de decidir por si só quanto aos atos da vida civil, tão caros a qualquer ser humano, até pouco tempo atrás não integrava o rol de direitos das mulheres no Brasil. Até o ano de 1962, às mulheres casadas só era permitido trabalhar fora de casa com a autorização do marido e este ainda detinha o poder de pedir demissão em nome da esposa.

O Código Civil de 1916, em seu artigo 6º, considerava as mulheres casadas como relativamente incapazes enquanto durasse a sociedade conjugal, sendo lhes vedado, inclusive, ter domicílio em nome próprio e praticar diligências da vida civil sem assistência do cônjuge (BRASIL, 1916). De acordo com Débora Massman e Patrícia Brasil, “a mulher casada não é reconhecida como um sujeito de direitos, mas, assim como um acessório do marido” (2017, p. 52).

Foi com a promulgação do chamado Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121/62), que dispôs sobre a situação jurídica da mulher casada, que o direito de trabalhar livremente e sem necessidade de outorga marital foi adquirido. Entretanto, é importante lembrar que o Estatuto da Mulher Casada conferia o status de chefe da sociedade conjugal ao homem, cabendo a ele a administração dos bens familiares.

Com a aceleração do crescimento econômico no final dos anos [19]60³, as mulheres foram absorvidas pelo mercado de trabalho a fim de suprir a alta demanda por mão-de-obra nas indústrias e setores de serviços. Todavia, diferentemente do que possa parecer, essa absorção levou em conta o fato de a mão-de-obra feminina ser mais barata e facilmente substituível. Para Moema de Castro Guedes e José Eustáquio Diniz Alves:

Os atrativos femininos, para além de questões de demandas do mercado de trabalho por uma mão-de-obra mais vulnerável, estariam articulados a características e atributos advindos do velho padrão da divisão sexual do trabalho e agora teriam sido convertidos em vantagens profissionais, como a melhor desenvoltura nas funções de atendimento personalizado a distintos públicos (Lavinias 1999). (2004, p. 04).

2 IBGE. Estatísticas de Gênero. Disponível em: ><https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,1,2,-2,3,4,13,48,128&ind=4699><. Acesso em 01 mar. 2022.

3 Com o escopo de transformar o Brasil numa economia liberal tecnocrática, a ditadura militar instituiu o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), cujas metas eram “conter o processo inflacionário, reequilibrar as contas externas e retomar o crescimento da renda e do emprego” (RESENDE et al. 2018, p. 03). Segundo André Lara Resende, foram as reformas estruturais implementadas pelo PAEG que sustentaram o período de rápido crescimento econômico a partir de 68 (2018, p. 03). 131

Portanto, a inserção da mulher no mercado de trabalho deveu-se, principalmente, à necessidade de suprir uma busca por mão-de-obra barata e adaptável e não como uma política de inclusão social.

Foi também nessa época que o acesso de mulheres aos cursos superiores cresceu significativamente, mas este crescimento não garantiu a elas o acesso aos mesmos cargos de liderança que os homens ocupavam.⁴

De acordo com Monica Sapucaia Machado, as mulheres que conseguem galgar postos mais elevados no mercado de trabalho acabam sendo substituídas em suas tarefas domésticas por outras mulheres com níveis de instrução muito menores, as empregadas domésticas (em sua maioria, composta por mulheres negras e pobres). Ou seja, a ascensão de uma mulher no mercado de trabalho não implica em divisão igualitária de tarefas entre homens e mulheres, mas sim na substituição destas por outras mulheres que não tiveram acesso à mesma educação e, ainda assim, essa substituição não as exime da administração das tarefas delegadas. (2019). Segundo a autora:

No Brasil, a divisão sexual do trabalho em suas peculiaridades. A terceirização dos afazeres domésticos permite à mulher economicamente abasta relegar a outra mulher, economicamente vulnerável, a feitura do que socialmente seria sua responsabilidade. Segundo a Organização do Trabalho (OIT), em 2015 o Brasil contava com aproximadamente seis milhões de empregadas domésticas, um montante que nos coloca em primeiro lugar no mundo nesse seguimento de trabalhadoras (ILO, 2016, p. 14). Essa massa de trabalhadoras com pouca formação tende a ter uma participação decisiva na empregabilidade das mulheres de classe média e alta. (2019, p. 177.)

Por conta disto, pode se afirmar que mesmo que exerçam as mesmas funções remuneradas que os homens, a sociedade ainda entende que o desempenho das tarefas domésticas é dever feminino, quer seja realizando-as ou administrando-as.

Outro fator que merece destaque é a neutralidade disfarçada de isonomia adotada pela legislação brasileira com a boa intenção de dar tratamento igual às

4 Esse é um fenômeno que se perpetua até os dias atuais. Segundo estudo realizado pela consultoria de gestão global Bain & Company, no ano de 2013, ainda que as mulheres possuam níveis de escolaridade superior ao dos homens, o mercado não cria condições de igualdade de gênero, indicando como principais fatores para a preferência:

“1. Além dos já conhecidos desafios associados à percepção de prioridades conflitantes entre trabalho e vida pessoal, o estilo das mulheres é diferente dos homens e menos valorizado no mercado de trabalho;

“2. Eles e elas reconhecem que têm estilos diferentes, mas homens veem menos obstáculos desta diferença às chances de promoção das mulheres;

“3. As empresas tendem a valorizar mais atributos tipicamente reconhecidos como masculinos (solucionar problemas, influenciar) do que aqueles mais identificados como femininos (apoiar e dar “coaching”)” (2013, p. 07).

mulheres e aos homens. Entretanto, isonomia significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades, ou seja, a neutralidade faz com que aquele que tem um braço mais curto combata com a mesma espada que recebe aquele que tem braço mais longo.

Assim, não basta dizer que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (art. 5º, inciso I), pois:

A falta de projetos, políticas públicas e leis que anunciem a necessidade de conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo, que afirmem a importância do compromisso de homens e mulheres com os filhos(as) e idosos(as) no cotidiano, e que reconheçam que a delegação de tarefas domésticas a outras mulheres não é a solução, demonstra que ainda não buscamos sair da sociedade de funções binárias homem/mulher (...). (MACHADO. 2019, p. 219.)

E, ainda, o entendimento de Luiz Alberto David de Araújo que, referindo-se a igualdade formal de mulheres e meninas com deficiência, encaixa-se perfeitamente neste contexto:

A nosso ver, não bastam apenas medidas legislativas ou políticas públicas nominalmente asseguradas. Se o patamar constitucional (ou equivalente à Constituição) determina que haja um cuidado especial, com políticas públicas especiais, não significa que qualquer política pública seja suficiente. (2013, online)

Talvez, a maior prova desta falta de interesse em aprovar projetos e políticas públicas com o objetivo de reconhecer a divisão igual do trabalho doméstico não-remunerado seja a morosidade da tramitação da ratificação da Convenção 156 da OIT, que, “reconhecendo a necessidade de se estabelecer uma efetiva igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres trabalhadores com encargos de família”, diz:

Artigo 3º

1. Com vista ao estabelecimento de uma efetiva igualdade de oportunidade e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores, todo País-membro incluirá, entre os objetivos de sua política nacional, dar condições a pessoas com encargos de família, que estão empregadas ou queiram empregar-se, de exercer o direito de fazê-lo sem estar sujeitas a discriminação e, na medida do possível, sem conflito entre seu emprego e seus encargos de família. (OIT, 1981.)

Conclui-se, com isto, que enquanto não houver um interesse político na “conciliação entre a vida familiar e a vida laboral” (MACHADO. 2019, p. 217) de forma igualitária entre homens e mulheres, o princípio da isonomia trabalhista não estará assegurado. Outrossim, “devemos lembrar que, a despeito da igualdade formal legislada, expressa no texto Constitucional como fundamento do Estado brasileiro, diversas leis discriminatórias permaneceram vigentes até o século XXI” (MASSMAN; BRASIL. 2017, p.44).

3. A LEI DO TRABALHO DOMÉSTICO

A regulamentação do trabalho doméstico já estava prevista na Carta das Mulheres, assim como o trabalho rural, mas só foi positivado quase 30 anos depois com o advento da Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho⁵,

(As)(Os) trabalhadoras(es) domésticas(os) representam uma parte significativa da força de trabalho global no emprego informal e **estão entre os grupos de trabalhadoras(es) mais vulneráveis**. Elas(es) trabalham para casas de família, muitas vezes sem termos claros de emprego, sem registro formal e excluídos(as) do âmbito da legislação trabalhista. O trabalho doméstico representa o núcleo duro do déficit de Trabalho Decente no Brasil e no Mundo. (Online.) (Grifos meus.)

Em conformidade com os dados da Pnad Contínua, do IBGE, divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), mostrou que, entre os anos de 2019 e 2020, as “mulheres representam mais de 92% das pessoas ocupadas em trabalho doméstico, das quais mais de 65% são negras” (2020, p. 1) e estes dados reforçam a importância da legislação protetiva para esta categoria trabalhista.

Para a OIT, “em países em desenvolvimento, que historicamente têm poucas oportunidades de emprego formal, os trabalhadores domésticos constituem uma proporção significativa da força de trabalho nacional e permanecem entre os mais marginalizados” (2011, p. 8). Entretanto, não foi só o fato de ser um país em desenvolvimento que fez com que o Brasil adiasse a formalização do trabalho doméstico e garantisse os direitos trabalhistas básicos a esta categoria de trabalhador.

5 OIT. Trabalho doméstico. Disponível em: ><https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm><. Acesso em 15 ago. 2021, às 21h05.

A cultura patriarcal, cuja visão cultural machista de que a mulher fora feita para os afazeres do lar e cuidados com a prole, resultou na desvalorização do trabalho doméstico. Assim, a categoria foi relegada à condição da informalidade.

Para Monica Sapucaia Machado,

No que tange a realidade brasileira, segundo a OIT o Brasil é o país com o maior número de empregadas domésticas (OIT, 2017, p. 26), sustentando, como já ponderado neste trabalho, a expansão do trabalho para as mulheres de classe média e alta, que transferem às mulheres empregadas por elas as tarefas que a sociedade patriarcal relega ao sexo feminino. (2019, p. 193.)

No ano de 2013, a Emenda Constitucional 72, finalmente, alterou a redação do parágrafo único do art. 7º da CF para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais, atendendo ao item 3, no tópico Trabalho da Carta das Mulheres aos Constituintes: ‘3 – Extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários de forma plena às empregadas domésticas e às trabalhadoras rurais’ (1986).

4. O ENCARGO SOCIAL DO TRABALHO DOMÉSTICO E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

Conforme demonstrado até aqui, a sociedade patriarcal entende que as trabalho doméstico e deveres de cuidado são tarefas que devem ser desempenhadas por mulheres. Esta divisão sexual do trabalho é chamada de encargo social, pois é uma das responsabilidades que a sociedade atribui à mulher por sua condição de gênero⁶.

Deste modo, ainda que mais escolarizadas e exercendo cargos de maior prestígio, entende-se que é papel das mulheres administrar os cuidados para com o lar e a prole. Para isso, acabam delegando estas tarefas à outras mulheres pobres e com pouca instrução, resultando na chamada feminização da pobreza.

Segundo o Observatório das Desigualdades, mantido pela Fundação João Pinheiro⁷, “esse fenômeno ocorre relacionado, sobretudo, à omissão de um companheiro em compartilhar as responsabilidades e o ônus do sustento da família” (2021, online).

6 Dois dos melhores exemplos desta divisão sexual do trabalho que a maioria da população provavelmente tenha experimentado são as festas escolares em que meninas levam um prato de comida enquanto meninos levam bebidas, e as lojas de brinquedos que vendem bonecas-bebês para as meninas.

7 DESIGUALDADES, Observatório das. Desigualdade de gênero na pobreza e três pontos para seu enfrentamento. 2021, online. Disponível em: ><http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=1534><. Acesso em 01 mar. 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se dedicou a dar visibilidade a discriminação histórica sofrida pelas mulheres nos ambientes de trabalho, bem como no impedimento de atuação delas no mercado de trabalho quando fossem casadas, uma vez que tal atuação dependeria da autorização do marido.

Vencida a fase histórica da proibição e conquistado o direito de trabalhar sem o consentimento marital, de acordo com o Estatuto da Mulher Casada, este trabalho focou-se na ascensão feminina em cargos e postos de chefia. Contudo, ao atingir postos mais elevados, as mulheres das classes mais abastadas não se livraram do encargo social dos cuidados com o lar e com a prole, delegando tais funções às mulheres pobres e menos instruídas surgindo, deste modo, o fenômeno da feminização da pobreza.

São estas mulheres menos instruídas e pobres que compõem o maior contingente de empregados domésticos do mundo, no qual as mulheres representam mais de 92%, e que não possuíam quaisquer direitos trabalhistas e previdenciários até a promulgação da Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015, a Lei do Trabalho Doméstico.

A cultura patriarcal, cuja visão cultural machista de que a mulher fora feita para os afazeres do lar e cuidados com a prole, resultou na desvalorização do trabalho doméstico que, por sua vez, fez com que mulheres instruídas e bem remuneradas ainda tivessem que administrar tais tarefas e, dispondo de meios financeiros, passaram a remunerar outras mulheres para que as desempenhassem.

Convém destacar que tal encargo social nunca foi masculino, pois na legislação trabalhista nacional a garantia de licença-maternidade à mulher, por exemplo, reforça o já enraizado entendimento de que é só dela o dever de prestar cuidados a prole. Assim, em pleno Século XXI faz-se necessária, ainda, planos e políticas públicas que eduquem meninos e meninas na primeira infância de modo que as tarefas domésticas e deveres de cuidados sejam compartilhados e não encarados como trabalhos femininos.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Luiz Alberto David. Princípios constitucionais, efetividade e a proteção da mulher. In.: Manual dos direitos da mulher / coord. Carolina Valença Ferraz [et al.] – São Paulo: Saraiva, 2013. Online.

BRASIL. Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis no 8.212, de 24 de julho de 1991, no 8.213, de 24 de julho de 1991, e no 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do ¹³⁶

art. 3o da Lei no 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei no 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Disponível em: >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp150.htm<. Acesso em 16 ago. 2021, às 11h09.

_____. Código Civil. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm<. Acesso em 16 ago. 2021, às 11h06.

DESIGUALDADES, Observatório das. Desigualdade de gênero na pobreza e três pontos para seu enfrentamento. 2021, online. Disponível em: ><http://observatorio-desigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=1534><. Acesso em 01 mar. 2022.

GUEDES, Moema de Castro; ALVES, José Eustáquio Diniz. A população feminina no mercado de trabalho entre 1970-2000: particularidades do grupo com nível universitário. Disponível para download em: ><http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1307/1271>< Acesso em 02 mar. 2021.

IBGE. Estatísticas de Gênero. Disponível em: ><https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,1,2,-2,3,4,13,48,128&ind=4699><. Acesso em 01 mar. 2022.

MACHADO, Monica Sapucaia. Direitos das mulheres: ensino superior, trabalho e autonomia / Monica Sapucaia Machado. – São Paulo: Almedina, 2019.

MASSMAN, Débora; BRASIL, Patrícia. Mulher e Vulnerabilidade no direito brasileiro: uma questão de sentidos. In: BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; ANDRADE, Denise Almeida de; MACHADO, Mônica Sapucaia. Mulher, Sociedade e Vulnerabilidade. Erechim – RS: Editora Deviant LTDA., 2017, p. 43 – 63.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. C156 - Sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores: Trabalhadores com Encargos de Família. Disponível em: >https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242709/lang--pt/index.htm<. Acesso em 04 mar. 2021.

_____. Convenção e Recomendação sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos. Disponível em: >https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_169517.pdf<. Acesso em 15 ago. 2021, às 21h26.

_____. Trabalho doméstico. Disponível em: ><https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm><. Acesso em 15 ago. 2021, às 21h05.

RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos / André de Carvalho Ramos – 7. ed. – São Paulo: Saraiva educação, 2020.

RESENDE, André Lara; FRAGA NETO, Arminio; BACHA, Edmar et al. Economia brasileira: notas breves sobre as décadas de 1960 a 2020. Disponível para download em: ><http://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2018/02/180207ECONOMIA-BRASILEIRA.pdf><. Acesso em 04 mar. 2021.

WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação dos direitos das mulheres / Mary Wollstonecraft; tradução e notas de Andreia Reis do Carmo. – São Paulo: EDIPRO, 2015.

PRECONCEITO LINGUÍSTICO: UM FENÔMENO NATURAL OU SOCIAL? ¹

ARAUJO, Renata Rebouças
CORANI, Sue Ellen
REZZAGHI, Katia Cristina
SOUZA, Juliana C.²

RESUMO

Este estudo busca refletir sobre os diferentes falares do povo brasileiro, suas regionalidades, peculiaridades de pronúncia dentro de um determinado grupo de indivíduos, suas escolhas lexicais entre as diferentes estruturas familiares e a diversidade de manifestação linguística da Língua Portuguesa. Com objetivo de refletir sobre o preconceito linguístico, principalmente sobre o mito de que as pessoas sem instrução falam errado, discorreu-se sobre estes aspectos no presente artigo. Como pressupostos para análise, exploramos a heterogeneidade da língua e os aspectos que contribuem para sua construção e variação; baseados nos estudos de Bagno (2007), Saussure (1976) e Bakhtin (1997). Além disso, abordamos fenômenos presentes na oralidade do português coloquial, com o intuito de compreender se o que é considerado erro na fala, tem uma explicação lógica e científica, ou se tal preconceito origina-se de concepções gramaticais advindas da norma culta do português.

Palavras-chave: preconceito linguístico, variação linguística, A língua de Eulália.

ABSTRACT

This study reflects on the different speeches of the Brazilian people, their regionalities, speech peculiarities within a certain group of individuals, their lexical choices between different family structures and the diversity of linguistic manifestation of the Portuguese Language. In order to reflect on linguistic prejudice, mainly on the myth that uneducated people speak wrongly, these aspects were discussed in this article. As assumptions for analysis, we explore the heterogeneity of the language and the aspects that contribute to its construction and variation; based on studies by Bagno (2007), Saussure (1975) and Bakhtin (1997). In addition, we approach phenomena present in the orality of non-standard Portuguese, in order to understand if what is considered a speech error has a logical and scientific explanation, or if such prejudice originates from grammatical conceptions arising from the standard norm of the Portuguese.

Keywords: linguistic prejudice, linguistic variation, Eulalia's language.

1. INTRODUÇÃO

O preconceito linguístico é um fenômeno natural da língua ou está relacionado ao que é considerado “certo” por determinadas pessoas? A partir dessa indagação buscamos explorar as diferentes possibilidades de fala de um indivíduo, que pode ser determinada

¹ Texto apresentado como trabalho final na disciplina de Linguística, curso de Letras, ministrada pela professora Dra. Juliana Chaves. FACCAMP 2022

² Orientadora

por questões sociais, de idade, gênero entre outros; a fim de compreender a variedade linguística e como ocorrem as mudanças nos modos de falar.

Com ênfase nesse objetivo, discorreremos a respeito do preconceito linguístico, mais especificamente sobre o mito nº4, do livro *Preconceito Linguístico*: “As pessoas sem instrução falam tudo errado” (Bagnó, 2007). Para tal, será explorado a heterogeneidade da língua e os aspectos que contribuem para sua construção e variação. Posteriormente, serão abordados alguns fenômenos presentes na oralidade do português falado no Brasil, que podem sofrer influências baseadas na origem e evolução da língua, como o: rotacismo, o “yeísmo” e a desnasalização de vogais postônicas; e influências fonéticas, como: a assimilação, a contração das palavras proparoxítonas em paroxítonas, a harmonização vocálica e o marcador único de plural. Esses fenômenos não seguem as regras pré-determinadas da gramática da norma padrão, deste modo, apresentarmos aspectos fonéticos/fonológicos e evolutivos da língua faz esse estudo essencial para compreender que aquilo que é considerado “erro” pode ter uma explicação lógica e científica, e, ao desvendar tais aspectos, pode-se desmistificar a percepção de que pessoas sem instrução falam errado. Tomamos, nesta abordagem, apenas alguns aspectos que consideramos fundamentais diante de um amplo contingente de pesquisas necessárias para compreensão da variação linguística.

2. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA:

O primeiro ponto a considerar é que nenhuma língua é homogênea, basta analisar as diferenças presentes entre o Português de Portugal e o Português brasileiro. Essa variação, denominada geográfica, vai além da diferença lexical para designar um mesmo signo, já que também compreende a fonética e a estrutura morfossintática da língua. Além disso, se considerarmos um mesmo território e restringir a análise ao português falado apenas no Brasil, é possível notar a existência de diferentes dialetos pronunciados regionalmente, de norte a sul do país.

O curso de linguística geral lecionado por Ferdinand de Saussure e publicado, pela primeira vez, por seus alunos em 1916, apresenta a variação geográfica através de uma reflexão de que mesmo que fosse possível identificar um padrão homogêneo de uma língua em um determinado território, com população fixa e sem influências linguísticas externas, depois de certo tempo essa língua sofreria alterações e não seria mais a mesma. Segundo Saussure (1975), a evolução não será uniforme em toda a superfície do território, mas variará de acordo com os lugares; “jamais se comprovou que uma língua se modificasse da mesma maneira na totalidade do seu domínio” (Saussure, 1975). Isso ocorre porque a língua é viva e dinâmica e se desenvolve com o passar do tempo de acordo com a necessidade de cada sociedade.

Além dos fatores geográficos e regionais, diversos outros aspectos contribuem para formação de uma língua, dentre eles, podemos considerar o período histórico, a miscigenação da sociedade: mesclando diversas línguas ou preservando a língua de um determinado povo como forma de manter sua cultura (no Brasil, por exemplo, é possível catalogar mais de duzentas línguas falada pelas comunidades indígenas); o nível socioeconômico; a faixa etária; as questões de gênero e o nível de instrução. Em sua obra: *A Língua de Eulália*, Bagno (2006) explora essas diversas multiplicidades e traz um exemplo, através de uma de suas personagens, de como determinado indivíduo deveria classificar a língua, caso ele quisesse ser exato ao se referir a sua fala. Essa classificação se daria de tal forma: esta é a língua portuguesa, falada no Brasil em 2001, na região Sudeste, no estado e na cidade de São Paulo, por uma mulher branca, de 21 anos, de classe média, professora primária, cursando universidade (Bagno, 2006). A obra se apropria das diferentes variações para desmistificar o preconceito linguístico que paira na comparação entre a norma culta, ou também chamada de português padrão, e o português coloquial, que está ligado à oralidade e seria determinado por fenômenos linguísticos que não seguem as regras pré-determinadas pela gramática.

Podemos acrescentar, também, a essa variação a perspectiva de gêneros discursivos de Bakhtin que discorre a respeito das diversas formas de estruturação de enunciados e variam de acordo com suas funções. “Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 1997). Ou seja, mesmo que um indivíduo se aproprie da norma padrão da língua portuguesa em sua comunicação, ela ainda será utilizada de diferentes formas a depender do contexto em que é empregada

3. “ERRADO” SOB QUAL PERSPECTIVA?

Compreende-se, então, que a língua varia devido a uma infinidade de fatores. Dentro dessa pluralidade, alguns dialetos são considerados errados ou desprestigiados, desfavorecendo não apenas a língua; mas também a identidade cultural da população falante, isto se dá porque essas variações não seguem as regras do português padrão. Tomando esses fatores como análise é possível perceber que por trás do que é classificado como “erro” de fala de um indivíduo, existe uma explicação lógica ou científica. Outro ponto que não se pode descartar é o fato de que esses “erros” se fazem presentes principalmente na oralidade, pois a fala é um fenômeno individual e dinâmico, além de se considerar o contexto e a velocidade de produção, características que tendem a ser diferentes da modalidade escrita do português. Trataremos desses pontos a seguir:

4. MUDANÇAS LINGÜÍSTICAS E DIACRÔNICAS DO PORTUGUÊS:

Alguns fenômenos fonéticos e fonológicos estão presentes no português não-padrão e ao serem analisados diacronicamente, notam-se algumas “regras”, que foram aplicadas na evolução e construção do português padrão do Brasil, das quais o português não-padrão também se apropriou, seja de forma consciente ou não. Um indivíduo que troca o // por /r/, por exemplo, dizendo Cráudia ao invés de Cláudia, pode ser ridicularizado e discriminado pela sua fala “errada”, mas, na verdade ele está se apropriando de uma regra de evolução da língua chamada rotacismo. O rotacismo é mudança fonética que consiste na substituição de um som, ou uma sibilante sonora. De acordo com essa regra, antigamente existia um L na ortografia de algumas palavras com encontros consonantais e com o passar do tempo esse L foi substituído pelo R, como pode-se notar no quadro abaixo:

PORTUGUÊS PADRÃO	ETIMOLOGIA	ORIGEM
Branco	Blank	Germânico
Brando	Blandu	Latim
Cravo	Clavu	Latim
Dobro	Duplu	Latim
Escravo	Sclavu	Latim
Fraco	Flaccu	Latim
Frouxo	Fluxu	Latim
Grude	Glúten	Latim
Obrigar	Obligare	Latim
Praga	Plaga	Latim
Prata	Plata	Provençal
Prega	Plica	Latim

Fonte: BAGNO, 2007.

Houve, inclusive, uma época em que havia liberdade de escolha entre as letras L ou R em palavras com encontros consonantais, e o próprio Camões em Os Lusíadas, escreve ora “ingrês” ora “inglês”. (BAGNO, 1997).

Outrossim, analisando as influências sob a perspectiva diacrônica, há um fenômeno chamado “yeísmo” que transforma o som //h/ em /i/ que também se apropria da escrita anteriormente utilizada no latim, nesse caso considerando a evolução da palavra telha: do latim tégula> teg’la> tegla> teyla> teyla> telha. Não é incomum se deparar com um indivíduo que fale “teia”. Além da evolução, essa fala pode ocorrer devido à proximidade dos pontos de articulação para reproduzir esses sons, o //h/ é articulado tocando o céu da ¹⁴²

boca com a ponta da língua, e o som de /i/ é articulado muito próximo, para esse fenômeno também podemos dar o nome de assimilação. Vale citar que esse fenômeno acontece em outras línguas como no Espanhol e no Francês, este que atualmente considerada o /i/ como padrão em palavras que no século anterior eram pronunciadas com /lh/.

Além dos fenômenos diacrônicos influenciados pela evolução histórica, há outros que são fonéticos e que se fazem presentes na variação não-padrão do português, pois como já citado, a língua falada é mais dinâmica e mais rápida que a modalidade escrita. Dentro da fonologia, há o processo de assimilação que reduz o som de /nd/ para /n/, como, por exemplo, a palavra “comendo” que se torna “comeno”. Isso acontece, pois ambos os sons são produzidos no mesmo ponto de articulação, sendo chamados de consoantes dentais. O mesmo ocorre com o som de /mb/ que se torna apenas /m/ ex: “também” que se torna “tamém”, o mesmo caso de se utilizar o mesmo ponto de articulação, mas agora com consoantes bilabiais.

Pode-se considerar ainda a harmonização vocálica de vogais pretônicas que ocorre quando as vogais E e O são pronunciadas como /i/ e /u/, sendo produzidas de forma mais fechada gerando uma harmonização na fala, geralmente quando a vogal tônica é o /i/, como em “midida” e “cumida”; a contração das proparoxítonas em paroxítonas, como em “fósfro” ao invés de “fósforo”, e isso ocorre porque o ritmo natural da nossa língua é paroxítono; a desnasalização de vogais postônicas, que também vem da evolução do latim, já que algumas palavras que possuíam uma consoante nasal na última sílaba, perderam essa nasalização com o passar do tempo, como em *nomen* que se tornou nome, por isso é comum se deparar na oralidade com pronúncias como “onte”; e por fim, as marcas redundantes do plural do português padrão que não se fazem presente no português-não padrão, pois este faz uso apenas de um marcador, geralmente o artigo ou a primeira palavra de uma frase para marcar um número maior que um, como pode-se observar na música Cuitelinho, apud (Bagno 1997):

- Cheguei na bera do porto / onde as onda se espaia
- As garça dá meia volta, / senta na bera da praia
- Eu entrei no Mato Grosso, / dei em terras paraguaia
- Lá tinha revolução, / enfrentei fortes bataia
- E os oio se enche d’água (BAGNO, 1997)

Vale citar que a língua inglesa também se apropria, em sua forma padrão, de apenas um marcador de plural, como no exemplo “My beautiful yellow flowers died yesterday” (Bagno, 1997) em que apenas o substantivo recebe o marcador de plural.

Após essas análises, compreende-se que a forma não-padrão do português segue uma determinada regularidade estabelecida pelo contexto e pelos próprios falantes, enquanto a norma culta segue as normas e regras que exigem estudos, treinamento e sistematização para serem reproduzidas. Diferentemente desta última, o Português coloquial se baseia no curso natural da língua, com regras reproduzidas automaticamente na oralidade. Não podemos deixar de citar, também, que a fala se dá antes da escrita, ou seja, os enunciados se formam dinamicamente dentro de um contexto social e cada formação discursiva carrega a história da língua e de seu povo. Por isso a importância do estudo diacrônico para compreender como e porque a língua atual se determina. De acordo com Bakhtin:

Os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso, são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua. Nenhum fenômeno novo (fonético, lexical, gramatical) pode entrar no sistema da língua sem ter sido longamente testado e ter passado pelo acabamento do estilo-gênero. (BAKHTIN, 1997)

Assim, questionamos o que leva, então, ao preconceito que classifica como “erro” o discurso alheio, principalmente o de pessoas com menor nível de instrução? Pode-se dizer que estamos diante de um reflexo de dominação social. Para entender essa questão, deve-se voltar um pouco mais no tempo e considerar a Revolução Francesa de 1789. Segundo Bagno (1997) A Revolução Francesa levou a burguesia ao mais alto nível de poder econômico e social sendo composta pelos comerciantes, banqueiros etc. Essa mudança não foi só um processo que afetou as classes sociais, mas também foi uma transformação linguística:

A Revolução francesa de 1789 tirou do poder a classe social dos aristocratas, nobres e grandes proprietários de terras. No lugar deles ela colocou outra classe social, a dos burgueses comerciantes, banqueiros e industriais da cidade. A mudança de classe social também significou mudança de variedade linguística dominante.[...] No antigo regime [...], a fala dos burgueses era ridicularizada, tratada com desprezo pelos aristocratas, exatamente como o português não-padrão do Brasil é tratado pelos falantes escolarizados. (BAGNO, 1997).

Ou seja, a língua predominante em uma nação é a língua da classe dominante que tende a tratar com desprezo o que é diferente, que não se adequa as suas regras de funcionamento. A norma-padrão é aquele modelo ideal de língua que deve ser usado pelas autoridades, pelos órgãos oficiais, pelas pessoas cultas, pelos escritores e jornalistas, aquele que deve ser aprendido e ensinado na escola. (BAGNO, 1997). A burguesia, que em dado momento já foi revolucionária, se torna conservadora para se manter no poder, refletindo a luta de classes sociais através de língua, levando, assim, 144

a valorização apenas de uma norma que se adéqua a sua padronização. Conforme o estudo do Marxismo e filosofia da linguagem Bakhtin, “a classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente” (BAKHTIN, 2006).

Consequentemente, a norma culta do Português é prestigiada devido ao investimento e escolarização a ela aplicada, permitindo assim que a língua possua um vocabulário extenso e determinado, seja composta por uma amplitude de termos técnicos, possua determinadas construções sintáticas consideradas refinadas ou elegantes, e dessa forma, se torne um modelo a seguir. Nestas condições, qualquer variedade da língua falada no Brasil, ao receber o mesmo investimento, poderia se tornar um padrão oficial a ser utilizado. Isto aconteceu na Nova Zelândia com a língua Maori, que antes era discriminada por pertencer ao povo nativo e hoje é uma das línguas oficiais do país sendo utilizada nos mais diversos campos de estudo e esferas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo pode-se observar que as variações presentes em uma língua estão associadas a questões sociais e a diversos fenômenos de caráter históricos, fonéticos e fonológicos. Muitas vezes, essas variações são classificadas como ‘erro”, porém, tratam-se, na verdade, de uma questão de poder sublinhada pelas classes dominantes, pois, através da língua padronizada por meio de investimentos e escolarização, a classe que controla os processos econômicos e políticos faz uso da norma culta, bem como de suas regras e normas, para discriminar o que é diferente. Um exemplo disso, é quando um indivíduo que fala “ingual” (com nasalização do /i/) é recriminado, enquanto a palavra “mui(n)to, já faz parte de uma pronúncia considerada comum e amplamente usada na sociedade. Assim sendo, conclui-se que “errado” é o preconceito e a falta de conhecimento cultural. Portanto, as muitas variações de falas que existem no Brasil e no mundo são riquezas da humanidade, que mostra quão diversos, diferentes e criativos a língua e seus indivíduos são, pois se adaptam a sua história e ao seu contexto; este fenômeno independe de padrões impostos.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. Preconceito Linguístico. 49. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2007.

_____, Marcos. A língua de Eulália: novela sociolinguística. 15. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 2. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997.

_____, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. 12. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2006.

SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein Cultrix, São Paulo: 1975.

TÉCNICAS DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL PARA A DENGUE

FURQUIM, Camila Hirahara
SANTOS, José Luis da Rocha

RESUMO

A dengue é uma doença infecciosa febril aguda causada por um vírus pertence à família Flaviviridae, do gênero Flavivírus. O vírus da dengue possui quatro diferentes sorotipos, DEN-1, DEN-2, DEN-3 e DEN-4, transmitidos pela picada da fêmea, infectada, do mosquito *Aedes aegypti*. A infecção pelo vírus da dengue pode causar a manifestação das formas clássica ou hemorrágica da doença. Os principais sintomas da forma clássica da dengue são: febre, cefaleia, dor nas articulações, diarreia, náuseas e manchas vermelhas pelo corpo. Na forma hemorrágica, além destes sintomas estão presentes pelo corpo sangramento, que pode levar o indivíduo à óbito. O diagnóstico laboratorial da dengue pode ser feito através de testes imunocromatográficos, ELISA (imunoenzimático), teste de Inibição de Hemaglutinação (IH), teste de fixação de complemento (FC), teste de neutralização por redução em placas (PRNT), isolamento viral e transcrição reversa seguida da reação em cadeia da polimerase (RT-PCR). Devido à falta de vacina e os sintomas semelhantes com outras enfermidades, o diagnóstico rápido e preciso constituir um fator essencial no tratamento da dengue. Neste contexto o biomédico é o principal profissional especializado nas técnicas laboratoriais necessárias para estudar o vírus da dengue contribuindo para o diagnóstico precoce desta doença.

Palavras-chave: Dengue. Diagnóstico da dengue. Diagnóstico laboratorial.

ABSTRACT

Dengue is an acute febrile infectious disease caused by a virus belonging to the Flaviviridae family, of the Flavivirus genus. The dengue virus has four different serotypes, DEN-1, DEN-2, DEN-3, and DEN-4, transmitted by the bite of an infected female *Aedes aegypti* mosquito. Dengue virus infection can cause the classic or hemorrhagic forms of the disease to manifest. The main symptoms of the classic form of dengue are fever, headache, joint pain, diarrhea, nausea, and red spots on the body. In the hemorrhagic form, these symptoms are present by the body bleeding, which can lead the individual to death. The laboratory diagnosis of dengue can be done through immunochromatographic tests, ELISA (immunoenzymatic), Hemagglutination Inhibition (HI) test, complement fixation test (FC), plaque reduction neutralization test (PRNT), viral isolation and reverse transcription followed by polymerase chain reaction (RT-PCR). Due to the lack of vaccines and similar symptoms with other diseases, rapid and accurate diagnosis is an essential factor in the treatment of dengue. In this context, the biomedical is the main professional specialized in the laboratory techniques necessary to study the dengue virus, contributing to the early diagnosis of this disease.

Keywords: Dengue. Dengue diagnosis. Laboratory diagnosis

1. INTRODUÇÃO

A dengue é uma doença infecciosa febril aguda causada por um vírus pertence à família Flaviviridae, do gênero Flavivírus. O vírus da dengue possui quatro diferentes sorotipos, DEN-1, DEN-2, DEN-3 e DEN-4. A transmissão do vírus da dengue é feita pela picada da fêmea, infectada, do mosquito *Aedes aegypti*, presente em diferentes regiões tropicais de todo o mundo, este vetor também é responsável pela transmissão da febre amarela, zika e chikungunya (SILVA, 2019).

A infecção pelo vírus da dengue pode resultar em dois tipos principais da doença: a) dengue clássica, caracterizada por sintomas de febre alta, dores de cabeça, atrás dos olhos e no corpo, náuseas, vômitos, coceira e manchas na pele, b) dengue hemorrágica, que apresentam os mesmos sintomas da dengue clássica, porém, com a presença de hemorragias, que surgem devido a lesão em vasos sanguíneos da pele ou de órgãos internos, podendo levar a insuficiência circulatória (DALBEM et al., 2014).

A doença acomete cerca de 50 milhões de pessoas por ano, as primeiras notificações de epidemia ocorreram em 1979 na Ásia, África e Américas, sua primeira identificação no Brasil foi em 1986, atualmente encontra-se distribuído por todo o território nacional os 4 sorotipos virais (FILHA et al., 2019).

O diagnóstico da dengue é baseado em dados clínicos, epidemiológicos e laboratoriais. Entre os métodos laboratoriais destacam-se sorologia, NS1, isolamento viral e imunoensaio (Mac-ELISA), entretanto a principal limitação das técnicas imunológicas é a alta reatividade cruzada, não só entre os quatro tipos da dengue, mas também em relação ao flavivírus. Neste contexto a biologia molecular, através da técnica de RT-PCR, se mostra uma importante metodologia com ensaios rápidos sensíveis e específicos (XAVIER et al., 2014).

O presente estudo consiste em uma pesquisa descritiva exploratória realizada por meio de um levantamento bibliográfico com abordagem qualitativa e quantitativa, tendo como objetivo abordar as diferentes técnicas de diagnóstico laboratorial da dengue.

2. TÉCNICAS LABORATORIAIS UTILIZADAS NO DIAGNÓSTICO DA DENGUE

Atualmente, a dengue é um importante problema de saúde pública do Brasil. A presença de seu principal vetor, a fêmea, infectada, do mosquito *Aedes aegypti*, o aumento da urbanização, o desenvolvimento econômico, o aumento da velocidade do tráfego aéreo e terrestre, falta de saneamento básico, aumento de locais que são potenciais criadouros do mosquito e condições climáticas favoráveis, com predomínio de chuva, representam fatores determinantes para o aumento e facilidade da transmissão desta doença. (TEIXEIRA et al., 2003).

Devido à falta de vacina e os sintomas semelhantes com outras enfermidades, o diagnóstico rápido e preciso constituir um fator essencial no tratamento da dengue. As principais técnicas laboratoriais utilizadas para esta finalidade são:

a) Testes Rápidos Imunocromatográficos

Os testes rápidos imunocromatográficos são qualitativos de detecção precoce, tem como principais vantagens a simples execução e rápida obtenção de resultado ainda na fase inicial da doença, geralmente são utilizados para triagem inicial recomenda-se amostra ser coletada até o terceiro dia de sintomas, pode ser utilizado sangue, soro ou plasma (PRADO, 2015).

O método de identificação pode variar de acordo com cada marca de teste podendo ter a capacidade de detectar anticorpos IgM e IgG e também a proteína NS1 de circulação livre do vírus da dengue. Os testes rápidos possuem moderada sensibilidade, 50% a 70%, e especificidade maior que 90% (XAVIER et al., 2014).

O teste comparado com outras metodologias de referência mostra-se com maior desempenho quando analisado em conjunto com mais de um componente, combinando resultados do anticorpo IgM e antígeno NS1 para maior acurácia. Em relação a detecção do NS1 a sensibilidade e especificidade mostram-se em 48 a 59% e 92 a 99% respectivamente, quanto ao IgM os resultados são de 70 a 80% e 46 a 90% respectivamente, com a combinação dos resultados a sensibilidade pode chegar a 93% e especificidade a 89%. Tem como principais limitações a moderada sensibilidade, o teste NS1 negativo não exclui a possibilidade da doença e em casos de infecção secundária ela ainda se torna mais baixa comparada com infecções primárias. Além disso o método não permite a identificação do sorotipo viral (BLACKSELL et al., 2011).

b) ELISA

O MAC-ELISA (IgM Antibody Capture-ELISA) é um teste sorológico de captura de anticorpos e antígenos específicos. O princípio do teste consiste na detecção específica de IgM anti-dengue no soro através de sua captura por anticorpos anti-IgM humano. Trata-se de um teste rápido, prático, de alta especificidade e sensibilidade, que permite a detecção quantitativa e qualitativa dos anticorpos (VALERO et al., 2006).

Este método não detecta a doença na fase inicial e apresenta alta reatividade cruzada com os anticorpos de diferentes flavivírus resultando em falsos-positivos e falsos-negativos (CASTRO, 2020).

c) Teste de Inibição de Hemaglutinação (IH)

O princípio do teste consiste na capacidade dos anticorpos específicos para a dengue, presentes na amostra de soro, inibirem a aglutinação dos eritrócitos. Este teste permite a classificação da resposta imunológica entre infecções primárias e secundárias, sendo um teste ideal para estudos soro-epidemiológicos, além de possuir a capacidade de detecção de anticorpos IgM e IgG (PAVANI, 2019).

Em caso de infecção primária os anticorpos podem ser detectados a partir do quinto dia após o início dos sintomas e em infecção secundária podem ser detectados entre dois e três dias. Para realizar o teste é necessário amostras pareadas de soro ou plasma coletadas na fase aguda e convalescentes da doença com intervalo de sete dias entre elas para confirmar o diagnóstico e monitorar a soroconversão, além de ser usado para fins de diagnósticos também pode determinar o status imunológico após vacinação (SOUSA, 2019)

O teste de IH tem como desvantagens a falta de especificidade, o teste não é preciso na distinção de infecções entre os Flavivirus e não faz a distinção entre os sorotipos virais, porém por um longo período foi considerado padrão ouro, por sua alta sensibilidade e execução relativamente fáceis (CONCEIÇÃO, 2021).

d) Teste de Fixação de Complemento (FC)

O teste de fixação de complemento baseia-se no princípio de que o complemento será consumido durante a reação antígeno-anticorpo. Esses anticorpos detectados são muito específicos na infecção primária contribuindo para a determinação do sorotipo (REIS, et al., 2021).

Este teste apresenta pouca aplicação na clínica e não é utilizada na rotina pela sua difícil execução, pouca praticidade e baixa sensibilidade (PERTEJO et al., 2020),

e) Teste de Neutralização por Redução em Placas (PRNT)

A técnica de neutralização por redução de placas consiste na inoculação do vírus em linhagens celulares, baseia-se na interação entre vírus e anticorpo, resultando na inativação viral através dos anticorpos neutralizantes. Representa um dos testes mais específicos para os quatro sorotipos da dengue, sendo considerado padrão ouro na pesquisa sorológica de flavivírus. As principais desvantagens desta técnica são a diferença de interpretação de resultados, o alto custo, a complexidade da técnica, o longo tempo de realização e a sua difícil aplicação na diferenciação de infecções secundárias e terciárias (PERTEJO et al., 2020),

f) Isolamento Viral

O isolamento viral em muitos casos é usado como técnica de referência por ser um método de alta especificidade e sensibilidade, para detecção e classificação do sorotipo do DENV, para a identificação é utilizada a técnica de Imunofluorescência. O isolamento deve ser feito no período de viremia, até cinco dias após o aparecimento dos sintomas a técnica é feita por inoculação viral de amostras. A coleta deve ser realizada até o quinto dia do início dos sintomas, pois para obter o isolamento é necessário que na amostra tenha presença de partículas virais integras para não comprometer o resultado com falso-negativo, após o terceiro dia do início dos sintomas os anticorpos começam a aumentar interferindo na sensibilidade do isolamento, entre o quarto e sexto dia da doença a sensibilidade diminui comparada com períodos anteriores (RABELO et al., 2020).

O método apresenta algumas desvantagens como tempo para obtenção de resultado (o procedimento leva cerca de 7 a 10 dias para ser finalizado), a necessidade de instalações apropriadas e condições específicas para conservação dos materiais utilizados, além do risco de infecção laboratorial e a necessidade de criação e manutenção de insetário para produção de uma grande quantidade de mosquitos (SILVA, 2019),

g) Transcrição Reversa seguida da Reação em Cadeia da Polimerase (RT-PCR)

Métodos moleculares baseiam-se na detecção do RNA viral por transcriptase reversa e reação da cadeia polimerase (RT-PCR) convencional e em tempo real utilizados para detecção precoce é considerada a metodologia referência para o diagnóstico molecular de DENV no Brasil, devido sua rapidez e precisão. A metodologia de RT-PCR em tempo real combina amplificação, detecção e quantificação diretamente na plataforma de instrumentação sem a necessidade de manipulação pós amplificação considerado um sistema fechado ou homogêneo, a detecção é realizada através de marcadores fluorescentes e métodos de mensuração da fluorescência de produtos amplificados emitidos. Tem como vantagem a possibilidade de detectar mais de um alvo e analisar os resultados de forma qualitativa e quantitativa. As coletas devem ser feitas a partir do terceiro dia e até o sétimo dia do início dos sintomas em amostras de soro, urina ou saliva, entretanto amostras de soro mostrou-se com um percentual maior de sensibilidade comparada com as demais, sugerindo ser mais indicada para o diagnóstico (SILVA, 2019).

O teste apresenta especificidade de 89 a 100% na fase aguda, também pode ser usado no início da fase de convalescença, apresentando menor sensibilidade de 93,2% e com especificidade de 100% para ambos. As técnicas moleculares tem como vantagem a detecção no início da doença, redução do tempo para realização do teste. No entanto

existem requisitos limitantes para aplicação de métodos como alto investimento em infraestrutura, materiais e equipamentos (BOTELHO, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dengue constitui um importante problema de saúde pública, sendo uma causa considerável de morbidade e mortalidade na população brasileira, sendo assim a identificação clínico-laboratorial precoce é de extrema importância, para um diagnóstico de forma efetiva é necessário o conhecimento dos testes em casos de suspeita para investigação e comprovação da doença.

Atualmente, várias técnicas estão disponíveis, cada uma com suas vantagens e limitações, por meio deste estudo através da pesquisa na literatura foi possível realizar uma análise comparativa entre os diferentes métodos laboratoriais de diagnóstico da dengue, abordando qual a melhor alternativa na identificação de casos dos pacientes. A análise das metodologias dos testes evidencia a necessidade de conhecimento e compreensão de todo o processo que contém em cada método, envolvendo acurácia, custos, grau de complexidade e a realidade de cada cenário.

O presente estudo demonstrou que o RT PCR apresenta altas taxas de sensibilidade na fase aguda da doença, usada em conjunto com o ELISA aplicado no final do período de infecção pode reduzir significativamente as taxas de falso-negativo ambas a obtenção do resultado é rápida e são relativamente acessíveis a população. Porém mediante a realidade da saúde pública no Brasil o teste rápido é uma alternativa que obteve resultados satisfatórios de desempenho para detecção na fase aguda e ativa da doença, quando combinado a análise de mais de um componente como antígeno e anticorpo a sensibilidade pode chegar até 93%, além da vantagem de ser um teste de fácil execução para aplicação nos sistemas de saúde (o resultado é disponibilizado quase que instantaneamente).

O RT PCR é considerado padrão ouro solicitado em caso de suspeita de dengue, mediante avaliação recomenda-se realização de um método adicional em pacientes que demoram a procurar o serviço de saúde, pois podem estar na fase convalescente podendo ser necessário realizar o teste ELISA para obtenção de resultados confiáveis.

Portanto é essencial seja para o profissional biomédico ou médico o conhecimento e uma análise comparativa do papel dos testes e aplicação em cada fase da replicação do vírus, devido às limitações de alguns testes os resultados ficam comprometidos possibilitando um falso positivo ou negativo, sendo assim condiz uma avaliação interdisciplinar em conjunto com o responsável pela execução e liberação do exame como cabe ao soli-

citante do teste a avaliação do caso do paciente e a concordância dos resultados obtidos para um diagnóstico correto.

REFERÊNCIAS

BLACKSELL, STUART D. et al. Evaluation of six commercial point-of-care tests for diagnosis of acute dengue infections: the need for combining NS1 antigen and IgM/IgG antibody detection to achieve acceptable levels of accuracy. *Clinical and Vaccine Immunology*, v. 18, n. 12, p. 2095-2101, 2011.

BOTELHO, PEDRO HENRIQUE DIAS et al. Aplicação de um algoritmo para avaliação do desempenho de testes diagnósticos para dengue durante epidemia no Centro-Oeste, Ministério da Saúde. 2017.

CASTRO, KARLA PATRÍCIA RIBEIRO. Desenvolvimento de imunoensaio eletroquímico para detecção de anticorpos anti-Zika vírus visando o diagnóstico da doença. Dissertação de Mestrado. 2020.

CONCEIÇÃO, PÂMELA JÓYCE PREVIDELLI DA. Identificação da presença do vírus da dengue e do vírus Zika em amostras de soro e urina no município de Mirassol, São Paulo. 2021.

DALBEM, ALEXANDRE GARCIA ET AL. Dengue clássica e febre hemorrágica da dengue: etiologia, fisiologia, epidemiologia e fatores de risco. *Revista Ciência e Estudos Acadêmicos de Medicina*, v. 1, n. 01, 2014.

FILHA, LINDOMAR GUEDES FREIRE ET AL. Evolução da dengue no mundo. *Revista Gestão & Tecnologia*, v. 1, n. 28, p. 33-50, 2019.

PAVANI, DÉBORA FERNANDA PEDROZO. Imunidade cruzada entre os principais arbovírus de importância em saúde pública no Brasil-Revisão Sistemática. 2019.

PERTEJO, MARIA T. VAZQUEZ, MD, FACP, WELLINGTON. Regional Medical Center. Exames imunológicos para doenças infecciosas. Manual MSD. 2020.

PRADO, PAULO SOUSA. Validação e confiabilidade do teste rápido SD Bioeasy Dengue Duo para o diagnóstico da dengue na rede de saúde pública do Distrito Federal. Dissertação de Mestrado. 2015.

RABELO, ANA CAROLINA LEMOS et al. Caracterização dos casos confirmados de dengue por meio da técnica de linkage de bancos de dados, para avaliar a circulação viral em Belo Horizonte, 2009-2014. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 29, p. e2019354, 2020.

REIS, LÚCIA ALINE MOURA; NETO, JOAQUIM PINTO NUNES. Ilheus virus: Revisão sobre um Arbovirus Emergente. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 4, p. 37675-37695, 2021.

SILVA, VERONICA LIPPI OLIVEIRA DA. Desenvolvimento de RT-PCR em tempo real para diagnóstico diferencial de chikungunya, dengue e Zika. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2019

SOUSA, ADRIANO ROBERTO VIEIRA DE et al. Avaliação sorológica e molecular de pacientes com quadro clínico de dengue símile atendidos no hospital das forças armadas. Dissertação de Mestrado. 2019.

TEIXEIRA, MARIA DA GLÓRIA et al. Dinâmica de circulação do vírus da dengue em uma área metropolitana do Brasil. *Epidemiologia e serviços de saúde*, v. 12, n. 2, p. 87-97, 2003.

USME-CIRO, JOSÉ A.; GÓMEZ-CASTAÑEDA, ALBA M.; GALLEGO-GÓMEZ, JUAN C. Detección molecular y tipificación del virus dengue por RT-PCR y PCR anidada usando oligonucleótidos mejorados. *Salud Uninorte*, v. 28, n. 1, p. 1-15, 2012.

VALERO, NEREIDA et al. Comparación entre los métodos de inmunocromatografía e inmunoensayo enzimático (ELISA) en el diagnóstico del dengue. *Kasmera*, v. 34, n. 1, p. 53-60, 2006.

XAVIER, ANA LÚCIA RAMPAZZO et al. Manifestações clínicas na dengue: diagnóstico laboratorial. *J. bras. med*, 2014.

TEMPOS DIFÍCEIS – A CRÍTICA SOCIAL AOS DESASTRES DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA POR CHARLES DICKENS

GONÇALVES, Christiane Laila Domingues
VILLANI, Fábio Luiz (Orientador)

RESUMO

Esta pesquisa abordará a importância social e histórica da obra *Tempos Difíceis* (*Hard Time*) de 1864 – assim como a vida do seu autor, Charles Dickens. Através da literatura, analisar-se-á a profundidade com a qual Dickens estruturou seu romance como meio de crítica, argumentada e contextualizada, no decorrer da obra, sobretudo, como e porquê o capitalismo extremo da Revolução Industrial Inglesa foi tão devastador para as classes sociais mais pobres e menos favorecidas.

Palavras-chave: Sociedade, Revolução Industrial, crítica, capitalismo, Inglaterra, identidade e Literatura.

Abstract

This research will address the social and historical importance of the *Hard Times* of 1864 - the life of its author, Charles Dickens. Through literature, it will be analyzed the depth with which Dickens structured his novel as a means of criticism, argued and contextualized, in the course of the work, first of all, how and why the extreme capitalism of the English Industrial Revolution was so devastating for the classes poorest and least favored social groups.

Keywords: Society, Industrial Revolution, criticism, capitalism, England, identity and Literature.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade inglesa do século XIX vivenciou uma transformação na sua estrutura econômica e social, com a chegada da Revolução Industrial, a Inglaterra foi dividida entre um grupo pequeno e selecionado de homens extremamente ricos e, do outro lado, uma maioria indiscutível de classes trabalhadoras pobres, excluídas socialmente e, principalmente, privadas de quaisquer direitos humanos, sobretudo, em relação ao trabalho.

É neste contexto que Charles Dickens decide representar, através de suas obras, a realidade triste e sombria causada pelo capitalismo extremo que muitas vezes eram despercebidas ou propositalmente ignoradas pela sociedade. Nesta pesquisa, o romance *Tempos Difíceis*, publicado originalmente como *Hard Times*, será analisado e, dessa forma, constatar-se-á como sua configuração tornou-se estrutura para um diálogo de críticas à revolução e princípios ingleses do século XIX em consolidação com as histórias apresentadas ao longo da obra.

2. Charles Dickens – breve biografia

Charles John Huffam Dickens, mais conhecido como Charles Dickens, nasceu em Landport, na Inglaterra no dia 07 de fevereiro de 1812, filho de Elizabeth Barrow e de John Dickens. Charles tornou-se o mais importante escritor Inglês da era vitoriana, *David Copperfield* e *Oliver Twist* estão entre seus romances mais populares. Além de outras obras, não tão famosas, mas igualmente importantes, como *Tempos Difíceis*.

Por volta de 1830, Dickens iniciou a publicação de crônicas em jornais, foi através dos folhetins que sua fama se espalhou, narrando a realidade de Londres através de histórias fictícias, porém, baseadas nas críticas sociais que permeavam a Inglaterra industrializada do século XIX.

Charles Dickens faleceu no ano de 1870, deixando um legado de obras e de vida dedicada à crítica através da literatura que foi reverenciado e reconhecido, estendendo-se desde os mais pobres e simples até a monarquia inglesa.

3. A obra *Tempos Difíceis*

O romance *Hard Times – Tempos Difíceis* – publicado em 1854, pelo escritor inglês Charles Dickens, é uma obra da literatura inglesa do século XIX. Apesar da importância histórica e cultural que possui, assim como característico das demais criações de Dickens, *Tempos Difíceis* não está entre os romances escritos por Charles mais conhecidos mundialmente. No entanto, a trajetória da história é fundamental para aqueles que desejam conhecer, mais profundamente, a identidade da Inglaterra Vitoriana daquele período.

As obras literárias são fontes históricas que registram a sociedade e seu tempo, Charles Dickens também usa da literatura em *Tempos Difíceis* para representar a identidade inglesa do século XIX:

“A literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural e, também, constituinte deste; é testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e proposição de caminhos, de projetos, de valores, de regras, de atitudes, de formas de sentir [...]” (BORGES, Valdeci Rezende, *História e Literatura: Algumas Considerações*)

Tempos Difíceis narra diferentes contextos e vivências a partir da Revolução Industrial na Inglaterra. A obra aborda a realidade industrial do momento de expansão da economia inglesa, conduzindo o leitor a apropriar-se da visão defendida por Dickens – o capitalismo, em seu extremo, como principal culpado pela desigualdade de classes.

O romance, apesar de conter diversas situações onde acontecem as histórias, como as residências, escolas e fábricas, possui, visivelmente, dois cenários principais, sendo eles: a pobreza extrema e a riqueza em excesso. A partir dessa realidade, Charles descreve, em alguns momentos, com ironia e sátira, como tal contraste impacta a vida dos ingleses, tornando-os uma sociedade completamente submissa às condições que o sistema de enriquecimento produz.

4. Os personagens como representantes da sociedade capitalista

Os personagens de Charles Dickens em *Tempos Difíceis* são contextualizados e idealizados como fiéis representantes da sociedade inglesa do século XIX, apesar de se tratarem de seres humanos, no livro, as histórias e situações por eles vivenciadas contemplam, unicamente, a presença constante da busca pelo enriquecimento e luta por sobrevivência a partir da vida gerada ao entorno das fábricas, representando a estrutura terrivelmente rica e privilegiada da burguesia (os donos de fábricas e bancos) em comparação à pobreza extrema e massacrante do proletariado (composto por homens, mulheres e até mesmo crianças).

“ [...] cheias de pessoas também muito iguais, pois todas saíam e entravam nas mesmas horas, andando com passo igual na mesma calçada, para fazer o mesmo trabalho, e para elas cada dia era parecido com o da véspera e com o dia seguinte.” (*Hard Times – Tempos Difíceis*, Charles Dickens)

Um personagem icônico da obra é o sr. Gradgrind, um homem rico e proprietário de uma escola onde o ensino é destinado, exclusivamente, ao fatos, tudo o que é comprovado numericamente deve e é contemplado nos princípios da unidade escolar. Por outro lado, tudo o que vai além dos fatos e comprovações não deve, em nenhuma situação, ser objeto de estudo.

A filha de Gradgrind, a jovem Louisa, é característica fundamental dos alunos que a escola recebia e educava dentro dos seus ideais. Em certo momento da obra, quando, por um deslize, Louisa se colocava a refletir, seu pai, sr. Gradgrind direciona-se a ela e lhe diz “Não imagine, Louisa, nunca imagine”, pois para ele, assim como para todos os demais personagens que formam a burguesia no romance, o ato de “imaginar” é desastroso, uma vez que foge da realidade numericamente fria e unicamente necessária para o pleno enriquecimento.

5. Coketown – a cidade fictícia de Dickens

O autor Charles Dickens tem como fundamento para sua obra, a cidade industrializada de Londres, na Inglaterra. Todavia, ao longo do romance, a cidade londrina não é

citada nem apresentada por seu nome, por outro lado, Dickens cria uma cidade fictícia e a chama de Coketown. Mesmo tratando-se de uma imaginação de Charles para a obra *Tempos Difíceis*, a cidade de Coketown é, claramente, a representação fiel de Londres e da Inglaterra em sua identidade do período, como podemos ver neste trecho do livro:

“Coketown era uma cidade de tijolos vermelhos, ou melhor, de tijolos que seriam vermelhos se a fumaça e as cinzas permitissem, cidade de máquinas e de altas chaminés. Apresentava muitas ruas largas, todas iguais, e muitas ruazinhas ainda mais iguais, cheias de pessoas também muito iguais.” (*Hard Times – Tempos Difíceis*, Charles Dickens)

A cidade criada por Dickens para representar Londres torna-se um manifesto do autor contra o pensamento que ele mesmo deixa claro em seu romance: o repúdio dos personagens em relação a tudo o que é imaginário e não baseado em fatos.

Desta forma, a própria criação e desenvolvimento da obra *Tempos Difíceis* tornam-se fatores de contestação de pensamento de Dickens em oposição aos princípios que ele mesmo evidenciou através dos personagens, princípios estes que eram puramente a essência da sociedade britânica da época, industrializada, fria e mecanizada.

6. Charles e Charlie – uma visão da sociedade inglesa

O século XIX, na Inglaterra, foi marcado pela Revolução Inglesa e suas consequências diante da sociedade e produção econômica do país. Charles Dickens viveu nessa era de fábricas e deixou claro seu pensamento contra a desigualdade de classes ocasionada pela prática extrema do capitalismo. Não somente Dickens, mas também outros autores, compositores e cidadãos ingleses vivenciaram esta realidade e decidiram torná-la arte pela literatura e os palcos britânicos.

Para melhor compreensão da identidade dessa cidade de Coketown idealizada por Dickens (a fiel representação de Londres), é possível identificar uma intertextualidade entre a obra de Charles e a obra de Charlie Chaplin, ator inglês que dedicou sua vida para a representação da sociedade inglesa a partir das suas peças e filmes.

Coketown é, em sua identidade, conseqüentemente uma Londres observada por Chaplin em muitas de suas criações, sobretudo, no filme *Tempos Modernos*, onde máquinas são vistas como prioridade, enquanto pessoas, reais prioridades de uma sociedade, são vistas como máquinas. É esta a reflexão de seres-humanos mecanizados, iguais e meramente números que Charles e Charlie trazem para as páginas dos romances e palcos ingleses que, mais tarde, conquistaram o mundo, como muito sugere diversas obras de autorias inglesas, as quais, por sua importância social, histórica e cultural tornam-se 158

fontes de conhecimento e reconhecimento de uma sociedade cada vez mais industrializada, como também individual e reduzida a números e fatos.

CONCLUSÃO

Ao analisar a obra de Charles Dickens, nota-se a clareza do autor ao tratar da identidade inglesa da Revolução Industrial com o olhar amplo e disposto a enxergar as condições que a própria sociedade não conseguia ou, definitivamente, ignorava. Dickens concede, não apenas voz, mas um palco e um público para aqueles menos favorecidos e mais escravizados pela revolução.

É notável que, *Tempos Difíceis* é um constante diálogo entre o autor e seu tempo. Charles utiliza seu romance para contextualizar uma oportunidade de expor seu pensamento crítico em relação ao capitalismo extremo da Inglaterra do século XIX. As histórias e circunstâncias são, em geral, um confronto de princípios, onde Dickens é capaz de apresentar argumentos concretos e exemplificados a respeito dos impactos negativos da revolução para os mais pobres.

Diante deste diálogo entre Dickens e a sociedade que se concretiza na obra *Tempos Difíceis*, reverencia-se a literatura como, de fato, registro social e histórico, assim também como testemunha fundamental de crimes contra a dignidade e vida humana, crimes que ainda permanecem em ocorrência nas inúmeras Inglaterras industrializadas que, hoje, permeiam o mundo inteiro, tornando a obra de Dickens um registro contemporâneo e necessário diante de tanta desigualdade e afronta às classes mais pobres e isoladas socialmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dickens, Charles. *Tempos Difíceis*. Editora Boitempo, 1ª edição (dezembro 2014).

BORGES, Valdeci Rezende. *História e Literatura: Algumas Considerações*. Universidade Federal de Goiás, *Revista de Teoria da História* Ano 1, Número 3, junho/ 2010.

Chaplin, Charlie. *Tempos Modernos (Modern Times)* - filme. Lançamento em Nova York, Estados Unidos, 1936. Direção: Charlie Chaplin.

TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO MOTOR E RESPIRATÓRIO NA DISTROFIA MUSCULAR DE DUCHENNE

SANTOS, Eli de Souza¹
RODRIGUES, Samantha Gomes²
SANTIAGO, Michelle Dias Santos³

RESUMO

A Distrofia Muscular de Duchenne (DMD) é uma doença neuromuscular progressiva que afeta crianças do sexo masculino, acometendo o aparelho locomotor e respiratório. Este estudo aborda os benefícios do tratamento fisioterapêutico na parte motora e respiratória na DMD. Método: Revisão de literatura em bancos de dados eletrônicos (SciELO, Lilacs, Google Acadêmico) para pesquisar artigos sobre tratamento fisioterapêutico na parte motora e respiratória, publicados entre 2002 a 2020. Resultado: Para a revisão foram utilizados 27 artigos sobre a atuação fisioterapêutica no tratamento motor e respiratório dos pacientes com DMD entre 2005 e 2020. Conclusão: O tratamento fisioterapêutico na DMD necessita ser realizado em conjunto e precocemente, com técnicas de cinesioterapia para manter a funcionalidade dos músculos e dos movimentos, associado à fisioterapia respiratória para evitar complicações e infecções pulmonares e, principalmente, prolongar a capacidade respiratória do paciente.

Palavras Chaves: “distrofia muscular de duchenne”; “distrofia muscular de Duchenne tratamento”; “distrofia muscular de duchenne fisioterapia”; “tratamento fisioterapêutico na distrofia muscular de duchenne”; “distrofia muscular de duchenne tratamento respiratório”

Abstract

Duchenne Muscular Dystrophy (DMD) is a progressive neuromuscular disease that affects male children, afflicting the locomotor and respiratory system. This study approaches the benefits of physical therapy treatment for motor and respiratory disorders in DMD. Method: Literature review in electronic databases (SciELO, Lilacs, Google Scholar) to search for articles about physiotherapeutic treatment in the motor and respiratory parts, published between 1999 and 2020. Results: For the review, 27 articles were used on the physical therapy performance in the motor and respiratory treatment of patients with DMD between 2005 and 2020. Conclusion: Physical therapy treatment in DMD needs to be performed in an early stage, together with kinesiotherapy techniques to maintain the functionality of muscles and movements, associated with respiratory physiotherapy to prevent pulmonary complications and infections and especially to prolong the patient's breathing capacity.

Keywords: “Duchenne Muscular Dystrophy”; “Duchenne Muscular Dystrophy treatment”; “Duchenne Muscular Dystrophy physical therapy”, physical therapy as treatment for Duchenne muscular dystrophy”, respiratory management in Duchenne muscular dystrophy”.

1 Acadêmica do curso de fisioterapia. Centro Universitário Campo Limpo Paulista – UNIFACCAMP, Campo Limpo Paulista- SP, Brasil.

2 Acadêmica do curso de fisioterapia. Centro Universitário Campo Limpo Paulista – UNIFACCAMP, Campo Limpo Paulista- SP, Brasil.

3 Fisioterapeuta, Mestre pela UNIFESP, docente no Centro Universitário Campo Limpo Paulista - UNIFACCAMP, Campo Limpo Paulista- SP, Brasil.

1. INTRODUÇÃO

As doenças neuromusculares são patologias hereditárias ou adquiridas por conta de mutações genéticas, que podem levar à incapacidade física e perda de força muscular esquelética e respiratória, sendo a doença neuromuscular mais comum a Distrofia Muscular de Duchenne (DMD). (1-7)

A DMD é uma miopatia genética hereditária que pode ou não ser herdada da mãe e está ligada à mutação do braço curto do cromossomo X. Esta miopatia é caracterizada por uma mutação no gene que codifica a proteína distrofina. A principal função da proteína distrofina é conferir a integridade da membrana basal da fibra muscular, além de atuar durante os ciclos de contração e relaxamento do músculo. (2,5,6, 8-13)

A ausência desta proteína causa degeneração progressiva e irreversível da musculatura esquelética, levando à necrose e destruição da fibra muscular, resultando em uma pseudo-hipertrofia, na qual as fibras musculares são substituídas por camadas de tecido conjuntivo ou adiposo, com consequente enfraquecimento muscular progressivo. (2,5,6,14)

Segundo o neurologista francês Dr. Guillaime Benjamin Amand Duchenne*, em 1868, descreveu a DMD como sendo a perda progressiva dos movimentos, iniciando-se pelos membros inferiores e posteriormente os membros superiores. (8)

Em 1879, o neurologista William Richard Gowers observou e descreveu a manobra ou sinal de Gowers, que consiste no levantar apoiado para se colocar em posição de bipedestação, usando os membros inferiores como primeiro apoio e assim sucessivamente para atingir o ortostatismo. (8-10)

A incidência da DMD ocorre em 1:3500 nascidos vivos do sexo masculino. (2,3,5,6,8,9,12,13). Esse fato ocorre, devido a herança genética do gene alélico da distrofina herdado da mãe, portanto as mulheres são consideradas portadoras assintomáticas do gene, já que os homens portadores não chegam à idade reprodutiva para repassar o gene da distrofina. (11,13)

Os sinais da DMD iniciam-se com a pseudo-hipertrofia do músculo gastrocnêmio, fraqueza muscular da cintura pélvica e dos membros inferiores, que desencadeiam dificuldades para subir escadas, correr e principalmente pular, além de quedas frequentes e dificuldades de se levantar (manobra de Gowers). (2,7, 10,12,13)

* EMERY, A.E.H. Duchenne muscular dystrophy. Oxford Monographs on Medical Genetics, n.24 London, 1993 apud (8). 161

Os sinais clínicos da DMD começam a aparecer por volta dos 3 aos 5 anos de idade, e já a partir dos 6 anos de idade, a criança apresenta marcha anserina, sendo que a capacidade de deambulação é progressivamente prejudicada entre 8 e 12 anos de idade, onde a criança perde a capacidade de deambulação, necessitando de cadeira de rodas devido à fraqueza muscular, sendo ela irreversível. (2,9,10,13)

A perda de deambulação e a dependência diária de cadeira de rodas e a ausência de atividade física levam ao desenvolvimento da obesidade e conseqüente diminuição da massa magra. A associação entre a obesidade, fraqueza muscular e o desalinhamento postural, favorecem o aparecimento da escoliose severa, causando diminuição da capacidade cardíaca e respiratória. Portanto, as cardiomiopatias e a insuficiência respiratória decorrentes da fraqueza muscular progressiva, são a principal causa de óbito já na segunda década de vida. (1,10,16)

Contudo, o tratamento do paciente com Distrofia Muscular de Duchenne necessita ser individual e o acompanhamento do mesmo deve ser realizado por uma equipe multidisciplinar. Assim que descoberta a patologia, o tratamento fisioterapêutico deve ter início imediato, com o objetivo de tentar ao máximo retardar os sintomas e adaptar a criança para que ela consiga ter domínio sobre seus movimentos, melhorar seu equilíbrio, diminuir a fraqueza e o encurtamento muscular obtido, melhorar a coordenação motora global e também auxiliar no fortalecimento, percepção da musculatura respiratória e após a perda de deambulação prevenir o desalinhamento postural.(6,8,11,12,15,19,20,21)

Portanto, o objetivo deste estudo será efetuar uma revisão de literatura para verificar os benefícios do tratamento fisioterapêutico na parte motora e respiratória, em pacientes com DMD, com idade dentre 1999 a 2020.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo constitui-se de uma revisão de literatura, utilizando os bancos de dados (Scielo, Lilacs, Google Acadêmico) para pesquisa de artigos científicos que tratassem sobre a DMD e a atuação do fisioterapeuta dentro desta patologia.

Desta procura foram encontrados no total 7363 artigos, destes, porém somente 27 artigos foram pertinentes ao tema do estudo.

Os critérios de inclusão foram, artigos que abordassem especificamente o tratamento fisioterapêutico motor e respiratório em pacientes com DMD, disponibilizados na íntegra para acesso, publicados entre 2002 a 2020.

Os critérios de exclusão foram publicações que não contemplassem o tema proposto deste trabalho, artigos repetidos, fora da data selecionada e os artigos não indexados nas plataformas citadas.

3. RESULTADOS

O tratamento fisioterapêutico, aborda diversas áreas em um paciente com DMD, visando prevenções de deformidades e evolução do quadro clínico, sendo dividido em fisioterapia motora (cinesioterapia) quadro 1 e fisioterapia respiratória quadro 2. Essas modalidades de atendimento são fundamentais para o tratamento e que acabam se interligando durante todo o tratamento e serão evidenciadas nas tabelas abaixo:

Quadro 1. Avaliação dos estudos que incluíram a avaliação motora nos pacientes com DMD.

AUTOR/ ANO/ TÍTULO	OBJETIVO	MÉTODO	RESULTADO	CONCLUSÃO
Frezza et al ⁶ , 2005 Atualização do tratamento fisioterapêutico das distrofias musculares de Duchenne e Becker	Avaliar a importância da realização de Fisioterapia na distrofia muscular de Duchenne (DMD) e distrofia muscular Becker (DMB)	Realizado uma pesquisa bibliográfica dos últimos 12 anos em 30 artigos revisados identificados, abordando os temas: DMD e DMB, alterações cardiorrespiratórias e o tratamento fisioterapêutico.	Pacientes com DMD e DMB necessitam de tratamento fisioterapêutico, os procedimentos devem ser adaptados à faixa etária e que visam retardar a evolução clínica e prevenir complicações secundárias da doença.	O tratamento fisioterapêutico é cada vez mais precoce no atendimento a pacientes com DMD. E a evolução de novas técnicas e instrumentos utilizáveis na fisioterapia têm contribuído para o objetivo de melhoria de qualidade de vida e a funcionalidade.

<p>Costa et al¹⁵, 2010</p> <p>Efeito do exercício resistido na função motora do paciente com Distrofia Muscular de Duchenne</p>	<p>Relatar o caso de uma criança com Distrofia Muscular de Duchenne (DMD) submetida ao exercício resistido</p>	<p>10 atendimentos, de 60 minutos cada. O tratamento seguiu um padrão no qual o brincar era o agente motivacional. Utilizou o protocolo de avaliação pré-tratamento, Escala de Vignos modificada e mensuração da FM pelo Dinamômetro de preensão manual.</p>	<p>A Escala de Vignos não se alterou, observou-se aumento significativo da força de preensão palmar na mão esquerda maior e na mão não dominante menor, mensurado pelo dinamômetro.</p>	<p>O tratamento proposto não acelerou as perdas funcionais além de verificar que o exercício resistido pode aumentar a FM no paciente com DMD.</p>
<p>Gomes et al²², 2011</p> <p>Desempenho motor e funcional na Distrofia Muscular de Duchenne: estudo de um caso.</p>	<p>Descrever a evolução de um caso de DMD, a partir de pesquisa documental e de campo.</p>	<p>Foram realizadas avaliações do desempenho motor e funcional a partir da aplicação das escalas Medida da Função Motora (MFM), Índice de Barthel (IB) e Escala de Vignos</p>	<p>Na escala MFM, o paciente apresentou bom desempenho nas motricidades axial, proximal e distal e um menor desempenho nas posições em pé e transferências. Na Escala de Vignos e o IB, observa-se que o paciente está dentro da mediana traçada.</p>	<p>Para que o fisioterapeuta possa tomar decisões clínicas de intervenção cinesiologica, há necessidade do desenvolvimento de avaliação funcional específicas para pacientes de DMD.</p>
<p>Barbieri et al¹⁷, 2012</p> <p>Comparação do teste de força muscular em paciente com distrofia muscular de duchenne (DMD) - Estudo de caso</p>	<p>Verificar alterações e/ou manutenção no grau de força muscular de um paciente portador da DMD</p>	<p>Realizado uma comparação das fichas de avaliação do teste de força muscular manual de um paciente atendido na clínica de fisioterapia.</p>	<p>Movimentos mantiveram ou aumentaram grau de força muscular: ombro, cotovelo, quadril, joelho, tornozelo.</p>	<p>Por ser uma patologia progressiva, o tratamento fisioterapêutico foi essencial para a manutenção e até mesmo para o ganho de força muscular desse paciente.</p>

<p>Fernandes et al¹⁸, 2012</p> <p>A Importância das Órteses de Membros Inferiores na Distrofia Muscular de</p>	<p>Identificar a importância das principais órteses de membros inferiores utilizadas no tratamento de pacientes com DMD</p>	<p>Foram realizadas buscas eletrônicas nas bases de dados MEDLINE, LILACS, SCIELO a fim de identificar os artigos científicos.</p>	<p>Dez artigos foram selecionados. Tratavam dos tipos de órteses mais utilizadas no tratamento e benefícios de pacientes com DMD.</p>	<p>A órtese mais utilizada é a Knee-Ankle-Foot (KAFO), qual é importante para prevenção/minimização de contraturas e deformidades, prolongamento da marcha e ortostatismo, auxiliando na intervenção fisioterapêutica.</p>
<p>Duchenne – Revisão.</p>				
<p>Monteiro et al²⁷, 2013</p> <p>Análise entre a cinesioterapia e hidroterapia na Distrofia Muscular de Duchenne: Revisão de Literatura</p>	<p>Analisar os tratamentos de cinesioterapia e hidroterapia nos pacientes com DMD</p>	<p>Revisão de literatura através da análise de estudos publicados de 1995 a 2011.</p>	<p>Participaram desse estudo 14 artigos, sendo 8 com abordagem em cinesioterapia e 6 com abordagem em hidroterapia</p>	<p>A cinesioterapia e a hidroterapia trazem benefícios a esses pacientes. Preconizando exercícios em manutenção de posturas, isometria, alongamentos e relaxamentos.</p>

Campos et al ²⁵ , 2018 Intervenção Fisioterapêutica motora em crianças com Distrofia Muscular de Duchenne e Becker	O objetivo deste estudo foi explicar condutas fisioterapêuticas no tratamento motor das DMD e DMB, apresentando questões sobre terapias motoras e sugerindo terapêuticas que possam ser implementadas.	Analisaram-se livros, sites, revistas e artigos, pesquisados nas bases de dados indexadas: LILACS, SciELO, Pubmed, periódicos Capes e Bireme de 2005 a 2014.	A análise de dados foi realizada por debates entre os autores e suas afirmações, que se correlacionam ou se opõem. A base teórica envolveu 14 artigos, dos quais 11 foram selecionados, 7 voltados à DMD e 4 à DMB.	A cinesioterapia é uma conduta que deve ser aplicada aos pacientes, visando retardar a evolução, em atenção a fraqueza muscular. A principal meta deve envolver a manutenção e o ganho da funcionalidade do portador de DMD e DMB e a oferta do maior grau de independência possível.
Boas et al ²⁶ , 2020 Atuação da Fisioterapia na manutenção	Revisão analítica da literatura sobre a atuação da fisioterapia na manutenção da	Revisão de artigos publicados nos últimos vinte e cinco anos (1991-2016) em bases de dados	Foram catalogados 20 artigos, dos quais 4 são revisão sistemática de literatura, 14 estudos	A realização de alongamentos e exercícios resistidos clássicos combinados a cinesioterapia leve ou moderada, a
o da marcha em pacientes distróficos.	marcha de pacientes DMD e discutir os tratamentos de escolha e os respectivos resultados obtidos	computadorizadas (Lilacs, Scielo, Pubmed, MedLine e PEDro)	experimentais e 2 estudos de caso	hidroterapia, a ludoterapia e o uso de órteses são os tratamentos de escolha para a manutenção da marcha em pacientes distróficos

Quadro 2. Avaliação dos estudos que incluíram a avaliação respiratória nos pacientes com DMD.

AUTOR/ ANO/ TÍTULO	OBJETIVO	MÉTODO	RESULTADO	CONCLUSÃO
Gallas et al ²³ , 2006 Treinamento muscular respiratório em indivíduo portador de distrofia muscular de Duchenne.	Estudo sobre os efeitos do treinamento muscular inspiratório em portador de DMD	Avaliações da FM respiratória antes e após o treinamento e uso diário do threshold por um período de 12 semanas.	-Aumento não significativo da FM inspiratória e expiratória, -Mesmo não significativo, foi bom para o paciente, pois ele havia diminuído a força muscular geral.	Com o treinamento muscular inspiratório foi possível aumentar a força dos músculos inspiratórios e expiratórios e aumento da expansibilidade toracoabdominal.

Godinho et al ²¹ ,2007 Distrofia Muscular de Duchenne: Complicações Respiratórias e seu tratamento	Conhecer complicações respiratórias dos portadores de DMD e tratamentos utilizados para melhoras da qualidade de vida.	Levantamento bibliográfico, de artigos científicos sobre DMD, transtornos e terapia respiratória.	-Existem controvérsias quanto a indicação de exercícios físicos e de treinamento de força e resistência muscular no tratamento de complicações respiratórias associadas a DMD.	O tratamento adequado e a prevenção amenizam os sintomas, melhorando a qualidade de vida e diminuindo a alta morbidade e a morte precoce.
Ramos et al ⁹ , 2008 Avaliação da força muscular respiratória e do peak flow em pacientes com distrofia muscular do tipo Duchenne submetidos à ventilação não invasiva e à hidroterapia.	Avaliar a força muscular respiratória e o peak flow em pacientes com DMD submetidos à ventilação não invasiva (VNI) e hidroterapia.	Participaram 6 voluntários meninos, entre 13 e 19 anos, divididos em grupos controle e tratados com hidroterapia e experimental tratados com hidroterapia associada à VNI.	- Diferença significativa quando comparamos a PEmáx entre os grupos controle e experimental após a 10ª e a 20ª sessão.	A VNI foi capaz de influenciar no aumento da expectativa de vida e a hidroterapia foi uma terapêutica favorável na melhora da musculatura expiratória.
Pontes et al ¹ , 2012 Força muscular respiratória e perfil postural e nutricional em crianças com doenças neuromusculares	Avaliar a força muscular respiratória, perfil postural e nutricional de crianças com doenças neuromusculares, sendo a maioria com DMD	Participaram 41 crianças do sexo masculino e feminino entre 9 e 13 anos, realizados testes de função pulmonar com expiração e inspiração máximas e testes de avaliação postural	- Diminuição da força muscular respiratória. - Hiperlordose lombar em 26 pacientes. - Ausência de marcha em 9 pacientes. - Alta incidência de perda de reserva muscular - Porcentagem de gordura corporal baixa.	As avaliações multidisciplinares das doenças neuromusculares pediátricas podem auxiliar no estabelecimento de tratamento precoce.

Rodini et al ²⁰ , 2012 Influência da adequação postural em cadeira de rodas na função respiratória de pacientes com distrofia muscular de Duchenne.	Avaliar a adequação postural em cadeira de rodas na função respiratória de pacientes com DMD	Participaram 12 pacientes, com idade de 10 a 22 anos, que foram avaliados na própria cadeira de rodas adaptada e em uma cadeira de rodas padrão.	-Melhores valores significativos de todos os parâmetros respiratórios com a adaptação de cadeira.	A adequação postural correta na cadeira de rodas influencia positivamente a função respiratória de pacientes com DMD.
Júnior et al ¹⁴ , 2013 Toracometria em crianças com Distrofia Muscular de Duchenne – expansão do método	Avaliação pela toracometria, permitindo avaliação dos movimentos compensatórios de crianças com DMD durante respiração profunda.	Participaram 30 meninos com DMD e 30 saudáveis. Método de toracometria em 2 fases: livre movimentação corporal e movimentação corporal sem movimentos compensatórios.	-Número de movimentos compensatórios durante a respiração profunda maior no grupo portador de DMD.	O método de toracometria apresentou excelente confiabilidade e permitiu descrever os movimentos compensatórios durante respiração profunda, auxiliando na avaliação e montagem do tratamento fisioterapêutico.
Perossi et al ¹³ , 2015 Treinamento muscular respiratório em Distrofia Muscular de Duchenne: série de casos.	Avaliar os efeitos do treinamento muscular inspiratório na força respiratória de pacientes com DMD	Participaram 5 crianças com DMD, entre 8 e 15 anos, avaliados pela Pico de Fluxo Expiratório e Manovacuometria. Treino muscular inspiratório, em dispositivo de carga linear, 3 vezes por semana.	-Resultados positivos ao final da quinta e décima sessões de treinamento muscular inspiratório -Melhora nas pressões respiratórias máximas	O treinamento muscular mostrou-se eficaz no ganho de força inspiratória, expiratória e no aumento do pico de fluxo expiratório.

Santos et al ²⁴ , 2019 Avaliação respiratória e elaboração de um protocolo de tratamento para um paciente com Distrofia Muscular de Duchenne. Relato de caso.	Avaliar o estágio da função pulmonar e elaborar um protocolo de tratamento de fisioterapia respiratória para paciente portador de Distrofia Muscular de Duchenne (DMD)	Estudo de um paciente de 16 anos com diagnóstico de DMD, submetido a avaliações respiratórias e com base nos resultados elaborado um protocolo de tratamento respiratório baseado no que existe hoje na literatura.	- Paciente apresentava dados espirométricos compatíveis com uma restrição pulmonar moderada -Força muscular compatíveis com fraqueza muscular respiratória severa.	Ao final das sessões do protocolo de melhora e/ou manutenção da força muscular respiratória, expansão tóraco-pulmonar e prevenção de complicações pulmonares o paciente obteve diminuição da função pulmonar, fraqueza muscular respiratória e restrição pulmonar.
---	--	---	--	--

4. DISCUSSÃO

A Cinesioterapia em pacientes com DMD visa manter a qualidade de vida e diminuir a perda da função motora, assim tendo como objetivo manter a amplitude de movimento, diminuir perda de funções, as complicações progressivas tanto clínicas, quanto físicas e emocionais, evitar encurtamentos musculares, manter o alinhamento postural, preservar ao máximo o equilíbrio, a coordenação motora global e principalmente a força muscular, também visa prolongar as AVD's (atividades de vida diária). (17,19)

No estudo de Frezza (6) verificou-se que o tratamento deve se adaptar a faixa etária da criança de acordo com a evolução da patologia, prevenindo assim, as complicações secundárias e melhorando a qualidade de vida e as funcionalidades.

No estudo de Campos (25), observa-se o fisioterapeuta tem a capacidade de direcionar as condutas de acordo com cada cenário e paciente, e que a principal meta deve ser a manutenção da independência funcional possível, com a utilização da cinesioterapia, com exercícios musculares, visando o ganho de força muscular, mostrando se uma preocupação geral de todos os autores pesquisados.

Dentro da revisão literária de Boas (26), é apontada a importância de alongamentos gerais, mas, principalmente, no músculo gastrocnêmio e fortalecimento dos músculos do tronco e membros inferiores (músculos extensores e flexores de quadril, flexores e extensores de joelho e tornozelo, e músculo tibial anterior), relevantes para a manutenção da deambulação e diminuição de anteversão pélvica de maneira leve a moderada, para

a melhora de equilíbrio e funcionalidade do paciente com DMD. O autor relata, ainda, a utilização de dispositivos de realidade virtual, de maneira lúdica para o ganho de conscientização corporal, melhora cognitiva e retardo na progressão da doença, oferecendo benefícios na qualidade de vida.

Quando se trata do tratamento cinesioterápico, a utilização de órteses em membros inferiores é de grande importância para o auxílio do tratamento, como descreveu Fernandes (20) que a órtese mais utilizada em pacientes portadores de DMD é a Kne-e-Ankle-Foot (KAFO) que estabiliza o joelho, tornozelo e o pé, prevenindo e diminuindo contraturas e deformidades, prolongando a marcha e o ortostatismo.

Nos estudos de casos de Gomes (17) e Barbieri (22) foram utilizadas escalas como a de Vignos, o índice de Barthel e Medidas de funções motoras para avaliar os pacientes no desempenho motor, funcional e de força muscular. Gomes (17) demonstrou que ocorreram aumentos na motricidade axial, proximal e distal, e menores desempenhos em ortostatismo e em transferências, com conduta fisioterapêutica baseada na cinesioterapia, com auto alongamentos musculares ou alongamentos de forma global, fortalecimento muscular sem cargas, mobilizações articulares, dissociação entre cíngulos pélvico e escapular, treino de equilíbrio e propriocepção, exercícios para coordenação motora fina e treino de marcha. Já Barbieri (22) relatou que os movimentos se mantiveram ou aumentaram em relação ao grau de força muscular, mostrando, assim, que a atuação fisioterapêutica é essencial para a manutenção e ganho de força do paciente.

Segundo Costa (15) o tratamento com padrão motivacional lúdico durante as sessões, utilizando exercícios resistidos e aplicando escalas para auxiliar na avaliação dos resultados, não acelerou as perdas funcionais e aumentou a força muscular do paciente, principalmente se iniciado precocemente, mostrando que o exercício resistido é sim benéfico ao tratamento, sendo feito de forma cautelosa, com poucas repetições, para não fadigar o paciente e não acelerar o processo degenerativo. O uso dos exercícios resistidos apresenta indicações controversas, por existirem poucos estudos sobre o assunto.

Monteiro (27), realizou uma revisão de literatura, na qual, havia muitas recomendações de que os exercícios, a intensidade e frequência são baseados em estudos e conhecimento fisiopatológicos, relatou também que exercícios isométricos para o fortalecimento de forma global são os melhores indicados, pois não tem um efeito mecânico e menores riscos de ruptura de fibras. Em outro artigo é citado os benefícios dos alongamentos, exercícios ativos livres de forma lúdica, estimulando o treino de marcha, permitindo que a criança tenha domínio sobre seus movimentos, fortalecendo a musculatura escapular e pélvica e alinhe a postura, mantendo sua a qualidade de vida.

A complicação respiratória é a principal causa de falência em portadores de DMD, devido a fraqueza dos músculos acessórios da respiração e enfraquecimento do diafragma que causarão diminuição de volumes pulmonares e levando a hipoventilação e ineficácia da tosse. (1,13,14,16,17).

A fisioterapia respiratória tem como objetivos nesses casos evitar essas complicações respiratórias mantendo e prolongando o máximo possível a capacidade respiratória e a força muscular dos músculos da respiração, aumentar a efetividade da tosse para diminuir os riscos de infecções pulmonares e melhorar a qualidade de vida (13).

Godinho (21) realizou estudo abordando os transtornos e a terapia respiratória evidenciando que muitas controvérsias são encontradas quanto aos exercícios físicos e o tratamento de força muscular, mas que o tratamento adequado pode amenizar os sintomas e melhorar a qualidade de vida desses pacientes.

No estudo de Santos (2019) (24) elaborou-se um protocolo de tratamento de fisioterapia respiratória avaliando o estágio da função pulmonar devido o paciente apresentar restrição pulmonar moderada e fraqueza muscular respiratória severa, porém mesmo com o protocolo o paciente obteve a diminuição da função pulmonar e prosseguiu com a fraqueza muscular respiratória e a restrição pulmonar, como evidenciado no estudo de Godinho (21).

Já Junior (14), em seu estudo de caso, em que estavam presentes um grupo controle e um grupo com portadores de DMD avaliou através do método de toracometria os movimentos compensatórios durante a respiração profunda, observando que o grupo portador de DMD realizavam mais compensações do que o grupo controle, notando que o método de avaliação é eficaz.

Alguns outros autores realizaram estudos que comprovam outros métodos de avaliações eficazes, o primeiro deles foi Gallas (23) que avaliou a força muscular respiratória através do uso do Threshold durante o treino muscular respiratório obtendo aumento significativo da força muscular inspiratória e expiratória e ressaltando que ela deve fazer parte da terapia do portador de DMD.

A função pulmonar e avaliação postural foram avaliadas no estudo de Pontes (1), evidenciando diminuição da força muscular respiratória, presença de hiperlordose lombar e ausência de marcha, assim concluindo que a avaliação multidisciplinar precoce auxilia no tratamento. Já no estudo de Perossi (13) na avaliação dos pacientes foi utilizado o pico de fluxo expiratório, a manovacuometria e o treino muscular inspiratório em dispositivos 171

de carga linear, notando que o treinamento se tornou eficaz no ganho de força inspiratória, expiratória e no pico de fluxo expiratório.

Outro método bastante utilizado na fisioterapia respiratória é a Ventilação Não Invasiva (VNI), segundo Ramos (9) ao comparar um grupo controle e um experimental, associou a VNI com a hidroterapia durante as sessões, notando que a hidroterapia melhora a musculatura expiratória e a ventilação não invasiva influenciou diretamente na expectativa de vida dos pacientes.

Os parâmetros respiratórios de portadores de DMD, que fazem o uso de cadeiras de rodas foram avaliadas por Rodini (20), mostrando que os pacientes que faziam uso da cadeira de rodas adaptadas apresentavam melhora nos parâmetros respiratórios, notando assim que a adequação correta na cadeira de rodas está diretamente ligada com a melhora da função respiratória.

CONCLUSÃO

O tratamento fisioterapêutico na DMD é necessário desde o diagnóstico da patologia para manter a qualidade de vida do paciente, sendo que o tratamento necessita ser realizado em conjunto e precocemente, com técnicas de cinesioterapia para manter a funcionalidade dos músculos e dos movimentos, associado a fisioterapia respiratória para evitar complicações e infecções pulmonares e principalmente prolongar a capacidade respiratória do paciente, portanto, existe a necessidade de novos estudos que abordem detalhadamente e de forma mais específica os benefícios do tratamento fisioterapêutico em pacientes portadores desta patologia.

REFERÊNCIAS

1. Pontes JF, Ferreira GMH, Fregonezi G, Sena-Evangelista KCM, Junior MED. Força muscular respiratória e perfil postural e nutricional em crianças com doenças neuromusculares. *Fisioter. Mov. Curitiba*, 2012 25(2):253-261 doi: 10.1590/S0103-51502012000200002
2. Gevaerd M S, Domenech SC, Júnior NGB, Higa D F, Lima-Silva AE. Alterações fisiológicas e metabólicas em indivíduo com distrofia muscular de Duchenne durante tratamento fisioterapêutico: um estudo de caso. *Fisioter. Mov. Curitiba*, 2010;23(1):93-103. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-51502010000100009>.
3. Strehle E M. Manejo de longo prazo em crianças com transtornos neuromusculares *Jornal de Pediatria*, 2009;85(5). doi: <https://doi.org/10.1590/S0021-75572009000500003>

4. Souza MA, Ferreira ME, Baptista CRJA, Sverzut ACM. Gasto energético na marcha de crianças com distrofia muscular de Duchenne: estudo de caso. *Fisioter Pesq*. 2014;21(2):193-198. doi: 10.1590/1809-2950/63621022014
5. Santos GA, Caromano FA, Vainzof M, Zatz M. Caracterização da passagem de bipedestação para a de sedestação no solo, em crianças portadoras de distrofia muscular de Duchenne. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 2002;13(1):31-6. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v13i1p31-36>
6. Frezza RM, Silva SRN, Fagundes SL. Atualização do tratamento fisioterapêutico das distrofias musculares de Duchenne e Becker. *RBPS* 2005; 18 (1): 41-49. doi: 10.5020/18061230.2005.p41
7. Fachardo GA; Carvalho SCP; Vitorino DFM. Tratamento hidroterápico na Distrofia Muscular de Duchenne: Relato de um caso. *Revista Neurociências*, 2004;12(4). doi: <https://doi.org/10.34024/rnc.2004.v12.8854>
8. Mariano WS, Sevilha RCCC, Souto A. Aspectos genéticos, fisiológicos e clínicos de um paciente com distrofia muscular de Duchenne. *Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde*, 2009;8(1): 107-123.
9. Ramos F A B, Ordonho M C, Pinto TCVR, Lima C A, Vasconcelos CR, Silva D A L. Avaliação da força muscular respiratória e do peak flow em pacientes com distrofia muscular do tipo Duchenne submetidos à ventilação não invasiva e à hidroterapia. *Pulmão RJ* 2008;17(2-4):81-86.
10. Moura R C F, Cunha M C B, Monteiro A P. Orientações Fisioterapêuticas Motoras para pacientes portadores de Distrofia Muscular de Duchenne, na fase I. *Fisioterapia Brasil*, 2002;3(1). doi: <http://dx.doi.org/10.33233/fb.v3i1.2941>
11. Moraes FM, Fernandes RCSC, Acosta EM. Distrofia Muscular de Duchenne: relato de caso. *Revista Científica FMC*, 2011;6(2).
12. Melo APF, Carvalho FA. Efeitos da fisioterapia respiratória na Distrofia Muscular de Duchene - Relato de Caso. *Rev Neurocienc* 2011;19(4):686-693. doi: <https://doi.org/10.34024/rnc.2011.v19.8334>
13. Nascimento LPN, Andrade ALM, Faria TCC, Souza L, Rocha CBJ, Carvalho S M R, Borges JBC. Treinamento muscular respiratório em Distrofia Muscular de Duchenne: 173

série de casos. Rev Neurocienc 2015;23(1):9-15. doi: 10.4181/RNC.2015.23.01.963.7p

14. Júnior AG, Caromano FA, Contesini AM, Escorcio R, Fernandes LAY, João SMA. Torcometria em crianças com Distrofia Muscular de Duchenne – expansão do método. Braz J Phys Ther. 2013; 17(1):1-8. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-35552012005000064>
15. Ramacciotti EC, Nascimento CF. Efeito do exercício resistido na função motora do paciente com Distrofia Muscular de Duchenne. Rev Neurocienc 2010;18(3): 341-346. doi: <https://doi.org/10.34024/rnc.2010.v18.8474>
16. Ferreira AVS, Goya PSA, Ferrari R, Durán M, Franzini RV, Caromano FA, Favero FM, Oliveira ASB. Comparação da função motora em solo e imersão de pacientes com distrofia muscular de Duchenne em acompanhamento fisioterapêutico - follow-up de 2 anos. Acta Fisiatr. 2015;22(2):51-54 doi: 10.5935/0104-7795.20150011
17. Barbieri K, Endo M, Tonon E. Comparação do teste de força muscular em paciente com distrofia muscular de duchenne (DMD)-Estudo de caso. Revista Hórus, 2012;7,(3)9-18.
18. Fernandes NA, Troise DC, Fávero FM, Fontes SV, Oliveira ASB. A Importância das Órteses de Membros Inferiores na Distrofia Muscular de Duchenne – Revisão. Rev Neurocienc 2012;20(4):584-587. doi: 10.4181/RNC.2012.20.701.4p
19. Fiorentino G, Annunziata A, Cauteruccio R, Frega GS, Esquinas A. Ventilação bucal na distrofia muscular de Duchenne: uma estratégia de resgate para pacientes não aderentes. J Bras Pneumol. 2016;42(6):453-456. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1806-37562016000000050>
20. Rodini CO, Collange LA, Juliano Y, Oliveira CS, Isola AM, Almeida SB, Misao MH. Influência da adequação postural em cadeira de rodas na função respiratória de pacientes com distrofia muscular de Duchenne. Fisioter Pesq. 2012;19(2):97-102. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1809-29502012000200002>
21. Fonseca JG, Machado MJF, Ferraz CLMS. Distrofia Muscular de Duchenne: Complicações Respiratórias e seu tratamento. Rev. Ciênc. Med. Campinas, 2002;16(2)109-120.
22. Gomes ALO, Pinto AN, Góes ER, Hirosue LN, Peixoto BO, Caromano FA, Assis SMB. Desempenho motor e funcional na Distrofia Muscular de Duchenne: estudo de um caso. J Health Sci Inst. 2011;29(2):131-5.

23. Gallas D, Winkelmann ER, Eickhoff HM. Treinamento muscular respiratório em indivíduo portador de distrofia muscular de Duchenne. *Revista Contexto & Saúde, Ijuí*,2006;5(10).doi:<https://doi.org/10.21527/2176-7114.2006.10.55-64>
24. Santos RB, Maia ABF, Lanzillotta P, Ferreira LRNB, Olmo JPV, Alcantara KA. Avaliação respiratória e elaboração de um protocolo de tratamento para um paciente com Distrofia Muscular de Duchenne. Relato de caso. *Revista UNILUS Ensino e Pesquisa*,2019;16(43).
25. Campos ABR, Santana DB. Intervenção fisioterapêutica motora em crianças com distrofia muscular de Duchenne e Becker. *Revista Eletrônica Atualiza Saúde*,2018; 7(7):84-94.
26. Boas HJV, Moreira DO, Atuação da fisioterapia na manutenção da marcha em pacientes distróficos. *Revista Científica Pro Homine*,2020; 2(3): 26-37.
27. Monteiro MR, Lanzillotta P. Análise entre a cinesioterapia e hidroterapia na distrofia muscular de Duchenne: Revisão de literatura,2013;10(20).

UM PANORAMA DA INSERÇÃO DO ENSINO DA MÚSICA POPULAR NA ESCOLA PÚBLICA

BECARI, Wagner C.

RESUMO

O presente trabalho procurou relatar através de pesquisa qualitativa a inserção do ensino da música popular na escola pública desenvolvido no Colégio Municipal Padre Anacleto de Camargo, localizado na cidade de Santana de Parnaíba-SP com alunos do 5º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio.

Palavras-chaves: Música popular, Escola pública, Ensino fundamental, Ensino médio

ABSTRACT

This study sought to report through qualitative research the insertion of popular music teaching in the public school developed at the Padre Anacleto de Camargo Municipal College, located in the city of Santana de Parnaíba-SP with students from the 5th year of elementary school to the 3rd year of high school.

Keywords: Popular music, Public school, Teaching. Elementary school, high school.

1. UM PANORAMA DA INSERÇÃO DO ENSINO DA MÚSICA POPULAR NA ESCOLA PÚBLICA

Os processos de aprendizagem da música dentro do ambiente escolar trouxeram muitos benefícios para os alunos, pois através da musicalização foi possível observar, do ponto de vista do professor, uma evolução no que tange a qualidade de vida no que diz respeito a educação e cultura.

Este trabalho justifica-se por se tratar de um relato empírico que concerne o próprio cenário escolar inserindo a música como disciplina em detrimento das disciplinas tradicionais e o educador musical contrapondo-se com a realidade escolar e seus desafios tais quais a qualidade do espaço e a dificuldade da convivência uma vez que o a escola tradicional, de um modo geral, não está preparada para receber a música como disciplina tão pouco suas atividades como ensaios e práticas de instrumentos.

Como objetivo, esta pesquisa procurou observar, aplicar, aproximar, realizar a prática e a vivência da música popular entre os alunos, o colégio e a comunidade nela inserida.

Este artigo irá demonstrar a importância e a necessidade do ensino da música popular e suas linguagens como ferramenta educacional para a formação cognitiva, social e cultural dos alunos e a comunidade. O presente trabalho procurou relatar através de pesquisa qualitativa a inserção do ensino da música popular na escola pública desenvolvido

no Colégio Municipal Padre Anacleto de Camargo, localizado na cidade de Santana de Parnaíba-SP com alunos do 5º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio.

2. O PROJETO DE MÚSICA POPULAR NO COLÉGIO MUNICIPAL PADRE ANACLETO DE CAMARGO

O presente trabalho iniciou-se em 2015 quando o processo seletivo para professor de música se consolidou. Então, partindo do planejamento de maneira extracurricular nos períodos de contraturno, iniciamos as aulas de música com instrumentos de fanfarra (cornetas com 1 pisto, cornetas com pisto e gatilho, cornetões com pisto e gatilho) de banda marcial (trompetes e eufônios), violão, flauta doce e coral no intuito de musicalizar os alunos.

Através da estruturação e da linguagem musical foram desenvolvidos materiais didáticos adaptados para cada modalidade de instrumentos a fim de ampliar as possibilidades e potencializar a vivência musical dos alunos. Ou seja, o estudo da teoria musical nos possibilitou a leitura e a prática de vários arranjos elaborados exclusivamente para as formações e necessidades do colégio, mas sempre preservando o bom gosto e o contexto musical.

Ao longo do processo de implantação foi preciso investir em instrumentos e equipamentos adquiridos pelo professor para que as possibilidades fossem ampliadas tais como: gravações de áudio, vídeo, instrumentos e equipamentos específicos como microfones, fones de ouvido, interface de áudio e instrumentos de percussão.

As parcerias interdisciplinares foram de extrema importância por abrangerem matérias como língua inglesa, língua português e artes, para o desenvolvimento da linguagem musical. Com os professores de língua inglesa elaboramos o concurso de calouros com músicas interpretadas em inglês onde o professor de música foi fundamental tecnicamente para o bom desenvolvimento da parceria. O professor de música orientou os alunos quanto à afinação, interpretação musical e a montagem das apresentações. Com os professores de língua portuguesa, a parceria foi através do incentivo à composição de poemas que foram musicados pelo professor de música junto aos alunos. A parceria com os professores de artes foi fundamental para o desenvolvimento de espetáculos de teatro, música e dança. O professor de música pode orientar os professores de artes nas gravações, interpretações musicais e montagens fonográficas.

A pesquisa tem seu início com a chegada, no colégio, desse autor, professor de música contratado através de concurso público em 2015 e a necessidade de elaborar um esboço do plano de aula. Logo após começou a pesquisa do perfil dos alunos para inte-

grar a banda marcial do colégio que, em um primeiro momento, existia apenas para as apresentações no desfile cívico tradicional na cidade, porém sem nenhum aprofundamento musical nos anos anteriores. Esta pesquisa também abrangeu o nível de conhecimento musical dos professores e educadores do colégio e constatou-se uma carência tanto dos alunos quanto dos professores e educadores desde o repertório ao conhecimento técnico da música.

Com os alunos selecionados para integrar a banda e o coral do colégio, foi elaborado o plano de aula onde definimos através da pesquisa bibliográfica, a elaboração do material didático e a escolha do repertório que atendesse aos eventos do colégio com o devido cuidado para manter a importância histórica e a qualidade das músicas escolhidas. Dessa forma foi possível trabalhar em parcerias com professores de outras disciplinas e ampliar o alcance da musicalidade através do professor versado em música. Também se beneficia a comunidade e os familiares dos alunos que podem apreciar os concertos muitas vezes direcionado para eles mesmos como os concertos de formaturas e encerramento de final de ano com arranjos elaborados especialmente para eles.

Foi possível perceber e incentivar os talentos do colégio e trabalhar de forma construtiva com esses alunos e adquirir resultados relevantes para o desenvolvimento dessa nova geração de músicos.

2.1 FASE DE PLANEJAMENTO

É muito comum que um professor especialista em música, quando inicia os trabalhos em seu ambiente, tenha que se adaptar à realidade. Devido ao fato de que a carência predominante no conhecimento da música, tanto no ensino privado quanto no ensino público sejam muito acentuados, cada ambiente acaba por se organizar de forma autônoma sem a presença de um padrão nacional. Embora exista a PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), se torna obsoleto perante o sistema de ensino atual e se espera do professor de música nortear a educação musical do meio em que está inserido. A infraestrutura da escola é um grande desafio, pois a falta de uma sala de música adequada muitas vezes prejudica o trabalho como um todo, como pontua Poliana Almeida:

A falta de espaço apropriado para a aula de música foi um dos aspectos apontados por três dos seis professores de música, que responderam ao questionário II, como uma das principais dificuldades enfrentadas por eles no desenvolvimento das atividades em sala de aula. As escolas onde esses professores trabalham não possuem sala de música, o que segundo eles, prejudica o trabalho pedagógico-musical, já que muitas atividades propostas precisam de local específico, ou seja, uma sala de aula preparada para as aulas de música. Quando questionado sobre o local

onde acontecem as aulas de música, esses professores responderam que elas acontecem nos locais que estiverem disponíveis na ocasião e, em outros casos, na própria sala de aula. (ALMEIDA, 2007, p. 95).

Além do espaço, muitas vezes faltam materiais e equipamentos. Por conta disso o professor acaba tendo que fazer adaptações para a continuidade das aulas.

O planejamento do projeto se dividiu em quatro fases que incluíram o material disponível, pesquisa do perfil dos alunos, elaboração do plano de aula e adaptações do material didático.

O material disponível encontrado no colégio era um misto de instrumentos de sopro de fanfarra como cornetas e cornetões, instrumentos de banda marcial como trompetes e trompas e instrumentos de percussão. Com o número de instrumentos verificado pudemos então estimar a quantidade de vagas que comporiam a banda. Já o perfil dos alunos foi definido pelos seguintes aspectos: faixa etária e entrevistas.

Concluimos que os alunos a partir do 6º ano poderiam ingressar na banda e escolher um instrumento, pois a partir dessa série o aluno é capaz de comportar o instrumento. Para os alunos do 5º ano trabalhamos a musicalização a partir da prática vocal

Através da elaboração do plano de aula foi possível e extremamente saudável manter um amplo diálogo com a direção e a coordenação pedagógica do colégio onde estabelecemos agendas e parcerias. O plano de aula é atualizado todos os anos no início do ano letivo.

Para os instrumentos de sopro é utilizado o material didático de ensino coletivo como a coleção Essentials Elements For Band (LAUTZENHEISER, 1999) que consiste na prática de músicas folclóricas, em várias etapas progressivas para todas as modalidades de instrumentos.

Ao final da estruturação pudemos definir um norte e iniciar as aulas nos períodos de contraturno, sendo a aula de música uma matéria extracurricular que exige ampla organização e diálogo para se consolidar.

A música na escola não pode ser simplesmente ornamental para animar as festas, mas através das vivências das dimensões estéticas, sonoras, visuais, plásticas e gestuais, desenvolver a consciência crítica dos valores humanos e encontrar meios de levar os alunos a atuarem como cidadãos. (BIAGIONI, 2002, pg.11).

Como constatou a citação acima, a música na escola de maneira plena e não somente ornamental é fundamental e contribui para a formação completa do aluno e consequentemente da sociedade.

3. ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO

Com o plano de aula já estabelecido, foi necessário a adaptação dos materiais didáticos com base na pesquisa bibliográfica. Para os sopros utilizamos a metodologia de práticas coletivas no intuito de caminharem juntos formando os naipes de sopros. Temos disponíveis os seguintes instrumentos: trompetes, trombones, trompas, eufônios e tubas.

As aulas aconteciam em grupo de até seis alunos, com duração de uma hora semanal. Os alunos têm acesso aos instrumentos e a permissão da direção para levar os instrumentos para praticarem em casa, o que acelera o desenvolvimento. O mesmo processo ocorre com os instrumentos de percussão, da sessão rítmica e canto popular.

O grande objetivo era com que os alunos tivessem uma vivência livre com os instrumentos que eles mesmos escolhiam ou possuíam. Pois antes de iniciar com os métodos, eles puderam descobrir os sons e as possibilidades que os instrumentos ofereciam a fim de não interferir nos princípios básicos de liberdade, criatividade e atividade (GAINZA, 1988, p. 104).

A estrutura do projeto passou pela formação do grupo e pela importância dos arranjos confeccionados pelo professor.

3.1 A FORMAÇÃO DO GRUPO

Por meio da prática de conjunto pudemos unir as modalidades (sopros, sessão rítmica, percussão popular e práticas vocais) e formar a banda do colégio. É neste grupo que pudemos conhecer e vivenciar um novo universo sonoro muito distante da realidade dessa geração onde impera a mídia que omite a vasta riqueza musical que o mundo produziu e produz.

Nosso principal foco foi trabalhar com a música popular, inspirados na música brasileira, e descobrir o quão rica ela é. Pois a sua fonografia é vasta em qualidade e afetividade, de Villa-Lobos à Pixinguinha, Tom Jobim, Milton Nascimento, Wagner Tiso, à família Caymmi, Sivuca, Domiguinhos, Luiz Gonzaga, Hermeto Pascoal às grandes orquestras e grupos instrumentais como a Jazz Sinfônica do Estado de São Paulo e o maestro Ciro Pereira, maestro Branco e a banda Savana, Proveta e a Banda Mantiqueira, traduzem entre outros a verdadeira brasilidade e identidade do nosso povo.

O ensino formal foi utilizado como linguagem musical. Porém, não nos prendíamos às leituras das partituras somente, mas na musicalidade. Pois produzir o som entre os naipes e sentir o resultado sonoro é o principal objetivo da prática em conjunto e utilizamos as partituras como guias.

3.2 A IMPORTÂNCIA DO ARRANJO

O arranjo é a maneira como organizamos as músicas que desejamos tocar acrescentando os instrumentos e as vozes, organizando os sons por meio da harmonia, melodia, contraponto e ritmo separando os instrumentos e vozes por naipes das famílias das cordas, madeiras, sopros, percussão, sessão rítmica e vozes. Como constata Ian Guest:

Vem daí a natureza do processo criativo da composição e do arranjo: a criação musical não é no sentido temporal ou cronológico, como acontece na sua execução ou interpretação. A criação parte dos aspectos gerais e indefinidos, e caminha para a elaboração técnica, cada vez mais minuciosa. O trabalho vai do subjetivo ao objetivo; do conceitual ao artesanal. É justamente por isso que fazer arranjo deixa de ser um labirinto sem rumo para tornar-se um trabalho programado e “sossegado”. Antes de papel e lápis, é extremamente útil tomar as decisões iniciais mais importantes nos momentos de descontração de um passeio ou no sossego do recolhimento, pois essas decisões podem levar minutos, horas ou dias, comandadas pela inspiração. (GUEST, 2009, p. 12)

No colégio temos a disposição alguns instrumentos da família dos sopros, percussão, vozes e sessão rítmica, ou seja, um número grande de instrumento e muitas opções para organizar os sons. Não basta ao professor somente a formação de licenciatura em música nem tampouco o professor versado em música prática sem a devida formação pedagógica. Há então a necessidade de se aprofundar tanto na vivência musical onde se aprende através da prática do instrumento, da prática de grupo, do desenvolvimento do ouvido e dos atributos musicais quanto no desenvolvimento nas práticas pedagógicas e sua vasta literatura a fim de oferecer ao aluno um ensino da música com seus repertórios carregados de cultura e história de forma mais completa. Trata-se de um processo de criação que exige conhecimento técnico e muita sensibilidade.

A agenda cultural do colégio foi, de certa forma, um fator motivador para que pudéssemos organizar os temas, escolher as músicas e aí então elaborarmos os arranjos de acordo com cada evento.

Um dos momentos mais importantes para pesquisa foi a contribuição com valiosas dicas e ensinamentos do professor Rodrigo Morte, que ministrou as aulas de arranjo do curso de Pós-Graduação em Música Popular da UNIFACCAMP ao qual cursava o autor

deste trabalho que desenvolveu o arranjo da composição “Uma Carta de Adeus” (OLIVEIRA, 2021) que partiu do seu poema revisado pela professora de Língua Portuguesa, Maristela Sousa com uma parceria interdisciplinar pode se converter em música consolidada numa gravação.

UMA CARTA DE ADEUS

The image shows a musical score for the piece "Uma Carta de Adeus". It includes a vocal line and instrumental parts for 1st and 2nd Flute, 1st and 2nd Oboe, and 1st and 2nd Bassoon. The score is in 4/4 time and features lyrics in Portuguese. The vocal line starts with the lyrics "EU ME ENCONTREI... ME ENCONTREI... EM TEUS BRAÇOS... A - QUE... M - HA SA". The instrumental parts are arranged to support the vocal melody.

Fig. 1: trecho da partitura da música “Uma Carta de Adeus”.

A confecção da partitura acima foi um importante processo de aprendizado e configura um valioso registro para os alunos e para o colégio.

4. PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS

Ao longo desses anos, desenvolvemos uma série de produções audiovisuais que são importantes registros da implementação da música popular no nosso colégio. Entre essas produções estão composições, versões e releituras.

Os alunos foram incentivados a compor suas próprias canções e demonstrar suas criatividade de maneira espontânea. Como aponta Swanwick:

A composição tem lugar quando há alguma liberdade de escolher a ordenação da música, com ou sem notação ou outras formas de instrução detalhadas para execução. Outros podem preferir, às vezes, usar os termos improvisação, invenção ou “música criativa”. Todos eles entram nessa abrangente definição de “composição”, o ato de montar música. (SWANWICK, 2014, pg. 86).

A Música “De Um Jeito Legal” (DIAZ, 2021) foi desenvolvida nas aulas de violão popular e com alguns acordes o aluno pode expor sua criatividade.

A música “Nessa Noite” (SOUZA, 2020) partiu do poema produzido nas aulas de português do colégio Padre Anacleto de Camargo e a melodia e o arranjo nas aulas de música inspiradas na banda Black Rio.

Os alunos puderam sugerir músicas que gostariam de tocar, então tivemos no nosso repertório diversas músicas como “Dona de Mim” (Lima, 2018) “Ouvir Dizer” (MELIM, 2018), e a música “Fibra de Herói” (GUERRA-PEIXE, 1942)

Tivemos a honra de elaborar uma releitura do “Hino à Santana de Parnaíba” (BONILHA, 1986) numa gravação audiovisual executada pelos alunos e professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa procurou relatar os procedimentos e a rotina das aulas de música no colégio municipal Padre Anacleto de Camargo entre os anos de 2020 e 2021. Em meio aos inúmeros desafios, a pesquisa demonstra que é possível implementar a música popular como disciplina através de adaptações, parcerias interdisciplinares e acima de tudo mantendo um bom diálogo entre a equipe diretiva, coordenadores, professores, educadores e alunos. Sempre há espaço para novas ideias e novos projetos.

Com a introdução da educação musical no colégio, demonstrou-se ser possível um ambiente escolar com o pensamento mais sensível, solidário e generoso. Com a interdisciplinaridade foi possível ampliar o fazer musical e, ainda que seja um grande desafio implementar o ensino de música nas escolas - sejam elas públicas ou privadas - com o ideal de musicalizar, seus efeitos a qualquer prazo já valeriam os investimentos aplicados, pois o aluno uma vez musicalizado, já está transformado e apto a tornar a sociedade mais consciente com sensibilidade afetiva e, sem dúvida, mais humana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Poliana C. de. Educação Musical na Escola Pública: Um Estudo Sobre a Situação do Ensino da Música nas Escolas da Rede Municipal de Salvador. Salvador, 2007. 160 p. Dissertação (Mestrado em Música). Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

GAINZA, Violeta. Estudos de Psicologia Musical. São Paulo. Summus, 1988.

SWANWICK, Keith. Música, Mente e Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

GUEST, Ian. Arranjo: método prático, incluindo linguagem harmônica da música popular, volume II. São Paulo: Lumiar, 2009.

LAUTZENHEISER, Tim; HIGGINS, John; MENGHINI, Charles; LAVANDER, Paul; RHODES, Tom; BIERSCHEK, Don. Essentials Elements; Comprehensive Band Method. Milwaukee: Hal Leonard, 1999.

VISCONTI, Márcia; BIAGIONI, Maria Zei. Guia Para Educação Básica em Escolas: Abemúsica, São Paulo, 2001.

BONILHA, Alba de Mello. Hino à Santana de Parnaíba. Partitura. Disponível em: <<https://1drv.ms/u/s!AnejDcJlvYRBgrVxm-8PL6oIFEGkmw?e=Op34ug>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BONILHA, Alba de Mello. Hino à Santana de Parnaíba. Vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=d7ZTwmCRqqQ>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

DIAZ, Nikolas. De Um Jeito Legal. Partitura. Disponível em: <<https://onedrive.live.com/?authkey=%21AMrLceCAkmYP9f0&id=4184BD65C20DA377%21100797&cid=4184BD65C20DA377>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

DIAZ, Nikolas. De Um Jeito Legal. Vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D5A3WX1zDWU>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

GUERRA-PEIXE, César. Fibra de Herói, Partitura. Disponível em: <<https://1drv.ms/u/s!AnejDcJlvYRBgrVpoYtgFNobGbjGJgUw?e=Yb4MP2>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

GUERRA-PEIXE, César. Fibra de Herói, Vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HxVNmAcDiJE>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

LIMA, Isabela. Dona de Mim. Partitura. Disponível em: <<https://onedrive.live.com/?authkey=%21AN76pMAo3yLjhFg&id=4184BD65C20DA377%21100698&cid=4184BD65C20DA377>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

LIMA, Isabela. Dona de Mim. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_aEO9ZYm9MM>. Acesso em: 14 jan. 2022.

MELIM, Gabriela; MELIM, Rodrigo; MELIM, Diego. Ouvi Dizer. Partitura. Disponível em: <<https://onedrive.live.com/?authkey=%21AEy%5F7pj5%2DT5l8g0&id=4184BD65C20DA377%21100699&cid=4184BD65C20DA377>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

MELIM, Gabriela; MELIM, Rodrigo; MELIM, Diego. Ouvi Dizer. Vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sLX4oCULzzY>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

OLIVEIRA, Yasmin. Uma Carta de Adeus. Partitura. Disponível em: <https://onedrive.live.com/redir?resid=4184BD65C20DA377!100816&authkey=!Alx_-oILieKnq4W&e=6TmLwg>. Acesso em: 14 jan. 2022.

OLIVEIRA, Yasmin. Uma Carta de Adeus. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VB0XHEs_4sQ>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SOUZA, Marcelo. Nessa Noite. Partitura. Disponível em: <<https://onedrive.live.com/?authkey=%21AGeBYjtaomn2Scg&id=4184BD65C20DA377%21100707&cid=4184BD65C20DA377>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SOUZA, Marcelo. Nessa Noite. Vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h3dEwBSrTXI>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

UMA NOVA PROPOSTA PARA O CÁLCULO DO IDD

SOUSA, Alex Rodrigo dos Santos
CAMACHO, Antônio Carlos

RESUMO

O Indicador da Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) é um indicador de qualidade que mede o valor agregado pelo curso de graduação ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e suas características de desenvolvimento ao ingressar no curso de graduação avaliado. Entretanto, tal indicador como calculado atualmente não considera os diferentes contextos dos discentes em instituições públicas e privadas. Propõe-se um novo modelo estatístico de cálculo do IDD que considere tais diferenças por meio da inclusão de variáveis socioeconômicas.

Palavras-chave: IDD, ENADE, Regressão Linear Multinível.

ABSTRACT

The Indicator of the Difference between Observed and Expected Performance (IDD, in Portuguese) is a quality indicator that measures the added value by the undergraduate course to the development of graduating students, considering their performance in the National Student Performance Exam (ENADE, in Portuguese) and their characteristics of development upon entering the assessed undergraduate course. However, this indicator as currently calculated does not consider the different contexts of students in public and private institutions. A new statistical model for calculating the IDD is proposed that considers such differences through the inclusion of socioeconomic variables.

Keywords: IDD, ENADE, Multilevel Linear Regression.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o número de Instituições de Ensino Superior (IES) no país aumentou de forma significativa, devido ao maior interesse por parte dos estudantes em dar continuidade aos estudos e se profissionalizar em determinadas áreas e, mais recentemente pelo aumento do poder aquisitivo das famílias. Em virtude dessa demanda, houve um célere crescimento das IES, tanto no setor privado como no setor público, o que levou o governo a necessidade de garantir não só a oferta de ensino, mas também que o ensino oferecido prezasse de qualidade, eficiência e eficácia respondendo pelas demandas da sociedade.

A primeira universidade no Brasil – Universidade de São Paulo (USP) foi implantada em 1934 e reunia em sua dimensão as três propostas características das 186

universidades modernas: ensino, pesquisa e extensão. Apesar do surgimento tardio, houve um aumento significativo das universidades no país entre 1950 e 1970, sendo criadas muitas universidades estaduais e municipais e foi registrado nesse período um aumento significativo das universidades federais. O aumento da demanda de alunos em relação ao ensino superior favoreceu a criação das universidades privadas, pois as vagas oferecidas nas universidades públicas não eram capazes de absorver os candidatos em sua totalidade.

O aumento das IES, e conseqüentemente, das matrículas, fez com que o governo federal percebesse a necessidade de garantir a qualidade do ensino ofertado, bem como a necessidade de aperfeiçoar as próprias instituições em todas as suas dimensões. O instrumento que passou a ser difundido para alcance desses fins foi a avaliação institucional, definido por BELLONI et al. (2003) como um processo sistemático e contínuo de análise do desempenho global das instituições, centrada nos processos e resultados das ações, no contexto social e histórico em que estão inseridos.

Nessa linha de pensamento, a avaliação institucional busca compreender as IES de uma maneira global, analisando todas as suas dimensões, transparecendo os pontos fracos e fortes e visando a transformação da realidade institucional. A partir da avaliação é possível conhecer uma instituição, possibilitando o aperfeiçoamento das falhas para aumentar a qualidade dos cursos de graduação oferecidos à sociedade.

A instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) em 2004, que teve como base os pontos positivos das políticas anteriores e incluiu em sua composição diferentes propostas, o processo avaliativo das IES tornou-se estruturado. O SINAES é integrado por três dimensões diversificadas em seu processo, à saber, a autoavaliação institucional, a avaliação institucional externa e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Focando o componente três do SINAES, o ENADE, que tem nele o objeto deste trabalho, segundo BRASIL (2004),

“O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.” (BRASIL, 2004).

A proposta do ENADE está em coletar informações sobre o desempenho do estudante ao longo de sua trajetória em um curso de graduação e em seguida propor uma análise comparativa entre as IES da grandeza dessa influência na formação dos estudantes. (OLIVEIRA, 2011).

De acordo com BITTENCOURT (2008), uma queixa recorrente das instituições privadas, quanto aos procedimentos de avaliação do Ensino Superior no Brasil se refere à igualdade de tratamento em relação às instituições públicas, onde a dificuldade de ingresso tenderia a selecionar naturalmente alunos mais bem preparados. A criação do Indicador da Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) é motivada como resposta a tais críticas, podendo ser considerada a maior inovação do atual sistema em relação ao antecessor Provão.

No IDD os candidatos são avaliados em relação ao desempenho médio esperado para estudantes em condições supostamente semelhantes. O índice IDD representa a diferença entre o desempenho médio dos concluintes relacionado com os resultados médios de outras IES, cujos ingressantes tenham perfil semelhante. Apesar de o IDD ser um indicador mais justo do que o Conceito Enade em si, o modelo estatístico considerado para seu cálculo desconsidera variáveis que caracterizam o contexto socioeconômico do estudante concluinte e que podem ser significativas em seu desempenho acadêmico. Neste sentido, o presente trabalho propõe o acréscimo de tais variáveis no modelo estatístico usualmente considerado para o cálculo do IDD.

2. O MODELO ESTATÍSTICO ATUAL

O Indicador da Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) tem como objetivo medir a efetiva contribuição do curso de graduação no desenvolvimento dos estudantes concluintes. Para seu cálculo, como descrito em BRASIL (2020a), considera-se que o desempenho de um estudante pode ser decomposto em três aspectos aditivos, i.e,

$$C=I+Q+ \varepsilon, \quad (1)$$

em que C é desempenho observado do estudante concluinte, I é a parte do desempenho do estudante concluinte decorrente de suas características quando ingressantes no curso, Q é a parte do desempenho do estudante concluinte decorrente da qualidade das condições de oferta do processo formativo do curso; e ε é o termo de erro, com a hipótese usual de que $E[\varepsilon | I,Q]=0$. Assim, o IDD pode ser expresso como,

$$IDD=C- I^{\wedge}, \quad (2)$$

em que IDD é a estimativa da parte de desempenho do estudante concluinte decorrente da qualidade das condições de oferta do processo formativo do curso; C é o desempenho observado do estudante concluinte; I^{\wedge} é a estimativa da parte do desempenho do estudante concluinte decorrente de suas características quando ingressantes no curso. Para a estimativa de I , considera-se um modelo de regressão linear multinível que possui como primeiro nível o estudante, identificado pelo subscrito i e como segundo nível o curso de graduação, identificado pelo subscrito c .

$$\begin{aligned} C_{ic} &= \beta_{0c} + \beta_1 CN_{ic} + \beta_2 CH_{ic} + \beta_3 LC_{ic} + \beta_4 MT_{ic} + \epsilon_{ic} \\ &= \beta_{0c} + \boldsymbol{\beta}' \mathbf{x}_{enem_{ic}} + \epsilon_{ic}, \quad (3) \end{aligned}$$

em que C_{ic} é a medida de desempenho do estudante concluinte i no ENADE, ponderada das notas no componente específico (75%) e na formação geral (25%), do curso de graduação c ; CN_{ic} , CH_{ic} , LC_{ic} e MT_{ic} são as medidas de desempenho do estudante concluinte i do curso de graduação c nas áreas de Ciências Naturais, Ciências Humanas, Linguagens e Códigos e Matemática e suas Tecnologias na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) respectivamente. Em notação vetorial, temos que $\mathbf{x}'_{enem_{ic}} = (CN_{ic}, CH_{ic}, LC_{ic}, MT_{ic})$ é o vetor com as quatro covariáveis associadas ao ENEM do estudante concluinte i do curso de graduação c , β_{0c} é o intercepto do curso de graduação c , estimado no segundo nível; $\boldsymbol{\beta}' = (\beta_1, \dots, \beta_4)$ é o vetor com os quatro parâmetros associados às variáveis explicativas e finalmente ϵ_{ic} é o efeito aleatório associado ao estudante concluinte i do curso de graduação c . Para o segundo nível,

$$\beta_{0c} = \beta_{00} + u_{0c}, \quad (4)$$

onde β_{00} é intercepto geral e u_{0c} é efeito aleatório associado ao curso de graduação c . Os parâmetros envolvidos nos modelos (3) e (4) são estimados pelo Método da Máxima Verossimilhança Restrita.

Uma vez os parâmetros estimados, tem-se que

$$\widehat{I}_{ic} = \widehat{\beta}_{0c} + \widehat{\beta}_1 CN_{ic} + \widehat{\beta}_2 CH_{ic} + \widehat{\beta}_3 LC_{ic} + \widehat{\beta}_4 MT_{ic} = \widehat{\beta}_{0c} + \widehat{\boldsymbol{\beta}}' \mathbf{x}_{enem_{ic}}, \quad (5)$$

em que $\widehat{\beta}_{0j}$ e $\widehat{\beta}_k$ são as estimativas de β_{0j} e β_k respectivamente, $k = 1, 2, 3$ e 4 .

A partir das equações (2) e (5), tem-se então para cada estudante i do curso de graduação c

$$IDD_{ic} = C_{ic} - \widehat{I}_{ic}. \quad (6)$$

Finalmente, uma vez calculados o IDD_{ic} dos n estudantes concluintes de um dado curso de graduação c , obtém-se o IDD_c , que é o indicador do curso

$$IDD_c = \frac{\sum_{i=1}^n IDD_{ic}}{n}. \quad (7)$$

O IDD_c é a variável de maior peso no cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC), responsável por 35% do valor deste, ver BRASIL (2020b).

Pelas equações (2) e (5), temos que o IDD é uma comparação entre o desempenho observado do estudante concluinte em relação à uma estimativa do desempenho esperado do mesmo quando ingressante no curso, levando-se em consideração para esta estimativa apenas seu desempenho no ENEM. Entretanto, tal medida para o desempenho esperado pode se tornar mais realista ao se levar em consideração, além do usual desempenho no ENEM, o perfil do estudante em relação às suas características socioeconômicas e educacionais, por exemplo, se o estudante é oriundo de escola pública ou privada, trabalha-se concomitantemente aos estudos, entre outras. Neste sentido, sugerimos a inclusão de uma nova classe de variáveis explicativas a serem incluídas no modelo de regressão linear multinível descrito na equação (3), ao qual denominamos variáveis de perfil do estudante. O impacto do acréscimo desta nova classe é a distinção no valor esperado do desempenho de estudantes oriundos de contextos socioeconômicos e educacionais diferentes.

Por exemplo, espera-se que o desempenho de estudantes com dedicação apenas parcial aos estudos em função de atividades empregatícias seja distinto do desempenho de estudantes com dedicação exclusiva aos estudos. Isso implica que caso estudantes com estes dois perfis (dedicação parcial e dedicação exclusiva) possuam o mesmo desempenho observado (nota no ENADE), então a influência do curso de graduação no desempenho do estudante do primeiro contexto deve ser maior do que no segundo contexto.

3. O MODELO ESTATÍSTICO PROPOSTO

Propomos o seguinte modelo de regressão linear multinível para a estimativa do parâmetro l , com a inclusão de uma classe de p ($p \in \mathbb{N}$) variáveis explicativas de perfil do estudante i da unidade de observação j no primeiro nível,

$$\begin{aligned} C_{ic} &= \beta_{0c} + \beta' x_{enem_{ic}} + \gamma_1 z_{1ic} + \dots + \gamma_p z_{pic} + \epsilon_{ic} \\ &= \beta_{0c} + \beta' x_{enem_{ic}} + \gamma' z_{perfil_{ic}} + \epsilon_{ic}, \quad (8) \end{aligned}$$

onde, além dos termos já definidos anteriormente nas equações (3) e (4), temos que $\mathbf{z}'_{perfil_{ic}} = (z_{1ic}, \dots, z_{pic})$ é o vetor com as p covariáveis associadas ao perfil do estudante concluinte i do curso de graduação c e $\boldsymbol{\gamma}' = (\gamma_1, \dots, \gamma_p)$ é o vetor de p parâmetros fixos correspondentes às variáveis explicativas de perfil. O modelo do segundo nível mante-se (4).

Desta forma, o modelo proposto possui duas classes de variáveis explicativas: uma classe relativa às usuais notas obtidas pelo estudante concluinte nas quatro competências do ENEM e uma segunda classe associada às características de perfil do mesmo. Assim,

$$\begin{aligned} \widehat{I}_{ic} &= \widehat{\beta}_{oc} + \widehat{\boldsymbol{\beta}}' \mathbf{x}_{enem_{ic}} + \widehat{\gamma}_1 z_{1ic} + \dots + \widehat{\gamma}_p z_{pic} \\ &= \widehat{\beta}_{oc} + \widehat{\boldsymbol{\beta}}' \mathbf{x}_{enem_{ic}} + \widehat{\boldsymbol{\gamma}}' \mathbf{z}_{perfil_{ic}}. \end{aligned} \quad (9)$$

Para a construção da classe de perfil do estudante, podemos considerar, entre outras, variáveis como z_{1ic} : tipo de escola (pública ou privada) de onde o estudante i do curso de graduação c frequentou; z_{2ic} : variável indicadora se o estudante i do curso c trabalha concomitantemente aos estudos ou não; z_{3ic} : quantidade de horas semanais dedicadas aos estudos do estudante i do curso c ; z_{4ic} : renda familiar do estudante i do curso c . Evidentemente que outras variáveis de interesse e relevantes ao perfil do estudante podem ser incluídas no modelo. Por esta razão, deixamos em aberto as variáveis consideradas e a quantidade delas na definição do modelo proposto. Para mais detalhes sobre o modelo de regressão linear multinível e seu processo de estimação de parâmetros, ver GELMAN e HILL (2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propõe a inclusão de variáveis socioeconômicas dos estudantes concluintes de cursos de graduação no modelo estatístico utilizado para o cálculo do Índice de Diferença de Desempenho Observado e Esperado (IDD), índice este que constitui o Conceito de Curso dos cursos de graduação no Brasil. Ressalta-se aqui que BRASIL (2020a) indica que algumas variáveis socioeconômicas como nível de escolaridade dos pais, renda familiar e nota da redação do ENEM foram testadas no modelo estatístico, porém apresentaram baixa correlação com a variável resposta. Entretanto, outras variáveis de mesma natureza podem ser consideradas no modelo proposto e que podem ser significativas para explicar o desempenho de um estudante concluinte no ENADE.

REFERÊNCIAS

[1] BELLONI, Isaura. BELLONI, J.A. Questões e propostas para uma avaliação institucional formativa. In Freitas, L.C. (org) Avaliações de Escolas e Universidades. Campinas. Komedi. 2003.

[2] BITTENCOURT, H.R, et al. Uma análise da relação entre os conceitos Enade e IDD. Estudos em Avaliação Educacional. v. 19, n. 40, maio/ago. 2008.

[3] BRASIL. Lei Nº 10.861, de 14 de Abril de 2004. 2004.

[4] BRASIL. Nota Técnica Nº 34/2020/CGCQES/DAES. 2020a.

[5] BRASIL. Nota Técnica Nº 58/2020/CGCQES/DAES. 2020b.

[4] GELMAN, A., HILL, J. Data Analysis Using Regression and Multilevel/Hierarchical Models. Cambridge, 2006.

[5] OLIVEIRA, G.L.L. Reflexos do Enade na gestão acadêmica dos cursos de Física, Geografia, História e Química. UnB. 2011.